Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2026 | Nº 26.101 | Preço banca: R$ 3,50

Impacto da guerra no preço do combustível ao consumidor pode demorar

O impacto da guerra no Oriente Médio nos preços pagos pelo consumidor brasileiro por combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina e o diesel, pode demorar a chegar. A avaliação é do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Roberto Ardenghy.

O petróleo teve forte alta nos últimos dias, desde o início dos ataques de Israel e dos Estados Unidos ao Irã, no último sábado (28), e das retaliações do país persa contra Tel Aviv e bases americanas em diversos países produtores de petróleo na região.

O porta-voz do instituto que representa a indústria petrolífera no Brasil explicou que toda refinaria mantém um estoque de petróleo, e que esse é um dos motivos para que a mudança não aconteça da noite para o dia.

Entretanto, se o petróleo permanecer em um patamar alto, pouco a pouco, as refinarias vão começar a comprar o produto mais caro. Página 10

Fim do 6x1: Lula propõe negociação entre patrões, empregados e governo

Página 3

Emplacamentos de veículos avançaram em fevereiro, aponta Fenabrave

Página 10

Prefeitura de SP estende prazo da consulta pública sobre saneamento da capital

A Prefeitura de São Paulo prorrogou até 15 de março o prazo para participação na segunda etapa da construção coletiva do Plano Municipal de Saneamento Ambiental Integrado (PMSAI). As contribuições podem ser enviadas pela plataforma Participe+ e nesta fase, o foco é a elaboração conjunta de propostas que servirão de base para a consolidação das diretrizes técnicas que orientarão a ampliação dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos da capital.

O PMSAI é o principal instrumento de planejamento estratégico do município para o setor. O plano estabelece diretrizes para o período de 2026 a 2045, com revisões intermediárias a cada quatro anos, e tem como objetivo promover a universalização do acesso aos serviços, assegurando equidade no atendimento e prioridade a territórios em situação de vulnerabilidade socioambiental.

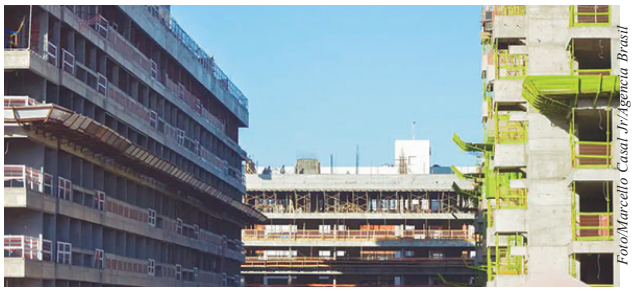
Mais do que um documento técnico, o PMSAI definirá como São Paulo enfrentará, nas próximas décadas, o desafio de garantir serviços essenciais à população. Alinhado à Política Nacional de Saneamento Básico, ao Estatuto da Cidade, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e à Nova Agenda Urbana, o plano reconhece o saneamento como direito humano e condição indispensável à qualidade de vida.

O processo é supervisionado pelo Comitê Municipal de Segurança Hídrica (CMSH), instituído em 2023 para assegurar transparência e participação social. O comitê acompanha a elaboração e a revisão do plano, monitora metas e integra a política hídrica às estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas.

Em 2025, a sociedade já colaborou com a construção de um diagnóstico detalhado por meio de oficinas públicas, workshops e consultas on-line. O levantamento identificou as principais lacunas na prestação dos serviços e mapeou as áreas mais afetadas pela precariedade do saneamento.

Agora, a consulta pública busca transformar esse diagnóstico em ações concretas. Entre os pontos em debate estão a articulação entre os órgãos responsáveis, as alternativas técnicas e financeiras para acelerar a universalização, a priorização de áreas vulneráveis e a adaptação da infraestrutura urbana aos eventos climáticos extremos. (Prefeitura de SP)

Caixa retoma financiamento para imóveis acima de R$ 2,25 milhões



Foto/Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Página 3

Redução da pressão da água economizou 105 bilhões de litros, suficiente para abastecer a capital, Guarulhos, São Bernardo e Mauá por 30 dias

Página 2

Caixa antecipa Bolsa Família e renegocia crédito a vítimas de enchente

Página 3

DÓLAR

Comercial	Turismo
Compra: 5,26	Compra: 5,28
Venda: 5,26	Venda: 5,46

EURO

Compra: 6,11
Venda: 6,11

Esporte

SM Kart Competition prossegue com 2ª etapa em Interlagos

Depois do grande sucesso da abertura da temporada 2026, o SM Kart Competition parte para a 2ª etapa do campeonato de Rental Kart no próximo domingo (8). A estimativa para as seis horas de competições é de que o Kartódromo de Interlagos receba mais de 200 pilotos a partir das 12h30. Depois das 11 baterias acontecerá o pódio de 20 lugares para cada uma das categorias, quando serão distribuídos mais de 200 prêmios, brindes e sorteios.

Novamente o SM Kart Competition terá transmissão ao vivo, fotos profissionais, Simulador, massagem para os pilotos com Carlos Masso, Feirinha de Produtos, Desafio dos Patrocinadores com sorteio de prêmios, principalmente de macacão e luvas DKR e sapatilhas KDA.

Confira a pontuação dos três primeiros do campeonato da SM Kart Competition depois da 1ª etapa:

Santidade Racing: 1) Diego Santana, 46; 2) Anderson Tanaka, 37; 3) Diogo Alves, 35.

Mario Rotama: 1) André José, 46; 2) Jeferson Jara, 37; 3) Leonardo Almeida, 35.

Speed Angels Light: 1) Claudia Franco, 46; 2) Priscila Albanit, 37; 3) Rafaela Fernandes, 35.

Speed Angels Graduadas: 1) Laura Falconi, 46; 2) Jéssica Munic, 37; 3) Lucimara Reimberg, 35.

Trio Speed Angels - Geral: 1) Laura Falconi, 46; 2) Jessica Munic, 37; 3) Lucimara Reimberg, 35.

Estreantes Feminina: 1) Maria Victoria Rodrigues, 46; 2) Denise Kindermann, 37; 3) Paula Michele Felipe, 35.

Trios Speed Angels: 1) Fast Girls, 104; 2) Overtake Girls, 101; 3) Pink Speed, 97.

Graduadas B: 1) Aurélia Freitas, 42; 2) Alexandra Amadeo, 41; 3) Aline Marciano, 35.

Sênior - 40 anos: 1) Allan Felix, 44; 2) Marcelo Carvalhaes, 39; 3) Paulo Policeno, 35.

Foto/ Clicados no kart

É esperada a participação de mais de 200 pilotos no SM Kart Competition

Super Sênior - 55 anos: 1) Marco Verga, 42; 2) Guto Oliveira, 41: 3) Miguel Sacramento, 35.

Sênior 40 anos/Super Sênior 55 anos – Duplas: 1) Simply The Best, 77; 2) Flores e Frutas, 72; 3) MRC Racing, 70.

Graduados: 1) Lucas D´Angelo, 44; 2) João Regali, 37; 3) Nicola Waldrigues, 35.

Estreantes Misto: 1) Guilherme Machado, 46; 2) Bruno Cervantes, 37; 3) Isack Rabelo, 35.

Novatos Light: 1) Matheus Oliveira Martins, 42; 2) Vinicius Martins, 37; 3) Guilherme Cabrera, 35.

Novatos Misto: 1) Rebeca Machado, 44; 2) Matheus Gomes, 37; 3) Carlos Eduardo Pimenta, 35.

Maníacos do Kart (MDK): 1) Rodrigo Parmezzani, 42; 2) Luiz Felipe Paiva, 37; 3) Valdo Gregorio, 35.

Speed Pro: 1) Rodrigo Borges, 44; 2) Alberto Otazu, 39; 3) Matheus Nozaki, 35.

Confira o cronograma da 2ª etapa do SM Kart Competition: 12h30 – Treino; 13h00 – Trio Speed Angels; 13h30 – – Mário Rotama; 14h00 - Santidade Racing/Estreantes Misto; 14h30 – Estreantes feminina; 15h00 – Sênior; 15h30 – Super Sênior; 16h00 – Coringa; 16h30 – Graduados; 17h00 - Novatos Misto; 17h30 – Novatos Light; 18h00 – Speed Pro; 18h30 – Maníacos do Kart.

BRB Stock Car Pro Series faz "esquenta" no centro de Curvelo

A abertura da temporada 2026 da BRB Stock Car Pro Series acontece neste final de semana (6, 7 e 8 de março), em Curvelo (MG), e será marcada por ativações voltadas para crianças e adultos. A programação da etapa inicial do calendário combina ações institucionais, experiências, entretenimento e iniciativas de impacto social, dentro e fora do Circuito dos Cristais.

A agenda começa na quinta-feira (5) com o "Esquenta Stock Car", realizado das 17h às 20h na Praça da Estação (Praça Mauá). A ação colocará os fãs junto de carros da BRB Stock Car Pro Series e da TCR South America. Também estarão presentes os veículos oficiais de Medical e Safety Car. Como atração extra, o encontro contará também com carros históricos da Polícia Civil de Minas Gerais.

O evento terá apoio das montadoras parceiras da Stock Car – Chevrolet, Toyota e Mitsubishi –, além da presença da distribuição de brindes proporcionados por pilotos, equipes e patrocinadores. Uma sessão de autógrafos com pilotos reforçará a conexão direta entre atletas e fãs, enquanto a presença do mascote Stockinho proporcionará momentos de diversão para o público infantil. A programação inclui ainda show da banda Opala 69, consolidando o ambiente festivo que marca o início da etapa.

Iniciativa social – Na sexta-feira, a Stock Car promove o Stockinho Day, iniciativa social do Instituto Stock Car que levará cerca de 500 crianças da rede pública para uma visitação especial ao autódromo. A ação, que é realizada em todas as etapas da categoria, reforça o compromisso da Stock com projetos de inclusão e relacionamento comunitário, ampliando o legado da etapa para além do aspecto esportivo.

O sábado, além dos treinos e corridas, oferecerá uma experiência especial ao público no autódromo com o FanFest, das 15h às 17h. O evento contará com show da dupla Lucas & Wagner, no Palco Láut, integrando música e esporte em uma proposta de entretenimento completa. As ativações acontecem paralelamente às atividades oficiais da BRB Stock Car Pro Series e das categorias TCR South America/ Brasil, fortalecendo o ambiente de festival automobilístico.

No domingo, a programação esportiva será acompanhada por homenagens ao Dia Internacional da Mulher, reforçando o compromisso institucional da categoria com diversidade e representatividade no automobilismo.

Com uma agenda estruturada para engajar diferentes públicos, ativar patrocinadores e gerar impacto social, a etapa de Curvelo consolida o modelo de evento da Stock Car como uma plataforma integrada de negócios, relacionamento e entretenimento, ampliando a presença da categoria na cidade e fortalecendo sua conexão com fãs e parceiros estratégicos.

CPTM realiza programação especial para comemorar o mês da Mulher

Para marcar as comemorações do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, a CPTM promove um extenso calendário de eventos nas estações das suas quatro linhas. Os passageiros vão poder aproveitar a programação comemorativa que inclui música e arte. Além dos momentos de lazer e entretenimento, será realizada também uma pesquisa para entender os anseios das mulheres que se deslocam diariamente pelas linhas.

A partir desta quarta-feira (4), o ponto de partida das homenagens às mulheres começa pela realização da pesquisa de "Voz Feminina", que ouvirá cerca de 500 mulheres, com o objetivo de desenhar o perfil das passageiras e descobrir quais são os desejos e preocupações das mulheres em relação aos serviços prestados pela companhia.

A iniciativa celebra também o Dia da Mulher Ferroviária, instituído pela Lei nº 17.830, de 01 de novembro de 2023, para marcar o pioneirismo da mulher ferroviária. O levantamento integra o compromisso da CPTM em oferecer um ambiente igualitário e respeitoso, garantindo que as passageiras tenham conforto e segurança em seus deslocamentos.

Na sua 7ª edição, realizada a cada dois anos, a pesquisa 'Voz Feminina' será aplicada até o dia 11 (somente em dias úteis), sempre das 11h30 às 18h30, nas estações Prefeito Celso Daniel-Santo André (Linha 10-Turquesa), Corinthians-Itaquera (Linha 11-Coral), Tatuapé (Linha 12-Safira) e Aeroporto-Guarulhos (Linha 13-Jade).

Com os resultados, a CPTM poderá elaborar serviços e ações direcionadas ao público feminino, que já representa quase 50% dos passageiros transportados atualmente.

Música para embalar

Na sexta-feira (6), a música vai embalar as pessoas que estiverem circulando pela Estação Brás. Por volta das 12h30, a banda do Corpo Musical da Polícia Militar do Estado de São Paulo apresenta o programa Estação Musical – Sons da Cidade com Grupo de Choro, que traz as origens desse gênero genuinamente brasileiro. Marcado pela informalidade dos encontros musicais e pelo compartilhamento artístico, onde o piano assume a função do violão de sete cordas, criando bases harmônicas e espaços de improvisação.

Desde 2021, sete integrantes fazem um show com músicas de compositores renomados, como Abel Ferreira, Pixinguinha, Waldyr Azevedo, Zequinha de Abreu, Benedito Lacerda, Severino Araújo, Jacob do Bandolin, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e Astor Silva.

Ação de acolhimento

Ainda na sexta-feira (06), das 7h às 13h, as estações Guaianases e Brás terão uma Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres, parceria com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Trata-se de um programa itinerante que percorrerá diferentes estações da CPTM na cidade de São Paulo, com o objetivo de garantir acesso aos serviços da rede de enfretamento à violência contra a mulher.

Grafite

A partir de segunda-feira (16), a Estação Juventus-Mooca recebe intervenção artística do pintor, ilustrador e muralista Filite, autor de uma das artes do trem em homenagem ao Ayrton Senna, que desenhará um painel retratando e homenageando as diversas mulheres operárias.

Entre as iniciativas permanentes que demonstram o cuidado e empenho no bem-estar dos passageiros, especialmente as mulheres, estão o Espaço Maternidade, na Estação da Luz, e o Espaço Acolher. Presente em 26 estações, as salas oferecem atendimento humanizado e com privacidade a mulheres vítimas de importunação sexual nos trens e estações da empresa.

Em 2025, o Espaço Maternidade realizou 4.225 atendimentos e o Espaço Acolher atendeu 53 mulheres vítimas de importunação sexual.

Homenagem às mulheres ferroviárias

Em reconhecimento ao trabalho e esforço das profissionais femininas, na segunda-feira (9), um grupo de 70 mulheres, representando várias áreas da empresa, vai receber uma homenagem simbólica em cerimônia interna. São mais de 1.160 colaboradoras da CPTM, representando cerca de 19% da força de trabalho, em mais de 500 funções operacionais.

CPTM Divulgação Governo de SP

Para apoiar todo esse braço feminino responsável também por levar os milhares de passageiros transportados, a companhia fortalece a agenda de diversidade, equidade e inclusão com o programa interno de mentoria "Elas na Ferrovia".

Lançado em 2025, o projeto estimula a conexão entre colaboradoras de diferentes áreas e níveis de experiência, criando um ambiente propício para o desenvolvimento profissional, a troca de conhecimentos e o fortalecimento da rede feminina na ferrovia.

A proposta também valoriza o papel das mentoras como agentes de transformação, estimulando o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de competências interpessoais estratégicas. Mais do que um projeto de capacitação, o Elas na Ferrovia representa um movimento institucional para impulsionar o protagonismo feminino e construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, acolhedor e colaborativo.

Segundo o presidente da CPTM, Michael Cerqueira, todas essas iniciativas estão integradas no plano de metas da empresa com o compromisso de elevar a diversidade, equidade e inclusão durante todo este ano. "Estamos nos desafiando a engajar todas as camadas da empresa, passando por diretores, líderes e agentes de estação, a atuar nas práticas que vão sustentar ações concretas para a valorização das pessoas e fortalecer definitivamente o papel de uma empresa mais inclusiva, contribuindo para a ocupação feminina em qualquer caminho traçado no seu desenvolvimento", afirma Michael. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereadores(as) do MDB, PL, União e Podemos já conversam em função de possível candidatura e eleição do vice-prefeito Melo (PL) ao Senado 2026. Se for eleito, quem estiver presidente em 2027 será vice-prefeito(a)

.

PREFEITURA (São Paulo)
No Secretariado do Ricardo Nunes (MDB), já são muitas as pré-candidaturas pra disputar em 2028 o cargo da mais importante prefeitura do Brasil e América Latina. Já há também deputados na ALESP e na Câmara Federal

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Histórias : de nada valeu o fato do capitão (Exército) Castelo Branco ter sido eleito deputado em 2018. Seu 1º e único mandato não produziu o prestígio esperado por ele ser sobrinho-neto do ex-presidente Castello Branco

.

GOVERNO (São Paulo)
Capitão [reformado do Exército], o governador e candidato à reeleição (Republicanos) tem dito que tanto os USA [2º mandato do presidente Trump] como Israel vencerão [com inteligências] a guerra contra o Irã / ex-Pérsia

.

CONGRESSO (Brasil)
A CPI do crime organizado [Senado] e a CPMI [Senado e Câmara Deputados] do caso INSS estão fragilizadas pela prisão temporária [na PF] do agora tratado como criminoso / mafioso Daniel Vorcaro [caso do banco Master]

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Uma coisa é o Lula (dono do PT) achar que pode aconselhar o colega (USA) Trump em relação a uma paz com o governo religioso de xiitas com interpretações do Islã. Outra coisa são é a lógica de quem ganha as guerras

.

PARTIDOS (Brasil)
Em função do maior caso de corrupções e crimes contra o povo e o Estado, cristãos e cristãs dirigentes nas legendas têm a obrigação espiritual de demonstrar [mesmo que não lhes peçam] que buscam as Éticas do Cristo

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Antecipamos que estava na cabeça e no coração do cristão [protestante] e ministro (Supremo) André Mendonça "realizar a justiça possível". Mandou prender temporariamente na PF o Daniel Vorcaro [caso do Banco Master]

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Seja a tua misericórdia, Senhor, sobre nós, como em ti esperamos" **Salmo 33:22**

Redução da pressão da água economizou 105 bilhões de litros, suficiente para abastecer a capital, Guarulhos, São Bernardo e Mauá por 30 dias

Desde o início da redução da pressão noturna, em 27 de agosto do ano passado, foram economizados 105 bilhões de litros de água na Região Metropolitana de São Paulo, volume suficiente para garantir o abastecimento de 14,5 milhões de moradores por cerca de 30 dias, ou o equivalente à população da Capital, Guarulhos, São Bernardo e Mauá.

A redução de pressão noturna atende a deliberação do Governo de São Paulo e da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), e tem como objetivo preservar o nível dos mananciais diante da pior estiagem dos últimos dez anos, em um contexto de emergência climática. Entre os dias 27 de agosto e 21 de setembro, a medida ocorreu por oito horas, começando às 21h e encerrando às 5h. A partir de 22 de setembro, o horário foi ampliado em duas horas, com início às 19h e término às 5h.

Desde outubro do ano passado, o Governo de São Paulo adota um modelo inédito e moderno de monitoramento e gestão das águas dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo, com objetivo de proporcionar tomadas de decisões mais rápidas em períodos de escassez hídrica.

A nova metodologia conta com 7 faixas de atuação, de acordo com os níveis de reservação nos períodos de chuva e de estiagem. As faixas correspondem a etapas graduais de criticidade e orientam os gestores sobre as medidas que devem ser adotadas em cada um dos cenários.

Foto/Governo de São Paulo/Divulgação

O monitoramento é feito diariamente pelo Sistema Integrado Metropolitano (SIM), que reúne dados dos sete reservatórios interligados da Grande São Paulo, entre eles o Cantareira, que abastece quase metade da região. O SIM oferece dados de cada represa, além de índices pluviométricos e comparativos com períodos anteriores, possibilitando decisões baseadas no desempenho do conjunto dos mananciais, e não apenas de um sistema isolado.

Investimentos da Sabesp em segurança hídrica

Os investimentos realizados ao longo dos últimos anos têm ampliado a resiliência do sistema de abastecimento paulista. A transposição Jaguari-Atibainha, que permite a transferência de água da bacia do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, e a conclusão do Sistema São Lourenço são exemplos de obras que contribuíram para aumentar a segurança hídrica da Região Metropolitana.

Houve também reforço no abastecimento de água com a entrega no início deste mês do bombeamento de até 2.500 litros por segundo da bacia do rio Itapanhaú, na Serra do Mar, para o Sistema Alto Tietê. Outra obra importante que já está em execução é a interligação Billings-Alto Tietê, que permitirá a captação de até 4 mil litros de água bruta por segundo no braço do Rio Pequeno, na represa Billings, em São Bernardo.

Em 2025, foram concluídas ainda a ampliação da Estação de Tratamento de Água do Rio Grande, com aumento de capacidade de 500 litros por segundo e investimento de R$ 120 milhões, beneficiando mais de 120 mil pessoas e a modernização da Estação de Tratamento de Água do Alto da Boa Vista, com investimento de R$ 25 milhões.

Desde a desestatização, a Sabesp está investindo mais de R$ 5 bilhões até 2027 em novas obras de resiliência hídrica, reforçando a capacidade de resposta do sistema frente a cenários de seca prolongada e demanda elevada.

Uso consciente e segurança hídrica

A superação de cenários de seca prolongada depende tanto da gestão técnica quanto da colaboração da sociedade. O Governo do Estado tem reforçado a importância do uso consciente da água, especialmente em um contexto de altas temperaturas, menor volume de chuvas e aumento do consumo.

Pequenas atitudes cotidianas contribuem para preservar os mananciais e fortalecer a segurança hídrica: reduzir o tempo do banho de 15 para 5 minutos pode economizar até 162 litros de água em um apartamento; lavar o carro com balde, em vez de mangueira, evita o desperdício de 176 litros; e varrer a calçada, em vez de lavá-la, pode poupar até 279 litros a cada 15 minutos. (Governo de SP)

Governo divulga oito novas cidades selecionadas para a São Paulo State Film Commission

O Governo do Estado de São Paulo anuncia as oito primeiras cidades selecionadas pelo Edital 01/2026 da São Paulo State Film Commission. De acordo com a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, os municípios passam a integrar oficialmente a rede estadual de cidades-locação, iniciativa que fortalece a política pública de atração de produções audiovisuais em todo o território paulista. As cidades selecionadas nesta etapa são: Águas de São Pedro, Águas de Lindóia, Cubatão, Ilha Comprida, Mococa, Paraibuna, Presidente Prudente e São Carlos.

"A São Paulo State Film Commission está ampliando a sua rede com mais oito cidades, o que se traduz diretamente em mais oportunidades. Ao atrairmos filmagens para essas regiões, aquecemos a economia local de ponta a ponta e projetamos o nosso interior e litoral como destinos altamente competitivos para produções audiovisuais nacionais e internacionais", afirma a secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, Marilia Marton.

A seleção considerou critérios como relevância cultural e histórica, potencial turístico, diversidade regional e infraestrutura disponível para receber produções como filmes, séries, documentários, publicidade e demais conteúdos audiovisuais. Com perfis distintos, que vão de estâncias turísticas e cidades litorâneas a polos universitários e centros urbanos estratégicos, os municípios ampliam a diversidade de locações ofertadas pelo Estado.

A São Paulo State Film Commission é executada pelo Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP) e atua como elo entre produtoras, poder público e territórios, promovendo São Paulo como destino competitivo para filmagens nacionais e internacionais.

Os municípios selecionados passam a integrar um programa permanente, comprometendo-se a estruturar fluxos de atendimento às produções, facilitar autorizações, apoiar visitas técnicas e organizar informações sobre locações e serviços locais. A iniciativa fortalece o audiovisual como vetor de desenvolvimento econômico, geração de emprego e promoção turística.

Outras cidades estão em fase de seleção pelo edital e serão anunciadas em breve, completando o total previsto nesta chamada.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail: contatofilmcommission@mis-sp.org.br (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Fim do 6x1: Lula propõe negociação entre patrões, empregados e governo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs, na noite da terça-feira (3), que a proposta de lei para o fim da escala 6x1 seja construída, em conjunto, por empregados, patrões e o governo.

A declaração de Lula ocorreu na abertura da Segunda Conferência do Trabalho, que ocorre na capital paulista até o próximo dia 5, no Anhembi.

Segundo o presidente, para os trabalhadores, será mais vantajoso realizar um acordo com a classe empresarial antes de o Congresso apreciar o tema.

"É melhor vocês construírem negociando do que vocês terem que engolir uma coisa aberta vinda do Congresso, e depois ter de recorrer à Justiça do Trabalho", disse.

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

"Tanto será melhor para nós se o que sair for o resultado de um acordo entre os empresários, os trabalhadores e o governo", acrescentou.

O presidente disse ainda que o governo não irá "pender para um lado" nas discussões.

"Não iremos prejudicar os trabalhadores. E também não queremos contribuir com o prejuízo da economia brasileira. Nós queremos contribuir para, de forma bem pensada, bem harmonizada, encontrar uma solução", disse.

O encontro, no Anhembi, visa, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecer diretrizes para a promoção do trabalho decente no Brasil e fortalecer o diálogo social e a construção coletiva de políticas públicas. (Agência Brasil)

Caixa retoma financiamento para imóveis acima de R$ 2,25 milhões

A Caixa Econômica Federal anunciou na terça-feira (3) a retomada do financiamento para compra de imóveis residenciais acima de R$ 2,25 milhões com recursos da caderneta de poupança.

A modalidade, enquadrada no Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), estava suspensa desde outubro de 2024 para contratações individuais. À época, o banco decidiu dar prioridade ao crédito para imóveis de menor valor, diante da redução de recursos disponíveis na poupança.

Com a decisão, pessoas físicas voltam a poder financiar imóveis de alto padrão com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), principal fonte de crédito imobiliário do país.

Em nota, a vice-presidenta de Habitação da Caixa, Inês Magalhães, informou que o pacote habitacional do fim do ano passado ampliou a disponibilidade de recursos da poupança para o crédito habitacional, permitindo a retomada gradual das operações nessa faixa de valor.

"A reabertura amplia o escopo de atuação do banco no crédito habitacional, fortalece o relacionamento com clientes de alta renda e contribui para o aquecimento do mercado imobiliário e da construção civil", afirmou a executiva em nota.

No fim do ano passado, o governo lançou um novo modelo de crédito imobiliário. Entre as mudanças, está a redução gradual na destinação dos depósitos da caderneta para o compulsório, dinheiro que os bancos são obrigados a manter parados no Banco Central (BC), até que 100% dos recursos da poupança possam servir de referência para o crédito habitacional.

Suspensão

Desde 2024, a Caixa vinha destinando os recursos da poupança para imóveis enquadrados no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que atende unidades de menor valor.

Segundo o banco, a estratégia buscava democratizar o acesso ao crédito, atender maior número de famílias e ajustar a oferta à menor captação da poupança, que têm registrado mais retiradas que depósitos nos últimos anos.

Com a melhora na liquidez (dinheiro disponível) do SBPE após as mudanças regulatórias, o banco decidiu ampliar novamente a atuação no segmento de alto padrão.

A Caixa havia retomado o financiamento para a construção de imóveis no SFI, mas com uma exigência adicional: os projetos precisam obter o Selo Casa Azul Uni, certificação de sustentabilidade concedida pelo banco.

O selo avalia critérios ambientais e de eficiência das obras e classifica os empreendimentos nos níveis Bronze, Prata ou Ouro. A medida está alinhada às metas ambientais, sociais e de governança (ESG) da instituição.

Com a decisão, a Caixa volta a atuar em todas as faixas do crédito imobiliário com recursos da poupança, ampliando a oferta tanto para imóveis populares quanto para unidades de maior valor. (Agência Brasil)

Fazenda vê preocupação fiscal, e votação de aumento da licença-paternidade fica ameaçada no Senado

O Ministério da Fazenda manifestou a parlamentares e internamente no governo Lula (PT) preocupação com o impacto fiscal do projeto de lei que aumenta de forma gradual a licença-paternidade de 5 para 20 dias a partir de 2027. De acordo com três congressistas, a resistência pode travar a votação.

O aumento da licença-paternidade é uma das marcas que aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendem apresentar na campanha eleitoral. O projeto foi aprovado no fim do ano passado pela Câmara dos Deputados, apesar da resistência dos empresários, que atuaram contra a ampliação dos dias de afastamento dos funcionários para cuidarem dos filhos recém-nascidos.

O projeto negociado na Câmara pelo deputado Pedro Campos (PSB-PE) estabeleceu que os pais terão 10 dias de licença a partir de 2027. A cada ano, serão acrescidos cinco dias de licença. Portanto, serão 15 dias em 2028 e 20 dias em 2029.

O impasse com o governo surgiu por causa do repasse dos custos para o Tesouro Nacional. Hoje a licença é custeada pelas empresas, com cinco dias de folga corridos para os funcionários. Se o projeto for aprovado, o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) passaria a assumir o pagamento. A estimativa é de que o custo começará em R$ 3,3 bilhões em 2027, quando a licença passaria a ser de 10 dias.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o Planalto é "totalmente favorável" à aprovação da licença-paternidade, mas não garantiu que a votação ocorra nesta quarta.

Segundo Randolfe, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, iria conversar com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ainda nesta terça-feira (3) sobre questões relativas à matéria, que ele não detalhou.

Questionado sobre a votação estar mantida na quarta, ele disse que dependeria dessa conversa. "Pode ser que tenha ajustes, pode ser que não tenha. Depende desse diálogo que os dois certamente terão. [...] Em princípio, está na pauta amanhã [quarta]", respondeu.

Parlamentares afirmaram que o secretário-executivo está preocupado com o impacto nas contas públicas, que recentemente tiveram um rombo por causa do recuo do governo na taxação de produtos importados, após críticas da população.

Parlamentares que defendem a aprovação do projeto afirmam, de forma reservada, que a Casa Civil também teria se oposto à votação agora, por causa do impacto fiscal. Para esses congressistas, o governo tem condições de remanejar o Orçamento, mesmo se houver necessidade de aprovar um novo projeto de lei para isso, após a aprovação da licença no Senado –não necessariamente antes.

O receio é que caso o governo proponha um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), tipo de projeto específico para tratar de matéria orçamentária, a votação no Senado seja adiada por tempo indeterminado.

Questionada pela reportagem, a assessoria da Casa Civil afirmou que "não há previsão de envio de PLN para tratar deste tema". A pasta não respondeu, contudo, qual é sua posição a respeito do projeto e quais são as medidas fiscais a serem tomadas para a aprovação. O Ministério da Fazenda também foi procurado, mas não respondeu.

No projeto de lei que amplia a licença-paternidade, os 20 dias de licença –com custo de R$ 5,4 bilhões por ano para os cofres públicos só ocorrerão se o governo federal cumprir a meta fiscal de 2028. Caso contrário, a ampliação será adiada por um ano. O custo para os cofres públicos ficaria compensado pelo corte de benefícios tributários, aprovado em outro projeto em 2025. (Folhapress)

Caixa antecipa Bolsa Família e renegocia crédito a vítimas de enchente

A Caixa Econômica Federal anunciou um pacote de medidas para apoiar moradores e empresas afetados pelas enchentes na Zona da Mata mineira. As ações incluem a antecipação do Bolsa Família e condições facilitadas de crédito e renegociação para pessoas físicas e jurídicas nas cidades em situação de emergência.

Bolsa Família antecipado

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o banco vai liberar o pagamento do Bolsa Família já no primeiro dia do calendário do programa para todos os beneficiários dos municípios atingidos.

O valor estará disponível a partir de 18 de março, medida que também valerá para abril, garantindo continuidade da proteção social às famílias impactadas.

Habitação: pausa e renegociação

Clientes com financiamento habitacional poderão pedir:

- Pausa de até seis meses nas prestações, pelo aplicativo Habitação Caixa;
- Incorporação das parcelas vencidas ao saldo devedor, com diluição no prazo restante do contrato;
- Manutenção das condições originais de juros e prazo.
- Todos os contratos contam com seguro obrigatório de Danos Físicos ao Imóvel (DFI) e Morte ou Invalidez Permanente (MIP).

Centrais de atendimento para Seguro Residencial

- Caixa Seguradora 0800-274-1000, para contratações até 14/02/2021;
- Caixa Residencial: 0800-722-4926 (assistência) e 0800-722-4923 (sinistros), para contratações a partir de 15/02/2021.

Centrais de atendimento Seguro Obrigatório de morte e invalidez permanente do mutuário (MIP) e de danos físicos ao imóvel (DFI):

- Caixa Seguradora: 0800-274-1000 e WhatsApp 0800-749-2020, contratações até 14/02/2021;
- Caixa Residencial: 0800-722-4923 ou WhatsApp (11) 99506-9519, contratações a partir de 15/02/2021;
- Too Seguros: 0800-775-9191, WhatsApp (11) 99400-3326, ou no site da seguradora;
- American Life: 0800-949-8080
- Tokio Marine: 0800-318-6546

Medidas para pessoas físicas

Penhor:

- Dispensa automática de encargos por atraso na renovação por 90 dias;
- Suspensão de leilão das garantias enquanto durar o decreto de emergência.

Empréstimo pessoal e renegociação:

- Pausa de até três parcelas.

Consignado:

- Possibilidade de ajuste de prazo e revisão de juros, conforme contrato.

Cesta de serviços

- Isenção de mensalidade por três meses, para quem não tiver outro benefício ativo.

Condições para empresas

Financiamentos e capital de giro:

- Pausa de até três meses em contratos de investimento, capital de giro e microcrédito.

Girocaixa Fácil:

- Até 30 meses para amortização;
- Prazo pode chegar a 60 meses, conforme garantia.

Máquinas e equipamentos:

- Até seis meses de carência;
- Até 60 meses para pagamento.

CDB Flex ou Progressivo para micro e pequenas empresas (MPE):

- Flexibilização para resgate de aplicações, se não houver bloqueios.

Crédito rural

Pessoa física (produtor rural):

- Prorrogação de vencimentos em caso de frustração de safra;
- Possibilidade de novos contratos mesmo com prorrogações ativas.

Pessoa jurídica (produtor rural):

- Cooperativas e agroindústrias afetadas podem solicitar alongamento e prorrogação de prazo, mediante comprovação.

Medidas para hospitais

Santas Casas e hospitais filantrópicos ou não filantrópicos poderão solicitar:

- Pausa de até 12 meses nas prestações;
- Incorporação das parcelas ao final do contrato ou pagamento apenas de juros, conforme modalidade.

Atendimento em Matias Barbosa

Caminhão-agência da Caixa está em operação no município de Matias Barbosa;

- Local: Praça Central Peter H. Birkeland;
- Horário: 10h às 16h.

Canais de atendimento

- Alô CAIXA: 4004-0104 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-104-0104 (demais regiões);
- Aplicativos: Caixa Tem, Habitação Caixa e FGTS;
- Internet Banking pelo site oficial da Caixa.

As medidas valem para municípios da Zona da Mata mineira com decreto de situação de emergência reconhecido. (Agência Brasil)

Câmara Legislativa aprova uso de imóveis públicos para socorrer BRB

Por 14 votos favoráveis e 10 contrários, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou na terça-feira (3) o projeto que autoriza o Governo do Distrito Federal (GDF) a fazer um aporte no Banco de Brasília (BRB) para cobrir prejuízos relacionados às operações com o Banco Master.

Encaminhado pelo governador Ibaneis Rocha, o texto autoriza o DF a capitalizar o banco e a contratar empréstimo de até R$ 6,6 bilhões com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou com outras instituições financeiras.

Além disso, o projeto permite oferecer nove imóveis públicos para venda, transferência ao banco ou estruturação em fundo imobiliário. Os imóveis podem ainda servir como garantia nas operações de crédito, cobrindo eventuais inadimplências do BRB.

A votação foi precedida de intensa articulação política. Na véspera, o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, reuniu-se por quase 12 horas com deputados distritais.

Em discurso, afirmou que, sem a aprovação do projeto, o banco poderia "deixar de existir" e interromper operações como pagamento de servidores, programas sociais, transporte público e linhas de crédito.

O tema dividiu a Casa. Deputados da base governista defenderam a proposta como única alternativa para preservar o controle do banco pelo DF. "Não vamos deixar o BRB ir para o fundo do poço", afirmou o líder do governo, Hermeto (MDB).

Parlamentares de oposição classificaram o texto como um "cheque em branco". A deputada Paula Belmonte (PSDB) exibiu uma réplica simbólica de um cheque durante a sessão, criticando a falta de laudos detalhados de avaliação dos imóveis.

O deputado Chico Vigilante (PT) afirmou que a proposta permite a alienação de bens públicos sem comprovação adequada de interesse público e anunciou que a oposição estuda ingressar na Justiça para tentar barrar a futura lei.

Um estudo técnico da Consultoria da própria CLDF havia recomendado a rejeição do projeto, por riscos jurídicos e fiscais. Entre os problemas, está a possível afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal e impactos no orçamento do DF.

A votação foi tensa, com funcionários do BRB ocupando as galerias do plenário e a entrada da Câmara Legislativa. Por diversos momentos, eles bateram boca com deputados da oposição, que acusaram os bancários de serem usados como massa de manobra pelo governador Ibaneis.

Durante a tramitação, deputados incluíram alterações no texto:

Obrigação de relatórios trimestrais do BRB com detalhamento das operações;

Previsão de reversão ao DF de valores excedentes ao necessário para recompor o capital do banco;

Compensação, com imóveis equivalentes, à Companhia Energética de Brasília (CEB), à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e à Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), caso seus terrenos sejam utilizados;

Destinação de 20% do valor arrecadado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF), que poderá converter o montante em ações do banco;

Criação de um Fundo de Investimento Imobiliário (FII) em modelo de condomínio fechado, com o DF como cotista inicial e o BRB responsável pela estruturação.

O BRB pediu aos acionistas autorização para aporte de até R$ 8,86 bilhões, e uma assembleia está marcada para o dia 18 de março. A instituição pretende apresentar solução até 31 de março, quando divulgará o balanço de 2025. A votação em segundo turno deve ocorrer nos próximos dias. (Agência Brasil)

Estoque de carros importados supera o de modelos nacionais, diz Volkswagen

O estoque de carros importados supera o de modelos nacionais. O dado foi contabilizado pela Volkswagen.

Em janeiro de 2026, havia 210,5 mil veículos importados à espera de compradores no país. Já o estoque de automóveis feitos no Brasil estava em 148,8 mil unidades.

Segundo Ciro Possobom, CEO da Volkswagen do Brasil, 80% dos carros estrangeiros estocados são de origem chinesa.

A montadora alemã tem criticado os sistemas de montagem SKD e CKD adotados por marcas como a BYD.

De acordo com Possobom, a Volkswagen movimenta 26 mil toneladas de aço no país, o que não ocorre quando os veículos chegam desmontados ou parcialmente montados ao Brasil.

A Guerra no Oriente Médio também é uma preocupação da VW. A montadora teve problemas com o fluxo de peças que são distribuídas globalmente por navios, operação que já havia sido afetada com o inverno rigoroso na Europa.

Com o conflito, a empresa está mapeando o fluxo para decidir se terá de usar mais o transporte aéreo e em quais condições, com impacto nos custos. (Folhapress)

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Produtos Alimentícios Arapongas S.A. - Prodasa - Em Recuperação Judicial

C.N.P.J. 75.404.814/0001-90 - Rua Dona Santa Veloso, nº 510, Vila Guilherme, São Paulo - SP

Demonstrações Contábeis

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submete-mos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2025. São Paulo, 18 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	**39.138.931,56**	**32.736.974,26**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.032.552,93	751.182,88
Créditos de Clientes	20.110.946,49	15.118.728,36
Outros Créditos	12.517.222,37	12.285.952,56
Estoques	4.415.995,64	4.544.883,54
Despesas Antecipadas	62.214,13	36.226,92
Não Circulante	**78.402.013,48**	**78.314.593,05**
Realizável a Longo Prazo	14.315.188,94	14.271.440,02
Investimentos	1.447.626,34	1.447.626,34
Imobilizado	62.581.747,24	62.538.075,73
Intangível	57.450,96	57.450,96
TOTAL DO ATIVO	**117.540.945,04**	**111.051.567,31**
PASSIVO	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante	**90.248.676,37**	**68.136.546,49**
Fornecedores	24.713.725,05	11.074.096,82
Empréstimos e Financiamentos Bancários	10.495.268,86	7.723.139,81
Obrigações Trabalhistas	40.916.848,87	37.193.184,62
Obrigações Tributárias	9.876.540,14	8.174.765,12
Contas a Pagar	4.246.293,45	3.971.360,12
Não Circulante	**109.336.562,58**	**106.196.787,85**
Empréstimos e Financiamentos Bancários	25.996.862,65	26.000.455,75
Obrigações Tributárias		
Parcelamentos de Tributos e Contribuições	22.684.742,42	22.684.742,42
Empréstimos de Pessoas Ligadas	40.564.522,71	37.421.154,88
Obrigações Trabalhistas	20.090.434,80	20.090.434,80
Patrimônio Líquido	**(82.044.293,91)**	**(63.281.767,03)**
Capital Social	14.300.000,00	14.300.000,00
Reservas de Lucros		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	44.803.933,96	44.803.933,96
(-) Prejuízos Acumulados	(141.148.227,87)	(122.385.700,99)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**117.540.945,04**	**111.051.567,31**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	43.219.065,41	43.392.830,17
(-) Cpv, Cmv	(43.036.262,65)	(35.442.431,17)
(=) Lucro Bruto	182.802,76	7.950.399,00
(-) Despesas Operacionais	(16.409.997,73)	(15.729.524,06)
Despesas com Vendas	(10.037.793,47)	(8.287.690,78)
Despesas Administrativas	(3.126.975,39)	(3.224.449,41)
Despesas Gerais	(3.425.268,83)	(4.695.678,50)
Outras Receitas Operacionais	180.039,96	478.294,63
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	(16.227.194,97)	(7.779.125,06)
(-) Resultado Financeiro	(4.576.040,77)	(5.000.431,87)
Receitas Financeiras	101.745,32	66.955,43
Despesas Financeiras	(4.474.295,45)	(4.933.476,44)
(+) Outras Receitas	34.000,00	2.455.683,98
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	(20.565.745,10)	(10.189.962,09)
Contribuição Social		
Imposto de Renda		
(=) Resultado Líquido do Período	(20.565.745,10)	(10.189.962,09)
Prejuízo por Ação	(1,4382)	(0,7126)

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial de Prejuízos Acumulados	(122.385.700,99)	(110.530.629,51)
Resultado Líquido do Exercício	(20.565.745,10)	(10.189.962,09)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.803.218,22	(1.665.109,39)
Saldo Final de Prejuízos Acumulados	(141.148.227,87)	(122.385.700,99)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido antes do IR e CSLL	(20.565.745,10)	(10.189.962,09)
Ajustes por:		
Depreciação		
Ganho na alienação do Imobilizado	(34.000,00)	(2.455.683,98)
Aumento na conta a receber de clientes	(4.992.218,13)	(2.521.167,10)
Aumento em outros créditos	(231.269,81)	(171.028,39)
Diminuição nos estoques	128.887,90	1.240.505,16
Aumento nas despesas antecipadas	(25.987,21)	7.863,03
Aumento no realizável a longo prazo	(43.748,92)	(687.858,99)
Aumento na conta fornecedores	13.639.628,23	(810.896,36)
Aumento de obrigações trabalhistas	3.723.664,25	5.156.077,09
Aumento em obrigações tributárias	1.701.775,02	1.150.618,99
Diminuição nas contas a pagar	274.933,33	(2.982.086,47)
Diminuição de credores em recuperação judicial		
Aumento em Parcelamentos de Tributos e Contribuições	–	120.570,96
Diminuição na conta títulos pagar		
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(6.424.080,44)**	**(12.143.048,15)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de equipamento	34.000,00	3.665.137,95
Aumento em Investimento	–	–
Aumento do ativo imobilizado	(43.671,51)	–
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(9.671,51)**	**3.665.137,95**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital		
Aumento de empréstimos a curto prazo	2.772.129,05	(21.454.821,20)
Diminuição de empréstimos a longo prazo	(3.593,10)	24.635.473,07
Aumento de empréstimos de pessoas ligadas	3.143.367,83	7.137.624,17
Dividendos pagos		
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.803.218,22	(1.665.109,39)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**7.715.122,00**	**8.653.166,65**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.281.370,05**	**175.256,45**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	751.182,88	575.926,43
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.032.552,93	751.182,88

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios Findos em 31/12/2025 e 31/12/2024

NOTA 1 - Contexto Operacional: PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S.A. – PRODASA em Recuperação Judicial, pessoa jurídica de direito privado como Sociedade Anônima Fechada, cadastrada no CNPJ 75.404.814/0001-90, com sede na Rua Dona Santa Veloso, nº 510, Vila Guilherme, em São Paulo, Capital, tributada pelo Lucro Real, tem como principais operações a fabricação de biscoitos e bolachas, doces, balas e massas alimentícias, comércio atacadista de produtos alimentícios. **NOTA 2 - Política Contábil e Demonstrações:** As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (comparativas) estão sendo apresentadas em Reais (R$). A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 10.406/2002 e demais legislações e normas contábeis aplicáveis. **NOTA 3 - Regime Contábil Aplicado:** A escrituração contábil foi realizada com base no parágrafo 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/1976 (Leia das S/A), e nas disposições contidas na ITG 2000 – Escrituração Contábil. O Resultado do exercício foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado dos períodos em que ocorrerem, de forma simultânea quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **NOTA 4 - Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **NOTA 5 - Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31.12.95. **NOTA 6 - Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 6.1 Reconhecimento das Receitas de Vendas: A receita de venda de produtos e mercadorias compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança. **NOTA 7 - Empréstimos e Financiamentos:** São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do Balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As Variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras. **NOTA 8 - Capital Social:** O capital social não foi alterado, permanecendo o valor de R$: 14.300.000,00, representado por 14.300.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 cada uma. **NOTA 9 - Receita Bruta Das Vendas:** A receita líquida de vendas para o exercícios de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

RECEITA BRUTA DAS VENDAS	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Vendas	66.991.940,62	59.588.444,44
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-)Impostos Incidentes sobre Vendas	(9.397.466,90)	(7.210.013,65)
(-)Devoluções de Vendas	(11.046.818,55)	(5.724.240,55)
(-)Descontos e Abatimentos	(3.328.589,76)	(3.261.360,07)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	43.219.065,41	43.392.830,17

Diretoria

Marcelo Alcantara Fernandes - Diretor-Presidente
Luiz Sérgio Rufato - Diretor Contábil e Tributário
Maria de Fátima Fernandes Cassitas - Diretora de Recursos Humanos

Contabilidade

Luiz Sérgio Rufato – Contador CRC 1PR014603/0-2-S-SP

FAZENDA PILON S/A

CNPJ: 57.226.151/0001-80 - NIRE: 3.530036405-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO E AGE ,** a se realizar no dia 27.03.2026, às **15:45 horas**, na sede social na Fazenda São José, Bairro São Francisco CEP 18.527-450, em Cerquilho, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

AGRO-PECUÁRIA PILON S/A

CNPJ: 44.973.410/0001-94 - NIRE: 3.53.0036461.9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizar no dia 27.03.2026, **às 16:00 horas**, na Sede Social, sita na Fazenda Santa Maria, Bairro São Francisco CEP 18.527-450 , em Cerquilho, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria: **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **Nelson Pilon – Diretor Presidente.**

J. PILON S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ: 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 27/03/2026, às 15:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro São Francisco, município de Cerquilho, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras ref. ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Destinação do resultado do exercício; c) Eleição dos membros do conselho de administração. **II) Extraordinária:** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon** – Presidente do Conselho de Administração.

FAZENDAS REUNIDAS PILON S/A.

CNPJ: 52.310.885/0001-29 - NIRE: 3.53.0036406-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 27.03.2026, às **15:30 horas**, na sede social situada na Fazenda Santa Maria-Bairro São Francisco – CEP 18527-450, em Cerquilho - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária**:- a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária**: a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Abertura e Encerramento de Filiais; c) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

JUPIRA MINERAÇÃO E AGRO-PECUÁRIA S/A.

CNPJ: 48.697.973/0001-58 - NIRE: 3.53.0036516-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 27.03.2026, **às 16:15 horas,** na sede Social situada na Fazenda Jupira – Estrada Municipal de Porto Feliz/Boituva - Bairro Jupira - CEP 18.540-000, em Porto Feliz - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária**:- a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Porto Feliz, 04.03.2026. **Mário Nirceu Pilon – Diretor Presidente.**

IMPACTA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 61.194.494/0001-87

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2025	2024
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11.554	14.710
Aplicações financeiras	48.950	–
Contas a receber de clientes	27.592	35.477
Estoques	36.999	37.747
Impostos a recuperar	3.096	9.401
Instrumentos financeiros derivativos	–	3.953
Outros ativos	1.101	2.088
Total do ativo circulante	**129.292**	**103.376**
Ativo não circulante		
Impostos a recuperar	3.225	2.921
Depósitos judiciais	1.458	970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.632	12.098
Outros ativos	161	165
Imobilizado	134.663	139.187
Total do ativo não circulante	**160.139**	**155.341**
Total do ativo	**289.431**	**258.717**
Passivo e patrimônio líquido	**2025**	**2024**
Passivo circulante		
Fornecedores	30.684	29.144
Fornecedores risco sacado	857	13.283
Empréstimos e financiamentos	64.004	52.361
Obrigações fiscais	2.024	3.051
Obrigações sociais e trabalhistas	10.612	11.963
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	5.240	5.240
Instrumentos financeiros derivativos	2.577	–
Outras contas a pagar	2.087	4.954
Total do passivo circulante	**118.085**	**119.996**
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	52.034	29.397
Provisão para riscos	4.406	3.606
Total do passivo não circulante	**78.148**	**33.003**
Patrimônio líquido		
Capital social	64.345	64.345
Reservas de lucros	28.853	41.373
Total do patrimônio líquido	**93.198**	**105.718**
Total do passivo e do patrimônio social	**289.431**	**258.717**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2025	2024
Receita operacional líquida	339.619	344.364
Custo dos produtos vendidos	(310.737)	(317.256)
Lucro bruto	**28.882**	**27.108**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(3.113)	(2.283)
Despesas administrativas e gerais	(31.608)	(25.970)
Outras receitas operacionais, líquidas	8.182	3.113
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**2.343**	**1.968**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	4.294	2.430
Despesas financeiras	(21.658)	(12.453)
Variação cambial líquida	(6.033)	(627)
Total do resultado financeiro	**(23.397)**	**(10.650)**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	–	–
Diferidos	8.534	2.888
Prejuízo do exercício	**(12.520)**	**(5.794)**
Prejuízo básico e diluído por ação em R$	**(9,65)**	**(4,46)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2025	2024
Prejuízo do exercício	**(12.520)**	**(5.794)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(12.520)**	**(5.794)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Prejuízo do exercício	**(12.520)**	**(5.794)**
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.534)	(2.888)
Resultado na baixa do ativo imobilizado	(3.198)	1
Depreciação	21.292	25.486
Juros e variações cambiais/monetárias	18.711	11.226
Provisão para riscos	1.602	2.025
Provisão para perdas nos estoques	1.430	(612)
Provisão para perdas esperadas para créditos de liquidações duvidosas	–	(5)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	7.885	5.858
Estoques	(682)	(4.728)
Impostos a recuperar	6.001	(5.421)
Depósitos judiciais	(488)	(191)
Outros ativos	991	(296)
Fornecedores	1.483	(5.100)
Obrigações fiscais	(1.027)	(114)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.351)	507
Provisão para riscos	(802)	(107)
Outras contas a pagar	(2.867)	(1.835)
Caixa líquido gerado pelas operações	**27.926**	**18.012**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–
Juros pagos	(14.826)	(6.759)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**13.100**	**11.253**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(17.455)	(24.323)
Caixa recebido na venda de imobilizado	3.885	–
Aplicações financeiras	(48.950)	1.013
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(62.520)**	**(23.310)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos	86.000	51.724
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	(47.927)	(34.550)
Captações de fornecedores risco sacado	3.488	33.713
Pagamento de fornecedores risco sacado - Principal	(15.297)	(36.537)
Captação de mútuos com partes relacionadas	20.000	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**46.264**	**14.349**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.156)**	**2.292**
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.710	12.418
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.554	14.710
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.156)**	**2.292**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Reservas de lucros: Total reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**64.345**	–	**47.167**	**47.167**	–	**111.512**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(5.794)	**(5.794)**
Transferências	–	–	(5.794)	(5.794)	5.794	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**64.345**	–	**41.373**	**41.373**	–	**105.718**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(12.520)	**(12.520)**
Transferências	–	–	(12.520)	(12.520)	12.520	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**64.345**	–	**28.853**	**28.853**	–	**93.198**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Impacta S.A. Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Impacta"), localizada no município de Cajamar/SP, foi constituída em 1949 tendo como principal objeto a manufatura e comercialização de tubos e bisnagas de alumínio e plástico. Os produtos possuem aplicação em diversos segmentos, incluindo o segmento farmacêutico e cosmético, e são comercializados nos mercados interno e externo. **1.1. Situação econômico-financeira:** Em 2025, a Companhia realizou uma captação de recursos no montante de R$ 50.000, iniciativa voltada à reestruturação e alongamento do perfil de suas dívidas, bem como ao fortalecimento da posição de caixa. Essa operação proporcionou maior flexibilidade financeira, possibilitando à Companhia otimizar o cronograma de pagamentos e reduzir pressões de curto prazo sobre o capital de giro. Como reflexo direto dessa medida, a relação entre ativos circulantes e passivos circulantes apresentou evolução relevante, encerrando positiva em 31 de dezembro de 2025. Esse resultado evidencia a recuperação da liquidez imediata da Companhia de honrar seus compromissos de curto prazo, contribuindo para uma estrutura financeira mais equilibrada e sustentável. Adicionalmente, os acionistas da Companhia não possuem intenção de paralisar suas atividades, e por isso, se comprometem na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário, por meios de aportes que garantam o fluxo de caixa da Companhia. **1.2. Aprovação dessas demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2026 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. **2. Apresentação das demonstrações contábeis, práticas contábeis materiais adotadas e outras informações elucidativas: • Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão. • **Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **a) Aplicação de julgamentos, estimativas, premissas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações contábeis:** O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: • Vida útil remanescente do ativo imobilizado; • Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; • Constituição de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis; • Análise de realização de imposto de renda, contribuição social diferidos e outros impostos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. **b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. **i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado: "caixa e equivalentes de caixa, conta corrente no exterior, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos". O valor justo é determinado conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **ii) Ativos financeiros:** São recebíveis com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos financeiros abrangem contas a receber de clientes. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até o fim de cada exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **iii) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são de curto prazo e reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **iv) Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros nesta classificação: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **v) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro-rata temporis*"). A Companhia possuí junto a um de seus fornecedores a operação de risco sacado, no qual o fornecedor possuí a opção de ceder títulos a receber da Companhia junto a instituições financeiras, onde é efetuado um recebimento antecipado ao fornecedor por parte da instituição financeira sendo descontado os títulos a uma taxa de desconto previamente acordados entre banco e o fornecedor. Cabe ressaltar, que a taxa de desconto não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticados previamente a operação de risco sacado. A transação de risco sacado concede a Companhia uma postergação de prazo aos pagamentos dos títulos que foram previamente negociados na operação, onde os pagamentos serão efetuados diretamente a instituição financeira portadora da negociação, e não mais ao fornecedor. A Companhia também mantém transações de antecipação por parte dos fornecedores de títulos ou notas fiscais a receber de seus clientes, onde a fonte financiadora antecipa o valor a pagar para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente do cliente na data de vencimento, esse procedimento é denominado de "risco sacado". Contabilmente, quando ocorre o *confirming* os títulos são baixados da conta de "Fornecedores" e são registrados em "Fornecedores risco sacado", no pagamento é baixada a provisão contra a conta bancos devido a saída do dinheiro em caixa. • **Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de desses ativos até a data em que os ativos estão substancialmente prontos para o seu uso ou venda pretendida. A receita financeira auferida na aplicação temporária de empréstimos específicos ainda não utilizados com os ativos qualificáveis é deduzida dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado no período em que são incorridos. **vi) Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São os passivos financeiros que sejam: **(i)** mantidos para negociação no curto prazo; **(ii)** designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou **(iii)** derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "*Swaps*" de taxa de juros e de moedas. A Nota Explicativa nº 24 inclui as divulgações sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. **d) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos ou passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos períodos, são reconhecidos como variação cambial ativa ou passiva no resultado. **e) Imobilizado:** É apresentado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear, a taxas que levam em consideração a vida útil remanescente estimada dos bens, de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. • **Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"):** A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. **f) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas quando satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtiver o controle desse ativo. **g) Contas a receber de clientes e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, quando aplicável e relevante. Quando julgado necessário pela administração e seguindo os conceitos do pronunciamento técnico CPC 48, são registradas as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **i) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. **i) Matérias-primas**: custo de aquisição, seguindo o custo médio; **ii) Produtos acabados e em elaboração:** custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia. **j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza. A provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 ao ano e a contribuição social sobre o lucro líquido pela alíquota de 9% sobre a base tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. **m) Patrimônio líquido:** Ao final de cada exercício social, após a apuração do resultado, é verificado os saldos das contas de reservas de lucro, se o montante registrado nas contas de reservas de lucros excederem os montantes registrados nas contas de capital social, o valor excedente deverá ser distribuído ou capitalizado conforme aprovação do Conselho de administração. **2.1. Procedimentos novos e ainda não adotados:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. - Alterações ao CPC 02 (R2); - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1); - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; - Alterações ao CPC 18 (R3); - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e se aplicável. - IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; - IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; - Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 1; e - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Paulo Eric Haegler – Diretor
Sergio Teixeira Rolão – Diretor Gerente
Cassius Allan Palomo dos Santos – Diretor Financeiro
Rodrigo Neroni Coelho – Contador – CRC 1SP 252.839/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Impacta S.A. Indústria e Comércio**. Cajamar - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Impacta S.A. Indústria e Comércio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Impacta S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Grant Thornton Auditores Independentes Ltda** - Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1. **João Henrique Schenk** - Contador - CRC 1SP-202.127/O-8.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da LARISSA INCORPORADORA LTDA, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, DENISE SILVEIRA SICA, brasileira, solteira, maior, empresária, RG nº 16.296.210-1-SSP/SP, CPF nº 087.369.758-85, domiciliada em Botucatu/SP, residente na Alameda das Sibipirunas nº 44, Parque das Cascatas, fica intimada a purgar a mora referente a 18 (dezoito) prestações em atraso, vencidas de 10/09/2024 a 10/02/2026, no valor de R$267.841,35 (duzentos e sessenta e sete mil oitocentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$267.930,20 (duzentos e sessenta e sete mil novecentos e trinta reais e vinte centavos), que atualizado até 11/05//2026, perfaz o valor de R$316.390,60 (trezentos e dezesseis mil trezentos e noventa reais e sessenta centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela LARISSA INCORPORADORA LTDA, dando em garantia o imóvel localizado na Alameda dos Aranapés nº 890, Apartamento nº 2002, localizado no 20º pavimento do empreendimento imobiliário denominado Z Ibirapuera, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 2 na matrícula nº 246.453. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica a fiduciante desde já advertida de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, LARISSA INCORPORADORA LTDA, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 03 de março de 2026. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, pela GMRBC MARACATINS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA foi apresentada, a esta Serventia, requerimento regularmente prenotado sob nº 971.221 em 17 de setembro de 2025, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitearam a retificação administrativa de área dos imóveis situado na Avenida Jurucê nº 335 e Alameda dos Maracatins nºs 898, 894, 888, 884, 878, 868, 866 e 856, matriculados sob nºs 2.314, 26.833, 36.571, 88.736, 102.485, 107.470, 206.322 e 221.808, nesta Serventia Predial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco os senhores proprietários ou seus herdeiros legais, sendo eles: OSWALDO PEREIRA COELHO e sua mulher a Senhora SONIA MARIA BOARI COELHO e MARIA ALICE PEREIRA COELHO (matricula nº 10.662 deste Registro); ALZIRA DOS PRAZERES AMADOR FERREIRA, MÁRCIA SOARES FERREIRA MELO e seu marido JOSÉ CARLOS MORAIS DE MELO e LUIZ ANTONIO SOARES FERREIRA (matricula nº 65.541 deste Registro), e o sindico do EDIFÍCIO MARACATINS (matricula nº 54.908 deste Registro) uma vez que o mesmo não foi localizado, nem mesmo seus herdeiros e/ou inventariantes, e, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ultima publicação deste, que será levado a efeito por dois dias em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 03 de março de 2026.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS
RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 955.579 em 25 de abril de 2025, a requerimento de Neyde Pereira de Avila, qualificada na ata notarial de usucapião lavrada no 13º Tabelião de Notas desta Capital (Lvº 5652, pag.03/018), representada pela advogada Dra. Sandra Regina da Silva Carmo Plate, OAB/SP nº 191.375, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, requereu à USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre o imóvel, situado na Rua Artur Thiré nº 152 e 162, Vila da Saúde, CEP: 04146- 000, encerrando uma area de 170,62m², de acordo com o levantamento possuí uma área construída de 147,00m², devidamente lançado pelo contribuinte nº 046.152.0003- 1, matriculado sob nº 19.223, deste Registro, constando como titular de domínio: EDUINO PEREIRA DE AVILA FILHO, empresário, RG nº 3.817.399, CPF nº 474.456.108-04, casado com MARIA IZILDA ANNUNCIATO DE AVILA, pedagoga, RG nº 5.793.874, CPF nº 560.867.388,72, residentes nesta Capital, na Rua Doutor James Ferraz Alvim nº 93, aptº 171, ANNA DE AVILA ANASTÁCIO, viúva, do lar, RG nº 1.206.660-IFP/RJ, CPF nº 099.345.707-00, residente na Travessa Senna nº 155, Centro, Nova Iguaçu/RJ, e JOAO CARLOS ANASTACIO, analista de sistema, RG nº 04807876-0-IFP/;RJ, CPF nº 367.745.537-53, casado com SOLANGE PERES SANTORO ANASTACIO, digitadora, RG nº 05866977-1-IFP/RJ, CPF nº 672.420.307-49, residentes no Rio de Janeiro/RJ, na Rua Licinio Barcelos nº 802, a margem da citada matricula, estando a requerente exercendo a posse continua, ininterrupta, manda e pacífica, por mais de 30 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela requerente, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º e 16 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Best Points Participações e Afins Ltda.

CNPJ/MF: 39.507.771/0001-05 - NIRE: 35.236.482.083

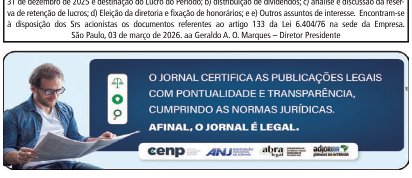
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 09/02/2026

1. Data, Hora e Local: 09/02/2026, às 14h, na sede da Sociedade, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 2.543, Conjunto 74, Jardim Paulista, CEP 01401-000 - SP. **2. Mesa:** Presidente: Ernesto Geraldi Junior. Secretário: Carl Alfred Orberg. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos sócios, nos termos do §2º do artigo 1.072 da Lei Federal nº 10.406/02. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução de capital da sociedade. **5.** Deliberações: **5.1.** Por considerar que o capital é excessivo ao objeto da sociedade, nos termos do art. 1.082, inciso II, do Código Civil, os sócios aprovaram, por votação unânime, a redução do capital social de R$ 16.572.602,00 para R$ 6.048.040,00, mediante o cancelamento de 10.524.562 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, ficando o capital da sociedade reduzido para R$ 6.048.040,00, dividido em 6.048.040 quotas, no valor de R$ 1,00, distribuído proporcionalmente entre os sócios de acordo com suas participações. **5.2.** A redução do capital da sociedade será efetivada mediante o registro, na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social desta sociedade, assinado pelos sócios nesta mesma data, depois de decorrido o prazo de 90 dias contados da publicação desta ata, nos termos do Artigo 1.084. §§1º e 2º da Lei 10.406/02. **5.3.** Com a redução do capital, será devolvido o valor de R$ 10.524.562,00 para os sócios na proporção de suas participações até 10 dias após o registro da referida redução do capital na JUCESP. **6. Encerramento/Aprovação:** Terminados os trabalhos, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo, 09/02/2026. **Mesa:** Ernesto Geraldi Junior - Presidente; Carl Alfred Orberg - Secretário. **Sócios:** Ernesto Geraldi Junior e Carl Alfred Orberg.

LOGICTEL S.A. - CNPJ nº 03.430.070/0001-78 - NIRE 35.300.173.767

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas a se reunirem na sede a Rua da Bica nº 234, Freguesia do Ó, São Paulo/SP, CEP 02925-000, no dia 08 abril de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do total de votos e, em segunda convocação, as 10:30 horas com qualquer número para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: a) exame e discussão do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e destinação do Lucro do Período; b) distribuição de dividendos; c) análise e discussão da reserva de retenção de lucros; d) Eleição da diretoria e fixação de honorários; e e) Outros assuntos de interesse. Encontram-se à disposição dos Srs acionistas os documentos referentes ao artigo 133 da Lei 6.404/76 na sede da Empresa. São Paulo, 03 de março de 2026. aa Geraldo A. O. Marques – Diretor Presidente



VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF nº 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Data, Hora e Local: No dia 26/12/2025, às 10:30h, através da plataforma eletrônica https://us02web.zoom.us/j/82140998080?pwd=tHb1WRzs4JpVd6vxu37aP3cdqzBFYQ.1. **2. Convocação e Presença:** Acionistas da Companhia representando 73,73% do capital social, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Fernando José Garcia** e secretariados Dani Glikmanas. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a capitalização de lucros acumulados apurados até o dia 31/12/2025, nos termos da Lei 15.270/2025. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, analisadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, por unanimidade, sem qualquer restrição ou ressalva. **5.1.** Após análise dos documentos contábeis da Companhia, os acionistas consignaram a existência do montante R$ 49.000.000,00 referente ao lucro acumulado da Companhia, apurado até o momento. **5.2.** Em decorrência do item 5.1. acima e em conformidade com o artigo 6º da Lei 15.270/2025, os acionistas aprovam a capitalização de lucros acumulados no valor total de R$ 19.000.000,00. **5.3.** A capitalização poderá ser realizada até 31/12/2028, ficando a Diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários ao processamento e operacionalização de tal ato. **5.4.** Fica consignado que os valores aprovados nos itens 5.1 e 5.2, bem como sua a definição pela capitalização dos lucros foram devidamente aprovadas dentro do prazo legal previsto na Lei 15.270/2025, de modo que não estão sujeitos à tributação de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, instituída para fatos geradores a partir de 2026. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do Art. 130, §1º da Lei das S.A. Após reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme, aprovada por todos os presentes em 03 vias, de igual teor e forma. **Mesa:** Fernando José Garcia - Presidente; Dani Glikmanas - Secretário. **Acionistas presentes:** Zeos Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Lais Helena Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; João Antônio Zogbi neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Gimenes; Fábio Josão Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Naz Empreendimentos Imobiliários e Participações, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Rubens Elias Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Construtora e Administradora Taquaral Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Nova Rotina Participações Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Luciano Antônio Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Derci de Oliveira Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Siriúba Participações Ltda., neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Bertha Safdie, neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Campineira Patrimonial Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Maiz Empreendimentos e Participações Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Angelia Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; Mikhmoret Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; e Valquirie Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 26/12/2025. **Mesa: Fernando José Garcia -** Presidente; **Dani Glikmanas -** Secretário. **JUCESP** - 50.273/26-7 em 18/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Jornal O DIA SP

QUINTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2026
ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

ASSOCIAÇAO SANTA MARCELINA

CNPJ: 60.742.855/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 - Em reais

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	185.132.321,93	155.949.577,67
Aplicações financeiras	5	131.112.953,81	64.559.828,97
Contas a receber de alunos- educação básica	6	3.513.454,66	3.126.903,93
Contas a receber de alunos- educação superior	6	8.723.811,38	7.287.527,77
Contas a receber de alunos- educação Técnico	6	174.823,78	125.192,83
Adiantamentos	7	4.079.269,56	3.611.111,16
Despesas antecipadas		2.684.917,62	1.944.074,13
Outros ativos	8	3.953.834,83	4.202.046,30
Total do circulante		**339.375.387,57**	**240.806.262,76**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	9.114.741,95	39.503.096,41
Depósitos para recursos judiciais		995.043,93	988.439,59
Contas a receber de alunos- educação básica	6	41.227,36	192.394,45
Contas a receber de alunos- educação superior	6	530.570,46	1.136.337,38
Outras contas a receber		260.000,00	990.000,00
Despesas antecipadas		886.105,40	477.290,94
		11.827.689,10	43.287.558,77
Imobilizado	9	287.833.669,14	275.682.165,07
Imobilizado em andamento		2.475.752,24	1.043.465,38
Intangível	9	29.439.209,91	29.439.209,91
Total do não circulante		**331.576.320,39**	**349.452.399,13**
Total do ativo		**670.951.707,96**	**590.258.661,89**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Contas e títulos a pagar	10	8.845.288,73	7.330.777,66
Obrigações trabalhistas e fiscais	11	26.155.025,72	23.523.858,05
Parcelamento tributário	12	2.177.640,40	4.736.060,76
Receitas antecipadas		9.090.802,18	17.753.853,48
Outras obrigações (Credores Diversos)	13	1.140.202,97	1.108.663,09
Total do circulante		**47.408.960,00**	**54.453.213,04**
Não circulante			
Parcelamento tributário	12	-	1.973.358,65
Provisão para contingências	14	212.292,06	7.534,60
Total do não circulante		**212.292,06**	**1.980.893,25**
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		404.557.640,55	366.808.199,59
Ajuste de avaliação patrimonial		129.266.915,05	129.567.992,96
Resultado do Exercício dos anos Anteriores	16	(96.997,04)	(81.953,76)
Superávit do período		89.602.897,34	37.530.316,81
Total do patrimônio líquido		**623.330.455,90**	**533.824.555,60**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**670.951.707,96**	**590.258.661,89**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do Exercício dos anos Anteriores	Superávit (déficit) do período	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2023	**334.822.880,24**	**129.872.505,44**	(4.069.841,88)	**35.740.648,75**	**496.376.192,55**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	304.512,48	(304.512,48)	-	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	31.670.806,87	-	4069841,88	(35.740.648,75)	-
Resultado do Exercício dos anos Anteriores	-	-	(81.953,76)	-	(81.953,76)
Superávit do período	-	-	-	37.530.316,81	**37.530.316,81**
Saldo em 31/12/2024	**366.808.199,59**	**129.567.992,96**	**(81.953,76)**	**37.530.316,81**	**533.824.555,60**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	301.077,91	(301.077,91)	-	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	37.448.363,05	-	81.953,76	(37.530.316,81)	-
Resultado do Exercício dos anos Anteriores	-	-	(96.997,04)	-	(96.997,04)
Superávit do período	-	-	-	89.602.897,34	89.602.897,34
Saldo em 31/12/2025	**404.557.640,55**	**129.266.915,05**	**(96.997,04)**	**89.602.897,34**	**623.330.455,90**

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em reais

ATIVIDADES DA MANTENEDORA	Nota	2025	2024
(-) Custos administrativos e gerais	18	(203.545,42)	(191.345,54)
Receitas de doações	20	2.698.240,70	-
Outras receitas	21	35.438.037,94	3.406.623,87
Outras despesas	22	(23.971.236,64)	(21.034.458,14)
Resultado das atividades		**13.961.496,58**	**(17.819.179,81)**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		2.600.538,22	734.433,01
Despesas financeiras		(420.602,88)	(789.638,55)
		2.179.935,34	**(55.205,54)**
Superávit/Déficit do período Mantenedora		**16.141.431,92**	**(17.874.385,45)**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em reais

ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Nota	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços – ensino básico	17	136.287.393,67	124.344.665,24
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(13.423.244,00)	(13.686.479,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% LC 187/2021		(136.812,00)	(111.888,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(6.312.196,90)	(6.803.056,67)
(-) Outras bolsas de estudos integrais e parciais		(1.439.265,60)	(840.827,23)
(-) Devoluções / cancelamentos		(306.876,81)	(191.832,49)
(-) Descontos incondicionais		(16.368.713,02)	(14.076.106,70)
		98.300.285,34	**88.634.475,15**
Receitas de atividades extracurriculares		2.685.288,28	2.778.990,20
Outras receitas de prestação serviços educacionais		2.388.533,01	1.860.578,28
(-) Devoluções / cancelamentos		(6.118,00)	(5.957,40)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**103.367.988,63**	**93.268.086,23**
(-) Custo com pessoal docente		(43.273.844,15)	(41.148.412,21)
(-) Custos administrativos e gerais	18	(18.709.547,74)	(18.094.998,80)
Convênios e parcerias	19	1.548.475,41	1.522.240,30
Receitas de doações	20	446.810,66	418.488,62
Outras receitas	21	6.541.041,25	6.547.718,85
Outras despesas	22	(40.041.472,76)	(39.100.396,32)
Resultado das atividades de educação básica		**9.879.451,30**	**3.412.826,67**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		18.078.855,27	11.644.597,53
Despesas financeiras		(138.076,00)	(114.666,01)
		17.940.779,18	**11.529.931,52**
Superávit do período Ensino Básico		**27.820.230,48**	**14.942.758,19**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em reais

ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ENSINO TÉCNICO	Nota	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços - ensino técnico	17	2.266.588,00	1.516.131,00
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(17.255,00)	(5.670,00)
		2.249.333,00	1.510.461,00
(-) Devoluções / cancelamentos		(2.662,44)	-
(-) Devoluções / cancelamentos-Educação Básica Nível Técnico		(3.144,00)	-
(-) Descontos incondicionais		(90,00)	-
Outras receitas de prestação serviços educacionais		175,00	-
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**2.243.611,56**	**1.510.461,00**
(-) Custo com pessoal docente - Ensino Técnico		(571.981,50)	(394.481,47)
(-) Custo com pessoal docente -Educação Básica Nível Técnico		(48.304,73)	-
Outras receitas	21	325,74	-
Outras despesas	22	(7.743,49)	-
Superávit do período Ensino Técnico		**1.615.907,58**	**1.115.979,53**

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR

Receita bruta de prestação de serviços – ensino superior	17	216.415.561,66	201.907.707,67
(-) Gratuidades-bolsas de estudos integrais Lei 11.096/2005- Prouni		(37.539.530,18)	(34.666.587,27)
(-) Gratuidades-bolsas de estudos parciais 50% Lei 11.096/2005- Prouni		-	(9.938,40)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(3.393.015,50)	(3.551.898,10)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		(43.548,00)	(102.362,20)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(3.350.745,20)	(3.122.448,84)
(-) Devoluções / cancelamentos		(713.304,62)	(870.566,92)
(-) Descontos incondicionais		(16.038.129,19)	(14.775.033,56)
		155.337.388,97	**144.808.872,38**
Outras receitas de prestação serviços educacionais		613.045,10	679.314,09
(-) Devoluções / cancelamentos		(34.957,54)	(59.898,72)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**155.915.926,53**	**145.428.287,75**
(-) Custo com pessoal docente		(42.168.058,05)	(38.186.335,19)
(-) Custos administrativos e gerais	18	(55.155.179,56)	(47.822.476,91)
Convênios e parcerias	20	53.977,96	38.583,24
Outras receitas	21	2.301.279,29	2.531.838,15
Outras despesas	22	(38.090.046,67)	(36.969.186,65)
Resultado das atividades de ensino superior		**22.857.799,50**	**25.020.710,39**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		21.925.833,63	15.075.681,15
Despesas financeiras		(758.305,77)	(750.426,99)
		21.167.527,86	**14.325.254,16**
Superávit do período Ensino Superior		**44.025.327,36**	**39.345.964,55**

ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO CONSOLIDADO

Receita bruta de prestação de serviços da Educação	17	354.969.543,33	327.768.503,91
(-) Gratuidades-bolsas estudos integrais Lei 11.096/2005- Prouni		(37.539.530,18)	(34.666.587,27)
(-) Gratuidades-bolsas de estudos parciais 50% Lei 11.096/2005- Prouni		-	(9.938,40)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(16.816.259,50)	(17.238.377,10)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos parciais 50% LC 187/2021		(180.360,00)	(214.250,20)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(9.680.197,10)	(9.951.175,51)
(-) Outras bolsas de estudos integrais e parciais		(1.439.265,60)	(840.827,23)
(-) Devoluções / cancelamentos		(1.025.887,87)	(1.062.399,41)
(-) Descontos incondicionais		(32.406.932,21)	(28.851.140,26)
		255.881.110,87	**234.953.808,53**
Receitas de atividades extracurriculares		2.685.288,28	2.778.990,20
Outras receitas de prestação serviços educacionais		3.001.753,11	2.539.892,37
(-) Devoluções / cancelamentos		(40.625,54)	(65.856,12)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**261.527.526,72**	**240.206.834,98**
(-) Custo com pessoal docente		(86.062.188,43)	(79.729.228,87)
(-) Custos administrativos e gerais	18	(74.068.272,72)	(66.108.721,25)
Convênios e parcerias	19	1.548.475,41	1.522.240,30
Receitas de doações	20	3.199.029,32	457.071,86
Outras receitas	21	44.280.584,22	12.486.180,87
Outras despesas	22	(102.110.499,56)	(97.104.041,11)
Resultado das atividades de educação		**48.314.654,96**	**11.730.336,78**
RESULTADO FINANCEIRO	23		
Receitas financeiras		42.605.227,12	27.454.711,69
Despesas financeiras		(1.316.984,74)	(1.654.731,66)
		41.288.242,38	**25.799.980,03**
Superávit do período		**89.602.897,34**	**37.530.316,81**

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	**89.602.897,34**	**37.530.316,81**
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	7.614.553,44	7.144.544,17
Provisão (reversão/adição) para contingências	187.757,46	(13.051,96)
Provisão (reversão) estimada créditos de liquidação duvidosa	1.942.927,46	961.874,99
Receita de resultado na baixa de bens imobilizado	(19.819.307,16)	(700.000,00)
Outros ajustes	(292.069,32)	-
Baixa Perdas e Danos	70.170,90	101.876,70
Resultado líquido ajustado	**78.306.925,12**	**45.025.560,71**
(Aumento) redução nos ativos		
Em aplicações financeiras	(36.164.770,38)	(25.627.232,15)
Em contas a receber de alunos	(778.415,02)	(1.544.928,38)
Em adiantamentos	(468.158,40)	(436.186,42)
Em despesas antecipadas	(1.149.657,95)	(1.332.131,56)
Em outros ativos	248.211,47	640.271,31
Em realizável a longo prazo	723.395,66	(322.025,32)
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e títulos a pagar	1.514.511,07	2.785.813,30
Em obrigações trabalhistas e fiscais	2.631.167,67	2.108.803,85
Em parcelamento tributário	(4.531.779,01)	(3.744.741,80)
Em receitas antecipadas	(8.663.051,30)	(10.858.840,24)
Em outras obrigações	31.539,88	(399.591,11)
	(46.807.006,31)	**(17.512.107,24)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**32.699.918,81**	**27.513.453,47**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(3.517.174,55)	(17.202.426,06)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(3.517.174,55)**	**(17.202.426,06)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**29.182.744,26**	**10.311.027,41**
Demonstração de aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	185.132.321,93	155.949.577,67
No início do exercício	155.949.577,67	145.638.550,26
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**29.182.744,26**	**10.311.027,41**

Notas explicativas as demonstrações contábeis Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 Em reais

1) Objetivos sociais

Associação Santa Marcelina, doravante designada "Associação", C.N.P.J. 60.742.855/0001-10, situada à Rua Itapicuru nº 112, Perdizes, município de São Paulo, SP, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação Santa Marcelina tem a Educação como sua atividade preponderante, atuando nas modalidades da Educação Básica, Ensino Técnico Profissionalizante e do Ensino Superior, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente, expedido pelo Ministério da Educação - MEC.

Os resultados estão apresentados separadamente por seguimento, ou seja, atividades Mantenedora, Educação Básica, Ensino Técnico Profissionalizante e Ensino Superior. Além do Consolidado.

As principais finalidades estatutárias são:

a) Oferecer e desenvolver a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

b) Oferecer e desenvolver o Ensino Técnico Profissionalizante;

c) Oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

d) Oferecer e desenvolver cursos de especialização, pós-graduação "Latu Sensu" e "Stricto Sensu", mestrado e outras modalidades previstas em lei;

e) Desenvolver e promover a pesquisa científica no atendimento de seus cursos de educação superior;

No exercício de suas finalidades institucionais, a Associação não faz e não fará, distinção de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, política, condição social ou sob qualquer forma de discriminação.

A Associação destina integralmente seus recursos no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos estatutários.

A Associação possui os principais registros sociais que regulamentam a sua atuação social. No âmbito estadual a Associação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo pela Lei nº 5.733, de 25 de junho de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo 28 de junho de 1960. No âmbito municipal é reconhecida como Utilidade Pública Municipal (SP) pelo Decreto nº 14.380, de 01 de março de 1977, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo de 02 de março de 1977.

Também é portadora do Certificado de Entidade Beneficente, tendo seu último certificado deferido pelo Ministério da Educação - MEC, conforme Portaria nº 311, de 15 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91.

Mantendo sua regularidade para renovação do Certificado de Entidade Beneficente, foram protocolados os processos administrativos de nº 23000.33697/2017-30 em 14 de agosto de 2017, nº 23000.08475/2017-02 em 29 de novembro de 2017, nº 23000.014880/2020-59 em 30 de abril de 2020, nº 23000.030463/2020-53 em 04 de dezembro de 2020, nº 23000.011551/2021-37 em 02 de maio de 2021, nº 23000.011902/2022-91 em 28 de abril de 2022, nº 23000.013567/2023-46 em 02 de maio de 2023, nº 23000.017551/2024-93 e nº 23000.017455/2024-45 em 30 de abril de 2024 e nº 23000.018766/2025-11 em 30 de abril de 2025. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendentes de decisão terminativa até a data de encerramento desta demonstração contábil.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1)- Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) - Nota 6
- Imobilizado e intangível - Nota 9
- Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção - Nota 9
- Provisão para contingências - Nota 14

3) Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros mantidos pela Associação são ativos e passivos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os saldos referentes aos ganhos e perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou passivo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras".

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de quaisquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os recebíveis abrangem mensalidades escolares a receber (nota 6) e outras contas a receber.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e estão demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

c. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, incluindo-se as inadimplências, os valores considerados incobráveis e o valor dos serviços educacionais prestados a alunos gratuitos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

d. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras com vencimento em prazos inferiores a 12 meses são demonstradas no ativo circulante, as aplicações financeiras em prazos superiores a 12 meses, são demonstradas no realizável a longo prazo, ambas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos

4) Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	34.582,03	18.848,68
Bancos c/ movimento	196.069,74	157.355,33
Aplicações financeiras de liquidez imediata	184.901.670,16	155.773.373,66
	185.132.321,93	**155.949.577,67**

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa.

Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

5) Aplicações financeiras em curto e longo prazo

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2025	2024	2025	2024
Fundo de Investimentos Financeiros	118.557.393,02	43.728.323,41	2.365.314,58	21.001.283,25
Certificado de Depósitos Bancários	5.992.846,14	6.644.457,28	2.717.148,34	-
Letras Financeiras	6.562.714,65	14.187.048,28	4.032.279,03	18.501.813,16
	131.112.953,81	**64.559.828,97**	**9.114.741,95**	**39.503.096,41**

As aplicações financeiras foram contabilizadas de acordo com seus respectivos vencimentos (circulante e não circulante), conforme determinação da NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos fluxos de caixa.

Os recursos monetários foram distribuídos em produtos disponíveis no mercado financeiro, como fundos de investimentos que adotam estratégia de gestão ativa por meio de alocação de recursos em títulos públicos federais e em títulos privados que possuem maior expectativa de retorno.

A Administração objetiva manter esses títulos aplicados até a data do vencimento contratualmente estabelecido.

6) Contas a receber de alunos

	2025				2024			
	Educ. Básica	Educ. Técnico	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básica	Educ. Técnico	Educ. Superior	Consolidado
Curto Prazo								
Mensalidades do exercício	2.598.654,08	114.503,00	5.946.359,68	8.659.516,76	2.469.135,90	91.237,00	4.533.635,63	7.094.008,53
Mensalidades de exercícios anteriores	1.675.581,66	-	2.364.771,99	4.040.353,65	2.335.755,47	-	2.287.440,76	4.623.196,23
Parcelas de acordos	1.564.706,99	60.320,78	4.434.544,25	6.059.572,02	1.585.779,74	33.955,83	3.973.725,09	5.593.410,66
Cursos extracurriculares e taxas	214.760,62	-	9.923,50	224.684,12	129.882,10	-	8.280,00	138.162,10
	6.053.703,35	**174.823,78**	**12.755.599,42**	**18.984.126,55**	**6.520.503,21**	**125.192,83**	**10.803.081,48**	**17.448.777,52**
(+/-) PECLD	(2.540.248,69)	-	(4.031.788,04)	(6.572.036,73)	(3.393.599,29)	-	(3.515.553,71)	(6.909.152,99)
	3.513.454,66	**174.823,78**	**8.723.811,38**	**12.412.089,82**	**3.126.903,93**	**125.192,83**	**7.287.527,77**	**10.539.624,53**
Longo Prazo								
Mensalidade dos Exercícios Anteriores	-	-	290.594,40	290.594,40	-	-	579.962,90	579.962,90
Parcelas de Acordos	41.227,36	-	239.976,06	281.203,42	192.394,45	-	556.374,48	748.768,93
	41.227,36	-	**530.570,46**	**571.797,82**	**192.394,45**	-	**1.136.337,38**	**1.328.731,83**
Totalizador	**3.554.682,02**	**174.823,78**	**9.254.381,84**	**12.983.887,64**	**3.319.298,38**	**125.192,83**	**8.423.865,15**	**11.868.356,36**

As contas a receber contemplam apenas saldos dos últimos cinco anos, apurados através de relatórios internos da Associação. As mensalidades baixadas são mantidas em cobranças judiciais e extrajudiciais.

A movimentação da PECLD pode ser assim demonstrada:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	**6.909.152,99**	**8.236.196,64**
Reversão da provisão (resultado)	(1.869.668,18)	(2.254.802,72)
Constituição da provisão (resultado)	3.812.590,64	3.216.677,71
Baixa de mensalidades incobráveis	**(2.280.038,72)**	**(2.288.918,64)**
Saldo no final do exercício	**6.572.036,73**	**6.909.152,99**

7) Adiantamentos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	724.488,13	508.249,36
Créditos de funcionários	3.352.357,43	3.099.037,80
Outros adiantamentos	2.424,00	3.824,00
	4.079.269,56	**3.611.111,16**

8) Outros ativos

	2025	2024
Tributos a compensar/recuperar (a)	442.059,98	1.105.866,44
Despesas a realizar (b)	3.086.518,75	2.878.132,97
Créditos de cobrança a liberar	33.736,38	41.794,91
Aluguéis a receber	7.823,00	7.500,00
Demais contas a receber	383.696,72	168.751,98
	3.953.834,83	**4.202.046,30**

(a) Do total dos tributos a compensar/recuperar representado no exercício de 2024, R$ 594.978,93 se referem a Contribuição Previdenciária paga em duplicidade, já compensados no exercício de 2025;

(b) O saldo da conta de despesas a realizar se refere a adiantamento a fornecedores. Sendo o valor de R$ 2.620.670,00 ao fornecedor Blue Sol Energia Solar Ltda.

9) Imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

	2024					2025				
Ativo Imobilizado	Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Saldo	Adições	Baixas	(-) Ajuste Reaval	Depreciação/ amortização	Baixa da Deprec./Amort. pela Reaval	Saldo
Terrenos	93.609.200,59	-	93.609.200,59	14.653.200,61	(16.733.200,60)	-	-	-	91.529.200,60
Imóveis	155.337.160,73	(8.192.235,12)	147.144.925,61	6.672.237,71	(6.010.568,77)	-	2.556.844,28	-	150.363.438,83
Reformas e benfeit. em Imóveis próprios	1.404.899,62	-	1.404.899,62	6.595.508,73	(5.551.746,68)	-	(61.349,04)	-	2.387.312,63
Reformas em Imóveis de Terceiros	1.533.725,48	(361.418,59)	1.172.306,89	-	-	-	-	-	1.172.306,89
Construções em andamento imóveis próprios	51.057,61	-	51.057,61	9.647.347,02	(2.819,61)	-	-	-	9.695.585,02
Instalações	5.324.247,95	(2.838.885,98)	2.485.361,97	443.638,58	(14.780,00)	-	(529.025,09)	-	2.385.195,46
Biblioteca	1.797.927,51	(1.031.896,02)	766.031,49	185.956,92	(8.043,36)	-	(146.184,56)	-	797.760,49
Máquinas e Equipamentos	18.186.064,86	(17.476.856,04)	10.709.208,82	1.593.706,56	(334.220,48)	-	(1.621.975,00)	-	10.346.719,90
Móveis e Utensílios	13.069.270,90	(4.216.134,64)	8.853.136,26	1.103.557,11	(569.438,30)	-	(941.656,12)	-	8.445.598,95
Equipamentos de Informática	13.864.533,54	(8.733.871,84)	5.130.661,70	2.089.405,26	(149.722,25)	-	(1.709.500,83)	-	5.360.843,88
Veículos	1.232.293,36	(954.038,02)	278.255,34	-	-	-	(56.805,00)	-	221.450,34
Mat. didático, pedagógico e laboratorial	6.510.058,90	(2.432.939,73)	4.077.119,17	1.679.810,62	(4.919,74)	-	(633.753,90)	-	5.118.256,15
TOTAIS	**311.920.441,05**	**(36.238.275,98)**	**275.682.165,07**	**44.684.389,12**	**(29.369.458,79)**	-	**(3.143.405,26)**	-	**287.833.669,14**

	2024					2025			
IMOBILIÇÕES EM ANDAMENTO	Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Saldo	Adições	Baixas	(-) Ajuste Reaval	Depreciação/ amortização	Baixa da Deprec./Amort. pela Reaval	Saldo
Imóveis	638.519,25	-	638.519,25	758.041,69	-	-	-	-	1.396.560,94
Máquinas e Equipamentos	399.750,00	-	399.750,00	1.050,12	(1.050,12)	-	-	-	399.750,00
Móveis e utensílios	5.196,13	-	5.196,13	74.028,25	(5.196,13)	-	-	-	74.028,25
Instalações	-	-	-	53.352,59	(11.512,59)	-	-	-	41.840,00
Condicionares de ar	-	-	-	562.464,90	-	-	-	-	562.464,90
Equipamentos de informática	-	-	-	1.108,15	-	-	-	-	1.108,15
TOTAIS	**1.043.465,38**	-	**1.043.465,38**	**1.450.045,70**	**(17.758,84)**	-	-	-	**2.475.752,24**

	2024					2025			
Ativo Intangível	Valor Contábil	Depreciação Acumulada	Saldo	Aquisições	Baixas	Amortização	baixa amortização	Saldo	Saldo
Potencial Construtivo	29.439.209,91	-	29.439.209,91	-	-	-	-	-	29.439.209,91
TOTAL ATIVO IMOBILIZADO	**342.403.116,34**	**(36.238.275,98)**	**306.164.840,36**	**46.114.414,82**	**(29.387.218,63)**	-	**(3.143.405,26)**	-	**319.748.631,29**

A Associação optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos na data de 01 de janeiro de 2011. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, com experiência e competência profissional.

A adoção do custo atribuído produziu efeitos no Patrimônio Líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial. A sua realização está sendo efetuada mediante a depreciação do exercício, conforme evidenciado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Potencial Construtivo

Em 20 de novembro de 2020, a Associação Santa Marcelina obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDU/DEUSO nº 0386/20, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento de Uso do Solo

ASSOCIAÇAO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 - Em reais

Outros custos administrativos	(51.136,47)	(30.702,69)
	(18.709.547,74)	**(18.094.898,80)**
Ensino superior		
Serviços de preceptoria	(30.327.293,57)	(27.296.391,70)
Custo com pessoal (apoio de curso)	(22.985.636,25)	(18.582.221,80)
Material pedagógico	(704.307,91)	(444.825,58)
Outros custos administrativos	(1.137.941,83)	(1.499.037,83)
	(55.155.179,56)	**(47.822.476,91)**
Mantenedora		
Material Pedagógico	(203.545,42)	(191.345,54)
	(203.545,42)	**(191.345,54)**
Total Consolidado custos administrativos e Gerais	**(74.068.272,72)**	**(66.108.721,25)**

19) Convênios e parcerias

Ensino básico	**2025**	**2024**
Prefeitura Municipal de Botucatu (a,b)	**1.548.475,41**	**1.522.240,30**

(a)Termo de Colaboração nº 015/2025C, Processo Administrativo: 32738/2024, firmado em 02/01/2025, em 12 parcelas, representando um montante de R$ 1.353.475,41, entre a Associação Santa Marcelina, através de sua filial Obra Social Marina Videmari, C.N.P.J. 60.742.855/0016-04, com a Prefeitura Municipal de Botucatu (SP), por meio da Secretaria Municipal de Educação, para atendimento gratuito da educação infantil e ensino fundamental.

(b)Termo de Fomento nº 112/2025F, Processo Administrativo nº 32738/2024, firmado em 01/07/2025, no montante de R$ 195.000,00, que será repassado em uma única parcela conforme termo assinado entre a Associação Santa Marcelina, através de sua filial Obra Social Marina Videmari, C.N.P.J. 60.742.855/0016-04, com o Município de Botucatu (SP), por meio da Secretaria Municipal de Educação, para atendimento gratuito da educação infantil e ensino fundamental.

20) Receitas de doações

	2025	**2024**
Ensino básico		
Donativos de pessoas jurídicas	320.419,11	272.957,83
Donativos de pessoas físicas	26.391,55	16.530,79
Donativos de cooperadores	100.000,00	129.000,00
	446.810,66	**418.488,62**
Ensino superior		
Donativos de pessoas jurídicas	**53.977,96**	**38.583,24**
Mantenedora		
Donativos de pessoas físicas	670.783,00	-
Donativos de pessoas jurídicas	2.027.457,70	-
	2.698.240,70	-
Total Consolidado Receitas de Doações	**3.199.029,32**	**457.071,86**

21) Outras Receitas

	2025	**2024**
Ensino básico		
Serviços voluntários recebidos	3.161.202,60	3.337.056,14
Receitas patrimoniais (a)	1.552.347,34	1.538.334,82
Receitas de aluguéis	571.913,62	582.766,66
Receita Reversão perdas financeiras	335.640,96	496.156,40
Receita Reversão créditos liquidação duvidosa	919.936,73	593.404,83
	6.541.041,25	**6.547.718,85**
Ensino superior		
Serviços voluntários recebidos	406.614,24	388.101,84
Receitas patrimoniais (a)	633.404,98	450.742,60
Receitas de aluguéis	311.428,62	308.938,93
Receita Reversão créditos liquidação duvidosa	949.731,45	1.384.054,78
	2.301.179,29	**2.531.838,15**
Ensino Técnico		
Receitas patrimoniais (a)	325,74	-
	325,74	-
Mantenedora		
Serviços voluntários recebidos	2.470.862,52	2.358.368,40
Receitas patrimoniais (a)	18.889,81	20.772,02
Receita de Reversão para contingência	3.859,15	10.859,00
Receitas de aluguéis	325.557,37	316.624,45
Receita de Baixa de Imobilizado (b)	32.618.869,09	700.000,00
	35.438.037,94	**3.406.623,87**
Total Consolidado Outras Receitas	**44.280.584,22**	**12.486.180,87**

(a) Receitas patrimoniais refere-se à recuperação de despesas, utilidades e descontos ocorridos de pagamento, eventos e promoções sociais, entre outros.

(b) Receita de baixa de imobilizado refere-se à venda de 02 (dois) imóveis, sendo 1(um) situado na Barra da Tijuca - Rio de Janeiro e outro situado em Perdizes - São Paulo.

22) Outras Despesas

	2025	**2024**
Ensino básico		
Despesas com pessoal (administrativo)	(18.691.244,53)	(17.347.329,96)
Despesas administrativas	(16.655.108,47)	(16.945.564,69)
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	(1.462.202,13)	(1.394.045,27)
Despesas com serviços voluntários	(3.161.202,60)	(3.337.056,14)
Despesas fiscais e tributárias (..)	(66.455,03)	(76.400,26)
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	(5.260,00)	-
	(40.041.472,76)	**(39.100.396,32)**
Ensino superior		
Despesas com pessoal (administrativo)	(14.336.778,00)	(13.227.701,63)
Despesas administrativas	(20.982.492,12)	(21.515.037,61)
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	(2.350.388,51)	(1.822.632,44)
Despesas fiscais e tributárias	(13.773,80)	(15.713,13)
Despesas com serviços voluntários	(406.614,24)	(388.101,84)
	(38.090.046,67)	**(36.969.186,65)**
Ensino Técnico		
Despesas administrativas	(7.739,86)	-
Despesas fiscais e tributárias	(3,63)	-
	(7.743,49)	-
Mantenedora		
Despesas com pessoal (administrativo)	(11.150.825,77)	(9.735.096,96)
Despesas administrativas	(10.286.560,42)	(8.939.527,49)
Despesas fiscais e tributárias	(62.987,93)	(1.465,29)
Despesas com serviços voluntários	(2.470.862,52)	(2.358.368,40)
	(23.971.236,64)	**(21.034.458,14)**
Total Consolidado Outras Despesas	**(102.110.499,56)**	**(97.104.041,11)**

23) Resultado financeiro - Receitas e despesas financeiras

Resultado Financeiro Ensino Básico	**2025**	**2024**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	17.310.581,76	11.018.947,10
Juros e multas ativas	655.778,74	509.969,13
Descontos obtidos	112.494,77	115.681,30
	18.078.855,27	**11.644.597,53**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.917,04)	(1.367,60)
Tarifas bancárias e cartão	(51.861,65)	(56.246,46)
Descontos condicionais	(84.297,40)	(57.051,95)
	(138.076,09)	**(114.666,01)**
Resultado líquido	**17.940.779,18**	**11.529.931,52**
Resultado Financeiro Ensino Superior/Técnico	**2025**	**2024**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	20.053.158,44	13.443.708,74
Juros e multas ativas	1.834.963,69	1.614.969,78
Descontos obtidos	24.181,23	16.407,68
Atualizações monetárias	13.530,27	594,95
	21.925.833,63	**15.075.681,15**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.122,82)	(880,23)
Tarifas bancárias e cartão	(41.057,23)	(40.350,81)
Despesas com desconto estudantil	(6.528,60)	-
Descontos condicionais	(709.597,12)	(709.195,95)
	(758.305,77)	**(750.426,99)**
Resultado líquido	**21.167.527,86**	**14.325.254,16**
Resultado Financeiro Mantenedora	**2025**	**2024**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.383.430,89	608.143,86
Juros e multas ativas	120.717,66	101.141,56
Descontos obtidos	1.469,69	25.147,59
Atualizações monetárias	94.919,98	-
	2.600.538,22	**734.433,01**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(419.897,15)	(787.124,07)
Tarifas bancárias e cartão	(705,73)	(2.514,58)
	(420.602,88)	**(789.638,65)**
Resultado líquido	**2.179.935,34**	**(55.205,64)**
Resultado Financeiro Consolidado	**2025**	**2024**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	39.747.171,09	25.070.799,70
Juros e multas ativas	2.611.460,09	2.226.080,47
Descontos obtidos	138.145,69	157.236,57
Atualizações monetárias	108.450,25	594,95
	42.605.227,12	**27.454.711,69**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(422.937,01)	(789.371,90)
Tarifas bancárias e cartão	(93.624,61)	(99.111,85)
Despesas com desconto estudantil	(6.528,60)	-
Descontos condicionais	(793.894,52)	(766.247,90)
	(1.316.984,74)	**(1.654.731,65)**
Resultado líquido	**41.288.242,38**	**25.799.980,04**

24) Adequação das receitas com as despesas de pessoal

As entidades educacionais de Ensino Superior devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação.

Desta forma, a Associação aplicou os seguintes percentuais de suas Receitas de Anuidades Escolares em Despesas com Pessoal (área fim-docentes), conforme demonstrado a seguir (valores extraídos da demonstração do resultado do período):

	2025	**2024**
Receita de Anuidades Escolares - Ensino Superior	155.337.388,97	144.808.872,38
Despesas com Pessoal - Docente- Ensino Superior	42.168.058,05	38.186.335,19
Percentual de adequação (Vl. Despesa ÷ Vl. Receita)	**27,15%**	**26,37%**

25) Receitas (despesas) - Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários recebidos durante o exercício de 2025 e 2024.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos,

nos grupos de outras receitas e outras despesas, na demonstração do superávit, sem efeito no resultado do exercício.

26) Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 a Associação possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas.

27) Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos a respectivos valores de mercado.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025 a Associação não está significativamente sujeita aos fatores de: (i) riscos de crédito, que são gerenciados diretamente com o cliente onde os débitos são quitados e/ou renegociados, bem como a constituição para perdas com créditos de liquidação duvidosa que em 31 de dezembro de 2025 representava a perda estimada pela administração, (ii) risco de preço dos serviços, (iii) risco de taxas de juros e (iv) risco de taxas de câmbio uma vez que a Associação não transaciona em moeda estrangeira.

28) Isenções (imunidade) usufruídas

A Associação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, todos previstos no Estatuto Social da Associação e seu cumprimento (operacionalização) podem ser comprovados por meio da sua escrituração contábil.

Em atendimento à ITG 2002 (R1), a título de demonstração, a Associação vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) Usufruída - INSS sobre a folha de pagamento de salários e COFINS sobre as receitas de prestação de serviços.

	2025	**2024**
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	27.867.108,09	25.632.036,69
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RAT	1.386.138,73	1.616.128,45
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	6.327.887,70	5.728.291,11
	35.581.134,52	**32.976.456,25**
COFINS s/ receita de prestação de serviços	**7.676.433,33**	**7.048.614,25**
PIS s/ folha de pagamento	**1.403.596,22**	**1.284.210,50**

CSLL: Quanto à contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não foi efetuado qualquer provisionamento, pois a Associação e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.

29) Efeitos Tributários - Reforma e Benefícios Tributários

Reforma Tributária

A publicação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a edição da Lei Complementar nº 214/2025 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo, com a substituição de tributos existentes pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Além disso, o novo modelo institui o Imposto Seletivo (IS), objetivando desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Associação avaliou o impacto da Reforma Tributária em suas operações, não identificando qualquer necessidade de mudanças nas estimativas que serviram de base para mensurar ativos e passivos em suas Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2025.

Redução de Incentivos e Benefícios Tributários

A Lei Complementar nº 224/2025 (LC nº 224/2025), dispõe sobre a redução de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, financeira ou creditícia discriminados no demonstrativo de gastos tributários anexo à Lei Orçamentária Anual de 2026.

Referida redução de incentivos e benefícios fiscais não se aplica a imunidades constitucionais e a isenções usufruídas por entidades sem fins lucrativos qualificadas nos termos da Lei nº 9.790/1999 - Lei das OSCIPs - e da Lei n° 9.637 /1998 - Lei das Organizações Sociais.

As demais entidades sem fins lucrativos que não se enquadram na regra de exclusão ficam sujeitas à tributação em situações antes abrangidas por isenções, em alíquota correspondente a 10% (dez por cento) da alíquota do sistema padrão de tributação de cada tributo, a depender do tributo em questão.

A Associação informa que goza da imunidade constitucional, portadora do Certificado de Entidade Beneficente (antigo Certificado de Fins Filantrópicos) e, portanto, entende que não haverá impacto da LC nº 224/2025 em suas operações que necessitem rever as premissas da formação de preço das suas atividades educacionais para o ano de 2026.

30) Atividades Beneficentes de Educação

A certificação das entidades beneficentes é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, que revogou a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009.

A Associação Santa Marcelina foi registrada no extinto Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio do processo administrativo nº 00000.108.917/59, deferido em sessão realizada no dia 16 de dezembro de 1959, bem como teve seu primeiro pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente (antigo Certificado de Fins Filantrópicos) deferido nos autos do processo nº 012.882/64, em 11 de março de 1964.

A Associação Santa Marcelina é portadora regular do Certificado de Entidade Beneficente desde a primeira concessão ocorrida em 11 de março de 1964 até o término da validade do último certificado ocorrido em 31 de dezembro de 2017, estando, inclusive, garantida a extensão de seus efeitos até decisão final do novo pedido de renovação já protocolizado junto ao Ministério da Educação - MEC em 29 de novembro de 2017.

Mantendo sua regularidade, a Associação teve novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente deferido pelo MEC, conforme Portaria nº 311, de 15 de outubro de 2020, publicada no DOU de 16 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91.

Foram protocolados os processos administrativos de nº 23000.046475/2017-02, em 29 de novembro de 2017, 23000.014880/2020-59 em 30 de abril de 2020, 23000.030463/2020-53, em 04 de dezembro de 2020, 23000.011551/2021-37 em 02 de maio de 2021, 23000.011902/2022-91 em 28 de abril de 2022, 23000.013567/2023-46 em 02 de maio de 2023, 23000.017551/2024-93 em 30 de abril de 2024 e 23000.018766/2025-11 em 30 de abril de 2025. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendentes de decisão terminativa até a data de encerramento desta demonstração contábil, em fevereiro/2026.

Atendendo os requisitos e normas vigentes, a Associação se encontra em condição de regularidade quanto a entrega/protocolo dos relatórios anuais de monitoramento.

Gratuidades

A Associação Santa Marcelina e suas mantidas ofertam gratuidades integrais (100%) e parciais (50%), para alunos da educação básica e do ensino superior. Além disso, no ensino superior, após adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 22 de dezembro de 2010, também são concedidas bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%), de acordo com a Lei nº 11.096/2005.

As gratuidades são concedidas mediante análise prévia e comprovação do perfil socioeconômico, conforme disposto na Lei Complementar 187, Artigo 19, § 1º.

As quantidades de alunos e benefícios concedidos no exercício 2025 podem ser assim demonstrados:

Educação Básica 2025

		Bolsas de estudos concedidas				
	Total matriculados	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**	**Convenção coletiva Parcial**	**Total beneficiados**
Educação Infantil	1.387	340	-	50	7	397
Ensino Fundamental I e II	3.518	531	3	146	33	713
Ensino Médio	534	25	6	34	5	70
	5.439	**896**	**9**	**230**	**45**	**1.180**

Educação Superior 2025

1º SEMESTRE 2025

		Bolsas de estudos concedidas				
	Total matriculados	**PROUNI 100%**	**PROUNI 50%**	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**
Graduação	3.479	552	-	107	8	48
Pós-graduação	456	-	-	-	-	-
Extensão	34	-	-	-	-	-
	3.969	**552**	**-**	**107**	**8**	**48**

2º SEMESTRE 2025

		Bolsas de estudos concedidas				
	Total matriculados	**PROUNI 100%**	**PROUNI 50%**	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**
Graduação	3.455	562	-	102	8	47
Pós-graduação	338	-	-	-	-	-
Extensão	6	-	-	-	-	-
	3.799	**562**	**-**	**102**	**8**	**47**

EAD - 1º SEMESTRE 2025

				Bolsas de estudos concedidas		
	Total matriculados	**PROUNI 100%**	**PROUNI 50%**	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**
Graduação	107	6	-	2	-	19
Pós-graduação	446	-	-	-	-	-
Extensão	108	-	-	-	-	-
	661	**6**	**-**	**2**	**-**	**19**

EAD - 2º SEMESTRE 2025

				Bolsas de estudos concedidas		
	Total matriculados	**PROUNI 100%**	**PROUNI 50%**	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**
Graduação	117	4	-	-	-	21
Pós-graduação	626	-	-	-	-	-
Extensão	42	-	-	-	-	-
	785	**4**	**-**	**-**	**-**	**21**

NIVEL TÉCNICO - 1º SEMESTRE 2025

		Bolsas de estudos concedidas					
	Total matriculados	**PROUNI 100%**	**PROUNI 50%**	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**	**Convenção coletiva Parcial**
Curso Técnico	334	-	-	-		2	-
	334	**-**	**-**	**-**		**2**	**-**

NIVEL TÉCNICO - 2º SEMESTRE 2025

		Bolsas de estudos concedidas					
	Total matriculados	**PROUNI 100%**	**PROUNI 50%**	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**	**Convenção coletiva Parcial**
Curso Técnico	368	-	-	-	-	2	-
	368	**-**	**-**	**-**	**-**	**2**	**-**

CONSOLIDADO DE BOLSA DE ESTUDOS CONCEDIDAS - 2025

	TOTAL GERAL DE ALUNOS	**PROUNI 100%**	**PROUNI 50%**	**100%**	**50%**	**Convenção coletiva 100%**	**Convenção coletiva Parcial**	**Total beneficiados**
Ensino Básico	5.439	-	-	896	9	230	45	1.180
Graduação	3.572	566	-	102	8	68	-	744
Ensino Técnico	368	-	-	-	-	2	-	2
	9.379	**566**	**-**	**998**	**17**	**300**	**45**	**1.926**

Em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017 as gratuidades concedidas podem ser assim demostradas, de acordo com o item 3 do Anexo V:

Ensino Básico	**2025**		**2024**	
	Quantidade	**Valores (R$)**	**Quantidade**	**Valores (R$)**
Número de alunos matriculados	5.439	136.287.393,67	5.407	124.344.665,24
Bolsas Integrais da Lei Compl.187/2021	896	13.423.244,00	987	13.686.479,00
Bolsas Parciais 50% da Lei Compl.187/2021	9	136.812,00	7	111.888,00
Outras bolsas 100%	230	6.312.196,90	235	6.803.056,67
Outras bolsas	45	1.439.265,60	56	840.827,23
Total de bolsas de estudos ofertadas	**1.180**	**21.311.518,50**	**1.285**	**21.442.250,90**

Ensino Superior	**2025**		**2024**	
	Quantidade	**Valores (R$)**	**Quantidade**	**Valores (R$)**
Número de alunos matriculados	3.572	211.611.710,96	3.324	196.580.782,74
Bolsas integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	566	37.539.530,18	520	34.666.587,27
Bolsas parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	-	-	1	9.938,40
Bolsas Integrais da Lei Compl.187/2021	102	3.393.015,50	124	3.551.898,10
Bolsas Parciais 50% Lei Compl.187/2021	8	43.548,00	15	102.362,20
Outras bolsas 100%	68	3.350.745,20	68	3.122.448,84
Total de bolsas de estudos ofertadas	**744**	**44.326.838,88**	**728**	**41.453.234,81**

Ensino Técnico	**2025**		**2024**	
	Quantidade	**Valores (R$)**	**Quantidade**	**Valores (R$)**
Número de alunos matriculados	368	2.266.588,00	242	1.516.131,00
Outras bolsas 100%	2	17.255,00	1	5.670,00
Total de bolsas de estudos ofertadas	**2**	**17.255,00**	**1**	**5.670,00**

Quadro demonstrativo em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017, de acordo com o Anexo XIII:

APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA

		2025				**2024**			
		Educ. Básica	**Educ. Técnica**	**Educ. Superior**	**Consolidado**	**Educ. Básica**	**Educ. Técnica**	**Educ. Superior**	**Consolidado**
	MENSALIDADES A RECEBER NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(2.469.135,90)	(91.237,00)	(4.533.635,63)	**(7.094.008,53)**	(1.983.554,62)	(42.135,17)	(3.583.418,90)	**(5.609.108,69)**
(+)	RECEITA BRUTA DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	136.287.393,67	2.266.588,00	216.415.561,66	**354.969.543,33**	124.344.665,24	1.516.131,00	201.907.707,67	**327.768.503,91**
(-)	VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (Lei Compl.187/2021)	(13.560.056,00)	-	(3.436.563,50)	**(16.996.619,50)**	(13.798.367,00)	-	(3.654.260,30)	**(17.452.627,30)**
(-)	VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (da Lei 11.096/2005 - Prouni)	-	-	(37.539.530,18)	**(37.539.530,18)**	-	-	(34.676.525,67)	**(34.676.525,67)**
(-)	VALOR DE OUTRAS BOLSAS DE ESTUDOS INTEGRAIS E PARCIAIS	(7.751.462,50)	(17.255,00)	(3.350.745,20)	**(11.119.462,70)**	(6.803.056,67)	(5.670,00)	(3.122.448,84)	**(9.931.175,51)**
(-)	DEVOLUÇÕES E CANCELAMENTOS DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	(306.876,81)	-	(713.204,62)	**(1.020.081,43)**	(191.832,49)	-	(870.566,92)	**(1.062.399,41)**
(-)	DESCONTOS CONCEDIDOS	(16.368.713,02)	-	(16.038.129,19)	**(32.406.842,21)**	(14.076.106,70)	-	(14.775.033,56)	**(28.851.140,26)**
(-)	PERDAS NO RECEBIMENTO DE MENSALIDADES	-	-	-	-	-	-	-	-
(-)	MENSALIDADES A RECEBER NO FINAL DO EXERCÍCIO	(2.598.654,08)	(114.503,00)	(5.946.359,68)	**(8.659.516,76)**	(2.469.135,90)	(91.237,00)	(4.533.635,63)	**(7.094.008,53)**
(=)	TOTAL RECEITA ANUAL EFETIVAMENTE RECEBIDA	93.232.495,36	2.043.593,00	144.857.393,66	**240.133.482,02**	85.022.611,86	1.377.088,83	136.691.817,85	223.091.518,54

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

Diretopria
Tania Conceição da Cruz
Diretora - Presidente
C.P.F. 486.488.895-91

Contador
Odair José Venâncio
Contador- CRC – MG - 66003
C.P.F. 005.782.466-51

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Às Conselheiras e Administradoras da **Associação Santa Marcelina São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Associação Santa Marcelina** ("Entidade"), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Santa Marcelina**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho

Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 29 às Demonstrações Contábeis, que descreve sobre os possíveis efeitos da Reforma Tributária e da Redução de Incentivos e Benefícios Tributários. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das **Demonstrações Contábeis, a administração é responsável**

pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de março de 2026.

AB Alonso, Barretto & Cia. Auditores Independentes

Alonso, Barretto & Cia. Auditores Independentes CRC 2SP 013232/O-3
Nelson Rogério do Nascimento
Contador CNAI nº 955
CRC 1SP 209585/O-5

Securitas Bioholdings S.A. - CNPJ/MF nº 02.998.562/0001-00 - NIRE 35.300.460.537

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2025

Data, hora, local: 04.12.2025, 10hs, na sede social, Avenida Santo Amaro nº 48, conjunto 32, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Luis Claudio Garcia de Souza; Secretário: Marcio Garcia de Souza. **Deliberações aprovadas: 1.** Alterar a razão social, para ***Finvest Bioholdings S.A.***, diante desta deliberação os acionistas decidem alterar a **Artigo 1º** do Estatuto Social da Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação ***"Artigo 1º.** A **Finvest Bioholdings S.A.** é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores."* **2.** Consolidar o Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 04.12.2025. Acionistas: **Securitas Investimentos Ltda** por **Luis Claudio Garcia de Souza e Marcio Garcia de Souza**; e **Luis Claudio Garcia de Souza.** JUCESP nº 58.078/26-5 em 26.02.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

F4 Armazéns Gerais e Logística Ltda.

CNPJ nº 29.209.882/0001-81 - NIRE 35230789101

Memorial Descritivo

A empresa **F4 Armazéns Gerais e Logística Ltda.**, registrada na Junta Comercial do Estado São Paulo sob NIRE nº 35230789101, inscrita no CNPJ nº 29.209.882/0001-81, inscrição estadual nº 127.700.459.110, com sede à Rua Luiz Vaz de Camões nº: 370 - Bairro Cumbica, no Município de Guarulhos/SP - CEP 07210-007, apresentar abaixo o memorial descritivo das instalações e da infraestrutura, cujo capital social é de R$10.000,00 (dez mil reais). **Capacidade:** Na avaliação realizada no local, constatou-se que a área total do imóvel é de 1.909,20 m^2 (mil novecentos e nove metros quadrados e vinte decímetros quadrados), distribuída entre as áreas de armazenagem, pavimento superior e mezanino. O pavimento térreo possui área útil de 1.696,00 m^2 (mil seiscentos e noventa e seis metros quadrados), o pavimento superior apresenta 182,40 m^2 (cento e oitenta e dois metros quadrados e quarenta decímetros quadrados) e o mezanino conta com 30,80 m^2 (trinta metros quadrados e oitenta decímetros quadrados). Dessa forma, o imóvel totaliza uma capacidade volumétrica de 13.364,40 m^3 (treze mil trezentos e sessenta e quatro metros cúbicos e quarenta decímetros cúbicos).Toda a área é devidamente segregada (cercada), monitorada e preparada para armazenagem, incluindo áreas de estacionamento, com seus acessos e movimentação de cargas de caminhões controlado e monitorado através de câmeras estrategicamente posicionadas, as instalações objeto desta vistoria que subscrevo, oferecem todas as condições de segurança e comodidade, de operacionalidade e uso de acordo com a legislação e as normas técnicas vigentes. **Comodidade:** A Unidade Armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições e uso imediato, oferecendo facilidade de acesso e integridade aos usuários de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes. **Segurança:** A Unidade Armazenadora oferece condições de segurança de acordo com e legislação e as normas técnicas vigentes, tendo em vista a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional engenheiro técnico responsável pelo laudo técnico de vistoria, com entradas independentes para pedestres e veículos, controle de portaria e identificação para permissão de acesso, ventilação e iluminação natural e artificial estruturadas para a capacidade do prédio, instalações prediais em perfeitas condições, sinalização de segurança e indicativa de recintos internos e externos para orientação facilitada dos usuários, equipamentos de combate à incêndios em perfeitas condições de uso, instalações de escritórios adequadas e com infraestrutura de rede elétrica e de telecomunicações. **Natureza e discriminação das mercadorias:** A Unidade Armazenadora se propõe a receber em depósito cargas secas em geral, matéria prima inerte, produtos e insumos de interesse da saúde, tais como: saneantes domissanitários, produtos de higiene e limpeza e insumos, cosméticos, correlatos, embalagens plásticas; máquinas e equipamentos em geral; exceto produtos perigosos e inflamáveis e produtos que necessitem de precauções especiais, tais como câmara climatizada ou frigoríficadas, controle de gases, e explosivos, não serão recebidas em depósito mercadorias de origem agropecuária. Propõe-se a realizar a armazenagem, guarda e conservação das mercadorias acima especificadas, conforme Dec.1.102/1.903 e demais legislação vigente (exceto armazém geral agropecuário); recebimento e expedição e serviços conexos. **Equipamentos Operacionais de Movimentação:** Serão utilizados equipamentos para movimentação de cargas em geral, produtos acabados e/ou insumos, embalagens conforme especificadas abaixo: 01 empilhadeira Movix Elétrica Modelo ME50 fabricação 2023 com capacidade para 05 toneladas, 01 Balança Toledo Modelo TI400 com capacidade para 03 toneladas, 01 Carregador de Bateria de Empilhadeira Marca Hangcha Modelo SLC-80200R, 01 Rampa Móvel para empilhadeira, equipamentos de informática e softwares de controle operacional e administrativo em rede do tipo WMS, administrativo e comercial, com sistema atendendo às legislações da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e demais órgãos, principalmente na questão dos livros fiscais de entrada e saída de mercadorias, balancetes trimestrais e demais obrigações. A **F4 Armazéns Gerais e Logística Ltda.** propõe-se a prestar os serviços de armazéns gerais previstos em seu regulamento interno, operações de armazenagem de mercadorias a granel ou em contêineres ou qualquer tipo de embalagem, guarda e conservação, embalagem, etiquetagem, pesagem, identificação de produtos, controle de estoques, aplicação de filme plástico e demais serviços conexos, com base na atividade regida pelo Decreto 1.102 de 21/11/1903. Guarulhos, 17/10/2025.

F4 Armazéns Gerais e Logística Ltda. - Claudio Cirilo de Lima - Sócio.

www.jornalodiasp.com.br

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 - NIRE 3.530.003.478-3

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 10 DE MARÇO DE 2026.

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 10/03/2026 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **I - AGE: (a)** deliberar sobre a eleição de um membro para o cargo de diretor-presidente; **(b)** autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; São Paulo – SP - 03 de março de 2026.

Bruno Cunha Almeida e Rui Luis Fernandes – Diretor.

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ/MF 44.673.382/0001-90 - NIRE 35.300.653.149

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Às 09h do dia 25/02/2026, na sede social da Omint Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de SP, SP, na Rua Franz Schubert, 33, Jd. Paulistano, CEP 01454-020. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **André do Amaral Coutinho**, Secretária: Sra. **Carla Cristina Soares**. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de lucros da Companhia. **5. Deliberações:** Inicialmente o Presidente da Mesa certificou-se de que todas as acionistas presentes digitalmente estavam acompanhando o ato satisfatoriamente, e aptas a proferir seus votos e comentários mediante atuação remota. Assim, instalada a Assembleia Geral Extraordinária, e em conformidade com a Ordem do Dia, as acionistas decidem, por unanimidade e sem ressalvas: (i) aprovar a distribuição dos lucros apurados no período entre 01/01/2026 e 31/01/2026, conforme apurado no balanço da Companhia com data-base de 31/01/2026, no valor bruto total de **R$ 56.231.840,99**, os quais serão pagos, a título de dividendos, às acionistas, de forma proporcional às suas participações no capital social da Companhia, conforme permitido nos termos do Artigo 24 do Estatuto Social, de acordo com as orientações da Diretoria da Companhia; e (ii) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem os documentos e praticarem quaisquer atos que se façam necessários à distribuição deliberada acima, no prazo de até 90 dias a contar da presente data. **6. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura desta ata na forma de sumários. Reabertos os trabalhos, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, a qual, lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos membros da mesa. Confere com o original, lavrado em livro próprio. São Paulo, 25/02/2026. **Mesa: André do Amaral Coutinho -** Presidente da Mesa. **Carla Cristina Soares** - Secretária da Mesa. **JUCESP -** 124.426/26-8, em 04/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

inpar

INSTITUTO PASTOR ALFREDO REIKDAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA

CNPJ: 00.961.882/0001-51

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do **art. 15º § 1º e art. 19º** do Estatuto Social o Pastor Alcides Fávaro, Presidente, convoca a todos os associados, em pleno exercício dos direitos e prerrogativas estatutários e quites com a Tesouraria do **INSTITUTO PASTOR ALFREDO REIKDAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA,** inscrito no **CNPJ sob Nº 00.961.882/0001-51,** a reunirem-se em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia 16 de março de 2026 na Av. Dr. Ricardo Jafet, n.º 214 - CEP 04260-000 - Ipiranga - São Paulo - Capital, templo sede da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Ipiranga, com o quórum estabelecido pelo Art. 19, § único em primeira convocação às 19h30, com o quórum mínimo estatutário e às 20h00, em segunda convocação, com qualquer número dos presentes, para tratarem da seguinte **ORDEM DO DIA:** Leitura e deliberação do Edital de Convocação; Leitura e deliberação da ata de Nº 17, registrada no 1º RTDSP sob Nº **501.453** em 15/05/2025 referente ao exercício de 01/04/2025 a 31/03/2026; Leitura do movimento financeiro do exercício findo em 31/12/2025 e parecer do Conselho Fiscal e deliberação sobre a apresentação; Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, para atuarem no exercício a contar do dia 01 de abril de 2026 e a terminar em 31 de março de 2027. Demais assuntos pertinentes.

São Paulo, 03 de março de 2026.
INSTITUTO PASTOR ALFREDO REIKDAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA
CNPJ: Nº **00.961.882/0001-51**
Pastor **ALCIDES FAVARO**
Presidente

Planner Corretora de Valores S.A. - CNPJ nº 00.806.535/0001-54 - NIRE 35300142942

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02.01.2026

Data: 02/01/2026, às 10hs. **Local:** Sede social da Planner Corretora de Valores S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - CEP 04538-132 - São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante da presente ata e da lista de presença arquivada na sede da Companhia. **Mesa:** Presidente: Carlos Arnaldo Borges de Souza. Secretário: Douglas Constantino Ferreira. **Ordem do Dia**: Eleger novos membros da diretoria; e Consolidar o quadro de diretores da Companhia. **Considerações Preliminares:** De acordo com o §Único do artigo 121 da Lei das S.A., essa AGE foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante essa Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Preliminarmente, a única acionista através de seus representantes aprovou a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme facultado pelo §1º do artigo 130 da Lei das S.A. **Deliberações:** A única acionista, através de seus representantes, aprovou sem ressalvas, as seguintes deliberações: Eleger para compor a diretoria da Companhia, os membros abaixo qualificados, para o mandato atual em curso, isto é, até a posse dos que forem eleitos na AGO a ser realizada em 2028, a saber: **Diretores sem Designação Específica: Douglas de Souza Aguiar Junior**, RG nº 23.xxx.xxx-x-SSP-SP, CPF nº 199.xxx.xxx-xx, residente em Osasco/SP; e **José Marcelo Balint**, RG nº 19.xxx.xxx-x-SSP-SP, CPF nº 105.xxx.xxx-xx, residente em São Paulo/SP. Face a deliberação constante no item "1." supra, consolida-se o quadro de diretores da Companhia, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO a ser realizada em 2028. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 02/01/2026. **Assinaturas:** *Mesa:* **Carlos Arnaldo Borges de Souza -** Presidente, **Douglas Constantino Ferreira -** Secretário. Acionista: **Planner Holding Financeira S.A -** Carlos Arnaldo Borges de Souza - Diretor, Marcus Eduardo de Rosa - Diretor. JUCESP nº 57.452/26-0 em 26/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 978.864 em 27 de novembro de 2025 a requerimento de LUCIANO NEMEC GONÇALVES DIAS e CARLA AMORELLI URGAL, solteiros, conviventes em união estável, devidamente qualificados na ata notarial de usucapião lavrada no Oficial do 11º Tabelião de Notas da Capital (Lvº 6280, fls. 155), representados pela advogada Dra. Cleide Puga Castanho, OAB/SP nº 38.332, com endereço eletrônico cleidepugacastanho@hotmail.com, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou seus sucessores, requereram a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023, ambos da CNJ, visando a declaração de domínio sobre prédios e respectivo terreno situados na Rua Democracia nºs 607/609, parte do lote 804 da quadra 33, no 21º Subdistrito – Saúde, lançado pelo contribuinte nº 048.416.0018-3, devidamente descrito e caracterizado no memorial e planta juntados no procedimento, com origem na matrícula nº 255.524 do 14º Registro de Imóveis da Capital de titularidade registral em nome de GIUSEPPE INGLESE e sua mulher CARMELA INGLESE, italianos, tendo sido compromissado aos herdeiros de Agustin Arlindo Urgal Alvarez: AGUSTIN URGAL RODRIGUEZ casado com MARIA APARECIDA URGAL, LAURENTINO URGAL RODRIGUEZ casado com FATIMA AMORELLI URGAL e ROSA MARI casada com GILMAR CURTOLO, cuja sucessão aos autores, foi juntada no procedimento administrativo, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há mais de 10 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos dos artigos 15, §1º, V e 2º e 16 do provimento 65 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 05 de março de 2026.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

CNPJ nº 28.042.871/0001-97

Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais, exceto os saldos de resultado por ação)*

Relatório da Administração

Mensagem aos Acionistas: Consolidando nossa atuação e posicionamento como *datatech*, avançamos de forma consistente em 2025 na agenda de utilizar o poder dos dados para transformar positivamente a vida de pessoas e empresas. Ao longo do ano, aceleramos nossa estratégia de inovação e diferenciação, fundamentada em tecnologia de ponta e na plataformização de nossos produtos e serviços. Esse movimento permitiu que a Quod registrasse mais um ciclo de expansão, atingindo uma receita líquida de R$ 373.386 mil (crescimento de 15% sobre o ano anterior), reafirmando a alta escalabilidade do nosso modelo de negócios. A eficiência operacional e o crescimento contínuo das receitas resultaram também em novos patamares de EBITDA e EBIT, de R$ 109.675 mil e R$ 56.533 mil, respectivamente, superando os recordes históricos anteriores. Dando continuidade ao nosso Plano de Negócios, seguimos aprimorando nosso modelo de gestão com equipes multidisciplinares focadas em cada linha de negócio. Além disso, elevamos ainda mais os índices de satisfação dos nossos clientes, atingindo níveis de excelência, reflexo de uma gestão comercial estratégica e segmentação por personas. Essa combinação entre inovação tecnológica e excelência no atendimento ratifica o compromisso da Sociedade com um caminho de crescimento sustentável e geração de valor a longo prazo. **Perfil da Sociedade:** A Quod, marca sob a qual opera a Gestora de Inteligência de Crédito S.A., é uma empresa de inteligência de dados (*datatech*) criada a partir da união dos cinco maiores bancos do país - Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú-Unibanco e Santander, com o objetivo de usar todo o poder dos dados para transformar positivamente a vida das pessoas e empresas. Em outubro de 2022, a Quod e a LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, anunciaram um acordo para investimento de capital na Quod pela LexisNexis Risk Solutions. A Quod e a LexisNexis Risk Solutions são parceiras desde 2017, para a construção da plataforma tecnológica de *big data* utilizada nos produtos Quod. Mais recentemente, as partes ampliaram seu relacionamento através da integração bem-sucedida pela Quod, das soluções da LexisNexis Risk Solutions que auxiliam os clientes da Quod no combate a fraudes, crimes financeiros e cumprimento de requisitos de *compliance*. O acordo anunciado aprofunda esta parceria, viabilizando a expansão do portfólio da Quod. Com a conclusão da transação, ocorrida em dezembro de 2022, a LexisNexis Risk Solutions passou a integrar o quadro de acionistas da Quod, tendo representação acionária no Conselho de Administração da Quod ao lado dos cinco bancos fundadores, que mantém sua posição como controladores da Sociedade. **Conjuntura Econômica:** O ano de 2025 apresentou um cenário econômico marcado pela resiliência da atividade, embora sob condições monetárias restritivas. A inflação oficial (IPCA) encerrou o exercício em 4,31%, mantendo-se dentro do intervalo de tolerância da meta estabelecida (até 4,50%), após um período de ajustes nas expectativas ao longo do ano. O câmbio apresentou volatilidade, com o dólar encerrando 2025 cotado a R$ 5,63, refletindo as percepções de risco fiscal e as movimentações no cenário externo. Apesar do ambiente de juros elevados, a economia brasileira demonstrou avanços. O PIB de 2025 registrou um crescimento estimado em 2,26%, sucedendo a expansão de 3,4% observada em 2024. No âmbito da política monetária, o Banco Central manteve uma postura cautelosa para assegurar a convergência dos preços, finalizando o ano de 2025 com a taxa básica de juros (Selic) em 15,00%. Para 2026, as expectativas do mercado, conforme o relatório Focus[1] de janeiro, apontam para uma trajetória de gradual flexibilização. As projeções indicam um crescimento do PIB de 1,80% e uma inflação (IPCA) de 4,06%. No que tange aos juros, a expectativa é que a taxa Selic inicie um ciclo de queda, com projeção de encerramento do exercício em 12,25%, enquanto o dólar é estimado em R$ 5,50 para o fim de 2026. **Posicionamento da Sociedade:** A Quod tem como visão ser reconhecida por clientes e parceiros como a empresa mais inovadora em gestão, modelagem e análise de dados no Brasil, contribuindo ativamente para transformar positivamente o ambiente econômico e a sociedade. Sua missão é estabelecer uma conexão positiva entre clientes e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira, com soluções para tomada de decisão de negócios através da inteligência de dados. **Desempenho Operacional e Econômico-Financeiro:** A Sociedade encerrou o exercício com uma receita líquida de R$ 373.386 mil, apresentando um crescimento de 15% comparado com a receita registrada em 2024 (R$ 325.181 mil), sendo composta por receitas advindas de soluções para análise de risco de crédito, prevenção a fraudes, *compliance* e recuperação de crédito. Os custos e despesas operacionais totalizaram R$ 316.856 mil em 2025, frente os R$ 300.510 mil registrados em 2024, sendo os principais, gastos com pessoal de R$ 131.584 mil (R$ 133.011 mil em 2024), sustentação e suporte a plataforma de R$ 30.241 (R$ 28.977 mil em 2024) e prestação de serviços de terceiros de R$ 50.509 mil (R$ 35.932 mil em 2024). O lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA ou EBITDA) atingiu R$ 109.675 mil, frente aos R$ 81.473 mil registrados em 2024. O lucro antes dos juros e impostos (LAJI ou EBIT) registrado em 2025 foi de R$ 56.533 mil (contra R$ 25.132 mil em 2024), resultando em uma margem EBIT de 15% (contra margem de 8% em 2024). O avanço nos resultados antes dos juros e impostos demonstra a escalabilidade do modelo de negócios e plataforma de *big data* da Sociedade. As despesas financeiras líquidas somaram R$ 90.859 mil no exercício (R$ 66.635 mil em 2024), que são compostas, principalmente, por despesas ligadas a seu passivo financeiro de contrato de plataforma de dados, incluindo despesas de atualização monetária, variação cambial e ajuste a valor presente, e despesas de juros relativas a seu endividamento e arrendamentos, compensadas parcialmente por receitas financeiras auferidas pela aplicação do caixa da Sociedade. Com isso, o prejuízo operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social do ano totalizou R$ 34.326 mil, uma redução de 21% frente o prejuízo de R$ 41.503 mil registrado em 2024. **Governança:** A Quod observa de maneira muito estrita e diligente todos os requisitos de governança esperados de uma empresa que gerencia altíssimo volume de dados sensíveis da grande maioria das pessoas físicas e jurídicas do país. Desde muito cedo no processo de construção da operação, a administração da Sociedade dedicou atenção à construção de um sofisticado e completo sistema de governança, incluindo todas as definições e formalidades definidas por seu Estatuto Social, desenvolvimento e implementação de Políticas e Procedimentos para as principais áreas e processos, criação e implementação de um sistema de gestão de riscos corporativos (ERM - *Enterprise Risk Management*), adoção de um Código de Conduta e Ética nos Negócios e definição dos sistemas de controle associados. Como principais órgãos estatutários, além da Diretoria, foi constituído o Conselho de Administração da Companhia, com Conselheiros indicados por cada um dos Acionistas, e foram também constituídos os Comitês de Assessoramento do Conselho, a saber, os Comitês de Negócios, de Tecnologia e Segurança da Informação, de Pessoas e Remuneração e de Controle e Riscos. A Sociedade possui ainda os Regimentos Internos da Diretoria, Conselho e Comitês, além de equipe dedicada de auditoria interna. **Segurança da Informação:** Desde a concepção da Sociedade, o tema Segurança da Informação foi tanto um motivador quanto um tema central de atenção, dada a sua criticidade para a operação de dados massivos e dados financeiros. Em seu processo de implementação do modelo e sistema de Segurança de Informação da Sociedade, foi desenvolvido e adotado um conjunto de políticas, normas e procedimentos de Segurança da Informação, em linha com os requisitos mais estritos das normas internacionalmente reconhecidas, culminando na obtenção da certificação ISO 27.001, mantida desde abril de 2019, com zero não conformidades críticas. Também como atividade central da Segurança da Informação, foram implementados diversos equipamentos e softwares de segurança, tanto na infraestrutura de data center quanto na infraestrutura de escritórios da Sociedade, sempre com a adoção de uma estratégia de "múltiplas camadas" de segurança, de maneira a nunca constituir pontos únicos de vulnerabilidade. Desde outubro de 2020, a Quod conta com a certificação ISO 22.301 de continuidade de negócios, sendo a primeira empresa de inteligência de dados a contar com tal certificação no País e desde 2021 é certificada ISO 27.701 (Privacidade de Dados), reforçando a preocupação com a privacidade e a transparência dos dados de toda a sociedade. **Equipe:** Em dezembro de 2025, a Sociedade contava com 314 colaboradores, entre diretores estatutários, funcionários, aprendizes e estagiários, uma redução de 03 em relação ao quadro de 317 colaboradores observado no ano anterior. A Sociedade é certificada pela GPTW (*Great Place to Work*) como uma organização com um ótimo ambiente de trabalho desde 2019, conforme reconhecimento de seus próprios funcionários. A Sociedade enfatiza a criação de uma cultura aberta, focada na inovação, colaboração e entrega de resultados, sempre atenta à governança e implementação de melhores práticas de negócios. Desde o seu primeiro dia de constituição, a Quod conta com um Código de Conduta e Ética nos Negócios, norteando a atuação de todos os seus profissionais. A Quod tem como seus Valores Fundamentais: • Temos paixão por resolver problemas dos clientes, • Acreditamos que "Dados São Pessoas", • Inovamos a Cada Oportunidade, • Pensamos Grande, • Encaramos os Desafios de Frente, • Protegemos Tudo, Sempre. Em seu processo de gestão de pessoas, a Sociedade possui como parte de sua estratégia de desenvolvimento de talentos, o Plano de Sucessão, mapeando profissionais internos e externos que potencialmente poderiam vir a suceder profissionais em cargos-chave da Sociedade. **Perspectivas Futuras:** Ao longo de 2025, consolidamos o desenvolvimento da Quod, conciliando o aumento da receita com a excelência na prestação de serviços. Expandimos nosso portfólio de produtos e reforçamos nossos diferenciais competitivos no mercado. Pautados em um modelo de negócios escalável, transformamos consistentemente o crescimento de receita em evolução de resultados operacionais. Para 2026, nossa jornada de crescimento permanece focada na satisfação e na geração de valor para nossos clientes. Seguiremos entregando soluções inovadoras e serviços diferenciados, sob os mais rigorosos padrões de segurança de dados e transparência. Manteremos nosso compromisso de aprimorar as análises de crédito e reduzir os níveis de inadimplência e fraudes no mercado, contribuindo para uma economia mais forte e sustentável, e promovendo o desenvolvimento socioeconômico do País.

A Administração

[1] Focus - Relatório de Mercado, 02 de janeiro de 2026.

Balanços patrimoniais	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo/Circulante		**187.906**	**191.420**
Caixa e equivalentes de caixa	3	114.247	125.889
Clientes	4	40.863	38.130
Impostos a recuperar	5	24.594	18.795
Instrumentos financeiros derivativos	6	135	1.445
Despesas antecipadas	7	7.134	6.654
Outros		933	507
Não circulante		**1.025.754**	**1.052.117**
Despesas antecipadas	7	1.423	855
Outros créditos		13	13
Ativo fiscal diferido	8	220.843	211.909
Imobilizado	9	24.718	24.809
Intangível	10	778.757	814.531
Total do ativo		**1.213.660**	**1.243.537**

Balanços patrimoniais	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**377.034**	**282.555**
Fornecedores	11	44.081	36.255
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	12	39.477	33.194
Obrigações tributárias	13	6.134	6.224
Instrumentos financeiros derivativos	6	19.851	9.703
Empréstimos bancários	14	–	68.804
Notas comerciais a pagar	15	135.368	–
Arrendamento a pagar	17	6.469	5.700
Passivo financeiro a pagar	18	122.815	118.847
Outras contas a pagar	19	2.839	3.828
Não circulante		**528.960**	**627.924**
Notas comerciais a pagar	15	406.649	370.431
Arrendamento a pagar	17	4.787	10.680
Passivo financeiro a pagar	18	97.878	221.391
Instrumentos financeiros derivativos	6	19.646	23.922
Fornecedores	11	–	1.500
Patrimônio líquido		**307.666**	**333.058**
Capital social - subscrito	21	701.651	701.651
Custo de transação na emissão de ações		(21.846)	(21.846)
Reserva de capital	21	84.000	84.000
Prejuízos acumulados		(456.139)	(430.747)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.213.660**	**1.243.537**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Custos de transação	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2024	**701.651**	**(21.846)**	**84.000**	**(401.270)**	**362.535**
Resultado do exercício	–	–	–	(29.477)	(29.477)
Saldos em 31/12/2024	**701.651**	**(21.846)**	**84.000**	**(430.747)**	**333.058**
Mutações do período	**–**	**–**	**–**	**(29.477)**	**(29.477)**
Saldos em 01/01/2025	**701.651**	**(21.846)**	**84.000**	**(430.747)**	**333.058**
Resultado do exercício	–	–	–	(25.392)	(25.392)
Saldos em 31/12/2025	**701.651**	**(21.846)**	**84.000**	**(456.139)**	**307.666**
Mutações do período	**–**	**–**	**–**	**(25.392)**	**(25.392)**

Demonstrações dos resultados	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços	22	373.386	325.181
Custo dos Serviços Prestados	23	(137.176)	(137.143)
Lucro bruto		**236.210**	**188.038**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(60.157)	(46.613)
Despesas com pessoal	23	(115.099)	(109.419)
Despesas de depreciação e amortização	23	(2.052)	(4.706)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	23	(2.372)	(2.629)
Outras despesas e receitas operacionais	24	3	461
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**56.533**	**25.132**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	37.690	80.919
Despesas financeiras	25	(128.549)	(147.553)
Resultado financeiro líquido		**(90.859)**	**(66.635)**
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		**(34.326)**	**(41.503)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	8	8.934	12.026
Prejuízo líquido do exercício		**(25.392)**	**(29.477)**
Resultado por ação		**(0,39910)**	**(0,46631)**

Demonstrações dos resultados abrangentes	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	**(25.392)**	**(29.477)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente	**(25.392)**	**(29.477)**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IR e da CS		(34.326)	(41.503)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do IR e da CS com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Provisão para contingências cíveis	16	20	70
Depreciação e amortização	9 e 10	58.208	65.592
Operação com instrumentos financeiros derivativos - MtM	6	7.182	(25.783)
Bônus a pagar		15.629	8.974
Juros incorridos sobre notas comerciais	15	64.313	28.839
Juros incorridos sobre empréstimos	14	(8.218)	15.790
Juros incorridos sobre arrendamento	17	1.016	1.424
Juros e variação cambial sobre passivo financeiro de fornecedores	18	(585)	48.099
		103.239	**101.502**
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber	4	(2.733)	783
Despesas antecipadas	7	(1.048)	112
Impostos a recuperar	5	(5.799)	(288)
Outros ativos		(426)	(185)
Fornecedores	11	6.326	795
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	12	(9.346)	(2.234)
Obrigações tributárias	13	(90)	598
Arrendamento a pagar	17	681	(1.033)
Outras contas a pagar	19	(1.009)	1.174
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**89.795**	**101.224**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	9	(9.637)	(1.549)
Aquisições de intangível	10	(12.706)	(12.632)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(22.343)**	**(14.181)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Variação nos passivos de financiamentos:			
Captação de notas comerciais	15	220.000	150.000
Pagamento de notas comerciais	15	(112.727)	–
Pagamento de arrendamento	17	(6.821)	(6.740)
Pagamento de passivo financeiro de fornecedores	18	(118.960)	(109.584)
Pagamento de empréstimos	14	(60.586)	(84.827)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(79.094)**	**(51.151)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(11.642)**	**35.892**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		125.889	89.997
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		114.247	125.889
		(11.642)	**35.892**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Quod" ou "Sociedade"), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Araguaia, 2.104 - 8º andar, cidade de Barueri, foi fundada em 14 de junho de 2017, pelos acionistas Banco do Brasil, Caixa Participações, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander, e passou a atuar com a marca Quod desde junho de 2018. Em 2019, a Sociedade deu continuidade à construção de sua plataforma de operação e desenvolvimento de seus produtos, iniciando ainda suas atividades comerciais, tendo assinado os primeiros contratos globais de serviço e realizando diversas provas de conceito com clientes. Desde junho de 2020, a Sociedade opera de forma plena sua plataforma de dados e produtos. Em 04 de outubro de 2022, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade emitiu um Bônus de Subscrição em favor de um novo investidor, a LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, que conferiu ao seu titular o direito de subscrever novas ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal da Sociedade. O Bônus de Subscrição emitido no valor de R$ 84.000, foi integralmente pago nesta data pelo novo investidor. Em 20 de dezembro de 2022, a Sociedade recebeu um ingresso de capital do novo investidor LexisNexis Risk Solutions no valor de R$ 283.514. Os recursos foram integralmente integralizados pela LexisNexis Risk Solutions na mesma data, mediante exercício de Bônus de Subscrição de sua titularidade. A Sociedade avalia constantemente alternativas para equilibrar seus ativos e passivos de curto prazo, realizando operações de gerenciamento e alongamento de dívida. Como resultado, a Sociedade contratou no 1º Semestre de 2022, operações de capital de giro e realizou a postergação da amortização de suas Debêntures. Em 13 de fevereiro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, a contratação da 1ª Nota Comercial no valor de R$ 80.000, com prazo de 3 anos, que foram utilizadas para o pré-pagamento das Debêntures, reduzindo a dívida da Sociedade e alongando seu prazo. Em 14 de setembro de 2023, a Sociedade realizou a contratação da 2ª Nota Comercial no valor de R$ 100.000, também com prazo de 3 anos, como parte do plano de gerenciamento e otimização de dívidas. Em 30 de setembro de 2024, em continuidade ao plano de gerenciamento de dívidas, realizou a contratação da 3ª Nota Comercial no valor de R$ 150.000, também com prazo de 3 anos. Em 26 de setembro de 2025, a Sociedade realizou a contratação da 4ª Nota Comercial no valor de R$ 220.000, também com prazo de 3 anos, utilizada para a rolagem de CCBs (Cédula de Crédito Bancária) e liquidação antecipada da 1ª Nota Comercial, contratada em 06 de março de 2023. Em 27 de novembro de 2025 o Conselho de Administração aprovou o plano de negócio para os anos de 2026 a 2028 da Sociedade, contemplando o seguimento de sua estratégia de gerenciamento e alongamento de dívida para este período. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Sociedade possui para os seus acionistas, a Administração entende que a Sociedade tem capacidade para continuar operando. A Sociedade é uma gestora de bases de dados, tendo as seguintes atividades como objeto social: (i) Coleta, o armazenamento, a avaliação, o monitoramento e o gerenciamento de dados financeiros e não financeiros de pessoas naturais e jurídicas; (ii) Organização, a análise, o desenvolvimento, a criação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões e gerenciamento de risco de crédito e de negócios; (iii) Desenvolvimento e comercialização de relatórios de crédito, de escalas e métricas (score) de risco de crédito, de risco de identidade e de fraude, e de atributos de risco de crédito e de fraude; (iv) Classificação e análise de risco; (v) Prestação de serviços acessórios à análise de carteira de crédito e à recuperação de obrigações vencidas e não honradas; (vi) Prestação de serviços em geral para suporte a atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas, projetos, elaboração e venda de pesquisas; (vii) Desenvolvimento e exploração comercial relacionados à prestação de serviços de informação, marketing e tecnologia em geral, com base no banco de dados, no know-how e na capacidade de distribuição da Sociedade; (viii) Serviços de suporte ao consumidor em relação a crédito e fraude, incluindo educação financeira; (ix) Instrução, treinamento e capacitação técnica para terceiros nas atividades desenvolvidas pela Sociedade, inclusive para análise de crédito e prevenção a fraudes; (x) Desenvolvimento, implementação e comercialização de modelos estatísticos; (xi) Prestação de serviços na área de processamento de dados para terceiros; (xii) Assessoria, consultoria e suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, bem como portais, provedores de internet e demais serviços de informação na internet; (xiii) Desenvolvimento, aplicação e oferta de tecnologias de segurança em operações e transações, por meios eletrônicos ou não; (xiv) Criação, desenvolvimento, cessão, licença, sublicença e distribuição de sistemas de processamento de dados e de software; (xv) Prática de outras atividades necessárias e pertinentes para a realização de seu objeto social; e (xvi) Participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior. **2. Principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), interpretações e orientações técnicas que são aplicadas consistentemente pela Sociedade. **2.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, bem como foram preparadas no pressuposto da continuidade. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R$, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. **2.4 Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se às perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, o valor justo dos ativos e passivos financeiros, à vida útil dos bens do imobilizado e intangível, à realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao "*impairment*" sobre o intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade tem como política efetuar a revisão de suas estimativas, no fechamento das demonstrações financeiras anuais. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com carência original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos para utilização nos compromissos de curto prazo. **2.6 Instrumentos financeiros:** ***Classificação e mensuração:*** As práticas contábeis adotadas pela Sociedade permitem que os instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. No quadro abaixo, demonstramos a classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Custo amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos Bancários	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Passivo Financeiro a pagar	Custo amortizado
Notas Comerciais a pagar	Custo amortizado

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: *(i)* é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e *(ii)* seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. ***Instrumentos financeiros mensurados ao VJRL:*** Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos e passivos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo ou passivo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***2.6.1* Contas a Receber de Clientes:** São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, representados pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por venda de produtos e serviços de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. ***Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD:*** A Sociedade elaborou a sua política para reconhecimento de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e reconheceu provisão para perdas esperadas de créditos sobre os recebíveis de acordo com as diretrizes do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Sociedade aplicou o modelo simplificado para o cálculo da sua provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.
Dentre outras informações, foi considerada a matriz a seguir para cálculo da provisão de perdas esperadas:

	Títulos a vencer	Títulos vencidos				
		entre 1 e 30 dias	entre 31 e 60 dias	entre 61 e 90 dias	entre 91 e 180 dias	acima de 180 dias
Percentual de Perdas	0,48%	1,96%	10,02%	21,15%	48,17%	100%

Os títulos de clientes que apresentam acordo de pagamento com reconhecimento da dívida e formalização do acordo, bem como títulos de clientes que não apresentam riscos de créditos, não são considerados na base de cálculo. Caso o acordo não seja cumprido parcial ou totalmente, o título volta a ser considerado na base de cálculo para provisão. ***2.6.2* Impostos a Recuperar:** Os impostos a recuperar são compostos principalmente por créditos tributários decorrentes de tributos incidentes sobre o faturamento, operações financeiras e impostos sobre o lucro. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.8 Intangível:** O intangível inclui gastos com aquisição e elaboração de sistemas de computação para a formação e implementação de plataformas e bases de dados e dos produtos que serão ofertados pela Sociedade. Dessa maneira, tais gastos são capitalizados em consonância com os pronunciamentos contábeis aplicáveis, conforme descrito abaixo. Quando aplicável, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível, os ativos são amortizados pelo método que reflete o padrão no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 10, que levam em consideração a vida útil desses ativos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e os produtos de softwares identificáveis e exclusivos controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda; • A Sociedade pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo; • O software/projeto pode ser vendido ou usado; • O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto; • O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança; • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes; e • Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. O valor amortizável do respectivo ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, cujo método de amortização reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela Sociedade. Assim os ativos intangíveis podem ser amortizados pelo método linear ou não linear, conforme taxas descritas na nota explicativa nº 10. **2.9 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim do exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para tanto, a Sociedade identifica os grupos de ativos que possuem entradas de caixa independentes (UGCs - Unidade Geradoras de Caixa) e avalia seu valor em uso. O valor em uso é mensurado a partir das previsões de fluxos de caixa, descontados pelo custo médio de capital ponderado da Sociedade, durante a vida útil da UGC em questão. A Sociedade compara o valor em uso das UGCs com a soma dos valores contábeis dos ativos que a compõem. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nos exercícios de 2025 e 2024 a Sociedade não registrou perdas por redução ao valor recuperável de ativos. **2.10 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. **2.11 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Contábil Técnico CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Para os processos diagnosticados com riscos possíveis, a Sociedade divulga em Nota Explicativa e para os processos diagnosticados com o risco remoto, a Sociedade faz o acompanhamento. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **2.12 Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 (R$ 20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.13 Receita de contratos com Clientes:** A Sociedade gera receita principalmente pela venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. A mensuração da receita ocorre com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, no momento em que transfere o controle dos serviços ao cliente e através da análise e aplicação das 5 etapas que deverão ser seguidas até o reconhecimento contábil de uma receita: etapa 1 - Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; etapa 2 - Identificar as obrigações de performance; etapa 3 - Determinar o preço da transação por obrigação de performance; etapa 4 - Alocar o preço de transação às obrigações de performance no contrato; e etapa 5 - Reconhecimento da Receita conforme o cumprimento das obrigações de performance. **Passivos de contrato (roll-forward qualitativo)**: Os saldos de passivos de contrato apresentados em "Outras contas a pagar" refere-se contraprestações recebidas antecipadamente e reconhecimento em receita à medida que as obrigações de performance são satisfeitas. **Obrigações de performance remanescentes:** Para contratos com duração original de 12 meses ou menos, a Companhia aplica a dispensa de divulgação prevista no CPC 47. Para contratos de prazo superior a 12 meses, as obrigações remanescentes são satisfeitas principalmente ao longo do tempo, pois o cliente recebe e consome os benefícios conforme a prestação contínua dos serviços. **Preço variável e restrição de estimativa**: As componentes variáveis de preço (p.ex., *success fee*) são reconhecidas apenas quando não há variabilidade relevante e quando é altamente provável que não ocorrerá reversão significativa do valor de receita reconhecido, em linha com o CPC 47. As informações sobre a natureza dos contratos e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes estão descritas abaixo: **(1) Pacotes pré-pagos:** essa modalidade de pacotes permite a contratação dos produtos por um determinado período (mensal, trimestral, semestral ou anual). Os clientes contratam um limite de utilização mensal não cumulativo e pago antecipadamente. Esse modelo de negócio atende principalmente os clientes de pequeno e médio porte. **(2) Oferta customizada com franquia:** essa modalidade permite a contratação mensal de um ou mais produtos dentro do portfólio. Os clientes contratam uma franquia de valor mensal e a utilização dos produtos é apurada e precificada de maneira unitária. Em caso de utilização inferior ao valor de contrato, será cobrada a franquia estabelecida. Em caso de utilização acima da franquia, é cobrado o valor excedente. **(3) Oferta customizada sem franquia:** essa modalidade permite a contratação mensal de um ou mais produtos dentro do portfólio com preço unitário preestabelecido. Os clientes não possuem uma franquia de valor mensal e a utilização dos produtos é apurada e precificada de acordo com o contrato. **(4) Oferta customizada com consumo ilimitado:** essa modalidade permite a contratação mensal de um ou mais produtos dentro do portfólio com consumo ilimitado a um preço fixo predeterminado. Esse modelo de negócio atende principalmente os clientes estratégicos. **(5) Success Fee:** essa modalidade de serviço é baseada em um percentual de retorno preestabelecido e apurado mensalmente. Esse modelo de negócio é utilizado apenas em determinadas linhas de produtos. O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente tem acesso aos produtos e serviços de acordo com o contrato. **(1) Pacotes pré-pagos:** nessa modalidade a receita é reconhecida no ato da prestação de serviço. **(2) Oferta customizada com franquia:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados pela Sociedade. **(3) Oferta customizada sem franquia:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados pela Sociedade. **(4) Oferta customizada com consumo ilimitado:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores preestabelecidos em contrato. **(5) Success Fee:** nessa modalidade a receita é reconhecida mensalmente com base nos valores apurados pela Sociedade, quando não há mais variabilidade em relação ao seu valor. **2.14 Custos:** A Sociedade apura e reconhece os custos principalmente sobre a venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. Os principais custos apurados e reconhecidos são: **(1) Sustentação e suporte a plataformas:** São custos fixos relacionados à sustentação, manutenção do ambiente cloud e suporte à plataforma tecnológica; **(2) Base de dados:** São custos fixos relacionados à aquisição, estruturação e processamento de base de dados. **(3) Comunicação:** São custos variáveis relacionados com os envios de carta, disparos de SMS, telefonemas e disparos de e-mail para comunicação ao consumidor; **(4) Atendimento ao cliente:** São custos variáveis relacionados ao atendimento ao cliente e ao consumidor; **(5) Revenda de produtos:** São custos variáveis relacionados à revenda de produtos de parceiros aos nossos clientes; **(6) Comissão de parceiros:** São todos os gastos relacionados à comissão de fornecedores parceiros na intermediação e no desenvolvimento para a prestação de serviços aos clientes. Entendemos que é um custo diretamente ligado a prestação de serviços e geração de receita; **(7) Custos de Pessoal:** São custos variáveis relacionados a remuneração, benefícios e encargos sociais dos colaboradores diretamente ligados à prestação de serviços aos nossos clientes. Esses colaboradores são profissionais pertencentes e/ou alocados nas áreas de Tecnologia da Informação (T.I.) e Dados e Analytics; **(8) Depreciação e Amortização:** São custos relacionados à depreciação dos equipamentos de informática e processamento de dados, bem como os custos relacionados a amortização da plataforma tecnológica que são essenciais e diretamente ligados à prestação de serviços aos nossos clientes. **2.15 Resultado por ação:** O resultado por ação (básico) é apurado dividindo-se o prejuízo atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação no período. Não há instrumentos potencialmente dilutivos que exijam a apresentação de resultado por ação diluído. A reconciliação do denominador é mantida nos registros societários e está disponível para análise. **2.16 Normas emitidas e ainda não efetivas:** As alterações e as novas normas apresentadas a seguir serão efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026 e 1º de janeiro de 2027, respectivamente. A Sociedade vai analisar e adotar essas normas na preparação dessas demonstrações financeiras, se cabível, quando entrarem em vigor. **• Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: - Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. - Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. - Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. - Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Sociedade vai avaliar a necessidade de adoção às alterações nas referidas normas, e promover os seus futuros impactos nas demonstrações financeiras. **• Alterações ao IAS 1 (CPC 26) e IAS 7 (CPC 03) - IFRS 18 (CPC 51) - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). Em 10 de outubro de 2025 foi aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, que trará as alterações mencionadas anteriormente. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Sociedade vai avaliar e adotar todas as alterações exigidas pela nova norma, e promover os seus futuros impactos nas suas demonstrações financeiras. **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para o uso público e que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Sociedade vai avaliar os requisitos exigidos pela nova norma, mas não espera sofrer impacto nas suas demonstrações financeiras. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa representados na demonstração do fluxo de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média ponderada a.a. 2025	Taxa média ponderada a.a. 2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos			245	615
Certificados de Depósito Bancário - CDB	101,6 do DI	101,5 do DI	114.002	125.274
Total			**114.247**	**125.889**

Representam aplicações remuneradas às taxas descritas acima, sem o risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata, mantidas em instituições financeiras de primeira linha. **4. Clientes:** As contas a receber são representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por venda de produtos e serviços de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes.

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes - a vencer	38.066	34.115
Clientes - vencidos	3.963	5.091
Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.166)	(1.076)
Total	**40.863**	**38.130**

O saldo de contas a receber de clientes está apresentado substancialmente por títulos de prestação de serviços para clientes pessoa jurídica com vencimento entre 30 e 60 dias, sendo 58% com partes relacionadas, não elegíveis na composição da base de provisão de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa. A Sociedade aplicou o modelo simplificado para o cálculo da sua provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa do exercício. A composição do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 é:

Aging List dos títulos	Taxa média de Perda Esperada	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2025	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2024
A vencer	0,48%	38.066	34.115	–	–
Vencidos de 01 a 30 dias	1,96%	1.466	3.547	8	–
Vencidos de 31 a 60 dias	10,02%	1.266	360	77	–
Vencidos de 61 a 90 dias	21,15%	31	67	6	3
Vencidos de 91 a 180 dias	48,17%	153	70	28	26
Vencidos a mais de 180 dias	100,00%	1.047	1.047	1.047	1.047
Total		**42.029**	**39.206**	**1.166**	**1.076**

Aging List dos títulos	Taxa média de Perda Esperada	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2024	Constituição de Provisões	Provisão para Perda Esperada em 31/12/2025
A vencer	0,48%	–	–	–
Vencidos de 01 a 30 dias	1,96%	–	8	8
Vencidos de 31 a 60 dias	10,02%	–	77	77
Vencidos de 61 a 90 dias	21,15%	3	3	6
Vencidos de 91 a 180 dias	48,17%	26	2	28
Vencidos a mais de 180 dias	100,00%	1.047	–	1.047
Total		**1.076**	**90**	**1.166**

5. Impostos a Recuperar: Os impostos a recuperar são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos sobre Faturamento		
PIS e COFINS sobre Faturamento	4.009	3.891
Impostos Retidos na Fonte	15.622	13.420
Impostos sobre o Lucro		
IRPJ a Compensar	1.753	–
CSLL a Compensar	632	–
Impostos sobre Operações Financeiras		
IRRF sobre Aplicação Financeira e Derivativos	2.571	1.482
Outros Impostos a Recuperar		
ISS a Recuperar	7	2
Total	**24.594**	**18.795**

6. Instrumentos Financeiros: O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros da Sociedade foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo. Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são (I) caixa e equivalentes de caixa, (II) instrumentos financeiros derivativos, (III) contas a receber (IV) empréstimos bancários, (V) fornecedores, (VI) passivo financeiro a pagar e (VII) notas comerciais a pagar. A Sociedade implantou Política de Aplicações Financeiras estabelecendo as diretrizes para gestão do risco de crédito e liquidez do seu portfólio de aplicações financeiras, incluindo a definição de limites por contraparte e de carência máxima permitida. O valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares. A evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações além dos preços cotados incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nível 2 2025	Nível 2 2024
Ativo:		
Classificados a valor justo pelo resultado		
CDB	114.002	125.274
Instrumentos financeiros derivativos	135	1.445
Classificados ao custo amortizado		
Clientes	40.863	38.130
Passivo:		
Classificados a valor justo pelo resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	39.497	33.625
Classificados ao custo amortizado		
Empréstimos bancários	–	68.804
Passivo financeiro fornecedores	220.693	340.238
Passivo financeiro arrendamento	11.256	16.380
Notas Comerciais	542.017	370.431

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo: **• Certificado de depósito bancários - CDB:** Para as aplicações em CDB, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão, BACEN). **• Instrumentos financeiros derivativos**: Seus fluxos de caixa futuros são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade, traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo dos derivativos. **• Empréstimos bancários:** O valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e, quando aplicável, juros até o vencimento com as taxas previstas em contrato. **• Passivos financeiros**: Para o passivo financeiro de fornecedores o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados pelo IPCA e CPI, disponibilizados ao mercado através de órgãos oficiais (IBGE e *BLS - Bureau of Labor Statistics*). Já para o passivo financeiro de arrendamento o valor justo é apurado com base nos fluxos de caixa projetados, descontados a taxa média dos contratos de 7,9% ao ano (em 2024 foi a mesma taxa). **• Notas comerciais:** O valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (Cetip, BACEN, etc), acrescidos de sobretaxa de 1,20% ao ano em 2025 (em 2024 foi 1,45% ao ano). **6.1 Instrumentos Financeiros Derivativos:** Em 2020, a Sociedade contratou Instrumento Financeiro - Swap junto ao Banco Safra, com o objetivo de se proteger de oscilações relacionadas à variação cambial do fluxo de pagamentos em moeda estrangeira associado ao contrato com seu parceiro tecnológico. O Swap protege o fluxo de pagamentos de janeiro de 2021 a novembro de 2027. A ponta ativa do swap incorre em variação cambial do dólar ao passo que a ponta passiva incorre em juros equivalentes a DI -1,04%. Em 2025 a Sociedade contratou instrumentos derivativos para proteção cambial de seus pagamentos em dólar previstos para o exercício de 2025, através da compra de Non Deliverable Forwards - NDF's (termo de dólar). Os termos possuíam vencimentos entre janeiro e dezembro de 2025, com taxas contratadas entre R$ 5,7553 e R$ 6,2508. Em 11 de dezembro de 2025 a Sociedade contratou uma nova operação de compra de *Non Deliverable Forwards* - NDF's (termo de dólar) para proteção cambial de seus pagamentos em dólar com vencimento em janeiro de 2026, com taxa contratada de R$ 5,4658. As operações de proteção (Swap e NDF) são contratadas para cobertura econômica de fluxos vinculados a compromissos em moeda estrangeira; a Sociedade não adota contabilidade de hedge e reconhece variações a valor justo no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esses instrumentos financeiros derivativos estavam representados conforme abaixo, respectivamente:

	2025 Valor de Referência (milhares de USD)	2025 MtM	2024 Valor de Referência (milhares de USD)	2024 MtM
Operações de Swap	**11.493**	**(39.497)**	**17.163**	**(33.625)**
Variação Cambial vs Taxa Flutuante em R$ (DI -1,04%)	11.493	(39.497)	17.163	(33.625)
Operações de NDF	**2.998**	**135**	**6.146**	**1.445**
Termo de Dólar	2.998	135	6.146	1.445
Total	**14.491**	**(39.362)**	**23.309**	**(32.180)**

7. Despesas antecipadas: O saldo de despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 8.557 e R$ 7.509, respectivamente, está relacionado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Suportes de informática (a)	2.306	1.773
Subscrição de software (b)	5.950	5.646
Seguros (c)	227	64
Outras despesas antecipadas (d)	74	26
Total	**8.557**	**7.509**
Curto prazo	7.134	6.654
Longo prazo	1.423	855

(a) Refere-se a despesa de suporte a equipamentos de informática; (b) Refere-se a despesas na contratação de serviços de uso de software utilizados nas atividades da Sociedade. (c) Refere-se a despesas de seguro patrimonial, seguro dos data centers, direitos & obrigações (D&O), seguro garantia e seguro fiança. (d) Refere-se a despesas na contratação de serviços de consultorias. **8. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos:** A Sociedade mantém registrado o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, com fundamento em evidências de geração de lucro tributável futuro suficiente para sua realização, conforme projeções econômico-financeiras aprovadas pelo Conselho de Administração e revisadas periodicamente. As projeções indicam manutenção de resultados positivos ao longo do horizonte de planejamento, suportadas por (i) histórico de melhora operacional, (ii) carteira de contratos/receitas recorrentes, (iii) eficiência operacional decorrente de iniciativas de ganho de escala, e (iv) posicionamento competitivo em seus principais mercados. O modelo de projeção utilizado é baseado em fluxo de resultados tributáveis, elaborado a partir do orçamento anual e do plano estratégico plurianual. As principais premissas consideradas incluem: crescimento de receita compatível com o desempenho histórico e perspectivas de mercado, crescimento de margens operacionais atingindo níveis sustentáveis, controle de despesas operacionais, investimentos planejados e alíquotas tributárias vigentes. Com base nas projeções aprovadas, a Administração estima que a realização dos ativos fiscais diferidos ocorrerá de forma gradual ao longo dos próximos exercícios sociais, dentro do horizonte de até 8 anos, respeitando os limites legais de compensação e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Considerando as evidências objetivas de rentabilidade futura e a ausência de indicadores de perda na capacidade de geração de resultados tributáveis, a Administração conclui que é adequada a manutenção integral do ativo fiscal diferido registrado nas demonstrações financeiras. A Sociedade monitora continuamente as premissas utilizadas e revisa suas estimativas sempre que necessário, assegurando que o valor registrado reflita, de forma razoável, a expectativa de realização dos créditos fiscais à luz das condições econômicas e operacionais vigentes. Os quadros a seguir apresentam os saldos e o detalhamento da composição do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Ativo fiscal diferido (Resultado):	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	6.044	8.577
Contribuição social diferida	2.890	3.449
Total	**8.934**	**12.026**
Prejuízo Fiscal e Base Negativa:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Prejuízo fiscal - IR	572.414	558.553
Base negativa de CSLL	604.184	582.381
Adições e (Exclusões):		
Total das Adições	319.171	244.414
Total das Exclusões	(250.455)	(186.012)
Bases de Cálculo		
Base de Cálculo de IRPJ	641.130	616.954
Base de Cálculo de CSLL	672.900	640.783
Ativo Fiscal Diferido:		
Imposto de Renda Diferido	160.283	154.239
Contribuição Social Diferida	60.560	57.670
Total	**220.843**	**211.909**

Em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, ativos e passivos fiscais diferidos não são mensurados a valor presente. A Sociedade mantém a divulgação do cronograma estimado de realização sem desconto, apenas com finalidade informativa e sem impactos sobre os montantes contábeis reconhecidos (R$ 220.843 em 31/12/2025 e R$ 211.909 em 31/12/2024). A tabela a seguir apresenta o Aging de realização do ativo fiscal diferido:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Utilização do diferido (período)	15	7.230	14.857	22.833	32.297	43.479	55.635	44.497
Utilização do diferido (acumulado)	15	7.245	22.102	44.935	77.232	120.711	176.346	220.843
% Utilização	0%	3%	10%	20%	35%	55%	80%	100%

9. Imobilizado

	Taxa média anual - %	31/12/2025 Custo	31/12/2025 Depreciações	31/12/2025 Baixas	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Equipamentos de informática (a)	20	65.086	(51.245)	–	13.841	8.318
Benfeitorias (b)	11 a 13	4.759	(4.060)	(1)	698	1.269
Móveis e utensílios (c)	10	517	(385)	(6)	126	184
Direito de uso - imóveis e equipamentos (c)	13 a 33	29.103	(19.050)	–	10.053	15.038
Total		**99.465**	**(74.740)**	**(7)**	**24.718**	**24.809**

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Taxa média anual - %	Saldos em 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldos em 31/12/2025
Equipamentos de informática (a)	20	8.318	8.956	–	(3.433)	13.841
Benfeitorias (b)	11 a 13	1.269	–	(1)	(570)	698
Móveis e utensílios (c)	10	184	–	(6)	(52)	126
Direito de uso - imóveis e equipamentos (c)	13 a 33	15.038	681	–	(5.666)	10.053
Total		**24.809**	**9.637**	**(7)**	**(9.721)**	**24.718**

	Taxa média anual - %	Saldos em 31/12/2023	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática (a)	20	16.561	380	–	(8.623)	8.318
Benfeitorias (b)	11 a 13	1.706	129	–	(566)	1.269
Móveis e utensílios (c)	10	393	–	(147)	(62)	184
Direito de uso - imóveis e equipamentos (c)	13 a 33	21.054	687	(1.186)	(5.517)	15.038
Imobilizado em Andamento (d)		2.122	353	(2.475)	–	–
Total		**41.836**	**1.549**	**(3.808)**	**(14.768)**	**24.809**

(a) Refere-se a equipamentos de informática, primordialmente servidores da plataforma de dados da Sociedade. (b) Benfeitorias: Refere-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e está sendo depreciado conforme exercício firmado no contrato de aluguel. (c) Refere-se aos direitos de uso de imóveis da sede e equipamentos dos data centers da Sociedade. As baixas do período são decorrentes da rescisão do contrato de arrendamento de um dos andares utilizados na operação da Sociedade.

10. Intangível

	Taxa média anual - %	31/12/2025 Custo	31/12/2025 Amortização	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Plataforma de dados (a)	1 a 7	820.364	(100.355)	720.009	746.908
Software e licenciamento de software (b)	20	5.525	(3.128)	2.397	2.505
Produtos (c)	9 a 10	80.236	(41.994)	38.242	45.947
Base de dados (d)	48	129.464	(111.355)	18.109	19.171
Total		**1.035.589**	**(256.832)**	**778.757**	**814.531**

continua→★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

–★ **continuação**

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Taxa média anual - %	Saldos em 31/12/2024	Aquisições	Amortizações	Saldos em 31/12/2025
Plataforma de dados (a)	1 a 7	746.908	–	(26.899)	720.009
Software e licenciamento de software (b)	20	2.505	–	(108)	2.397
Produtos (c)	9 a 10	45.947	–	(7.705)	38.242
Base de dados (d)	48	19.171	12.706	(13.768)	18.109
Total		**814.531**	**12.706**	**(48.480)**	**778.757**

	Taxa média anual - %	Saldos em 31/12/2023	Aquisições	Amortizações	Saldos em 31/12/2024
Plataforma de dados (a)	1 a 7	767.331	2.475	(22.898)	746.908
Software e licenciamento de software (b)	20	2.727	–	(222)	2.505
Produtos (c)	9 a 10	53.652	–	(7.705)	45.947
Base de dados (d)	48	25.205	10.157	(16.191)	19.171
Total		**848.915**	**12.632**	**(47.016)**	**814.531**

(a) Refere-se a investimentos em desenvolvimento das plataformas de dados da Sociedade. No ativo em questão aplicou-se um método de amortização não linear, tendo taxas crescentes ao longo de sua vida útil, variando de 1 a 7% ao ano. O referido método reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela Sociedade. A Administração reavalia anualmente a adequação do método e das taxas. (b) Refere-se a softwares e licenças de software de terceiros utilizados no desenvolvimento da plataforma de dados da Sociedade, para prestação de novos serviços e produtos, bem como a implantação de plataformas de atendimento a clientes e de sistemas de gestão. (c) Refere-se a gastos com desenvolvimento ou aquisição de novos produtos. (d) Refere-se a gastos realizados para formação de base de dados da Sociedade. **11. Fornecedores:** O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de R$ 44.081 e R$ 37.755, respectivamente, refere-se à aquisição de bens, manutenção de software, hardware e consultorias diversas, etc.

	31/12/2025	31/12/2024
Lexis Nexis Risk Solutions	(26.360)	(25.603)
Equinix do Brasil Soluções de Tecnologia em Informática Ltda.	(571)	(542)
Boa Vista Serviços S.A.	(2.189)	(6.137)
PTLS Serviços de Tecnologia e Assessoria	(11.068)	(1.673)
Outros fornecedores	(3.893)	(3.799)
Total	**(44.081)**	**(37.755)**
Circulante	(44.081)	(36.255)
Não Circulante	–	(1.500)

12. Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações sociais e trabalhistas	(30.747)	(24.778)
Provisão para férias e encargos sobre férias	(8.730)	(8.416)
Total	**(39.477)**	**(33.194)**

13. Obrigações tributárias	31/12/2025	31/12/2024
Impostos federais (PIS, COFINS, IRRF, CIDE, CSRF)	(5.060)	(5.259)
Imposto Municipal (ISS)	(1.070)	(962)
INSS	(4)	(3)
Total	**(6.134)**	**(6.224)**

14. Empréstimos Bancários a pagar: Em 29 de setembro de 2020, a Sociedade contratou empréstimos na modalidade de Cédula de Crédito Bancária (CCB) junto aos bancos Bradesco, Santander e Safra, no montante total de R$ 200.000, sendo R$ 66.667 junto a cada instituição financeira. As CCB's possuem prazo total de 5 anos, com pagamento de juros semestral e amortização anual, em três parcelas iguais, a partir do final do 3º ano. A remuneração dos empréstimos é equivalente a DI + 2,70% ao ano. Em 29 de setembro de 2025, a Sociedade efetuou o pagamento da última parcela dos contratos acima, liquidando o saldo da dívida relacionada aos empréstimos na modalidade de Cédula de Crédito Bancária (CCB). Portanto, sem saldo ao fim de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 os saldos de empréstimos a pagar eram compostos conforme abaixo:

	Saldos em 31/12/2024	Apropriações	Amortizações	Juros pagos	Saldos em 31/12/2025
Empréstimos Bancários a pagar	(66.667)	–	66.667	–	–
Juros sobre Empréstimos Bancários	(2.246)	(8.218)	–	10.464	–
Custos de transação a apropriar	109	(109)	–	–	–
Total	**(68.804)**	**(8.327)**	**66.667**	**10.464**	–
Circulante	(68.804)				–
Não Circulante	–				–

15. Notas Comerciais: Em 13 de fevereiro de 2023 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 80.000 (oitenta milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,75% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 17 de março de 2023. Em 14 de setembro de 2023 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 100.000 (cem milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,75% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 29 de setembro de 2023. Em 12 de setembro de 2024 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 3ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,45% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 30 de setembro de 2024. Em 22 de agosto de 2025 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 4ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 220.000 (duzentos e vinte milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,20% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 26 de setembro de 2025, nesta data a Sociedade realizou a liquidação antecipada da 1ª Nota Comercial.

	Saldos em 31/12/2024	Apropriações	Amortizações	Juros pagos	Saldos em 31/12/2025
Notas Comerciais a pagar	(330.000)	(220.000)	80.000	–	(470.000)
Juros sobre Notas Comerciais	(42.038)	(64.643)	–	32.727	(73.954)
Custos de transação a apropriar	1.607	330	–	–	1.937
Total	**(370.431)**	**(284.313)**	**80.000**	**32.727**	**(542.017)**
Circulante	–				(135.368)
Não Circulante	(370.431)				(406.649)

16. Provisões para Contingências: No encerramento do exercício, a Sociedade era parte envolvida em processos judiciais cíveis no valor de R$ 488 (R$ 460 em 31 de dezembro de 2024) classificados como "possíveis". Com base nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade, o risco de perda dos processos cíveis classificados como "prováveis" era de R$ 45 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 65 em 31 de dezembro de 2024). Ainda no exercício de 2024, em dezembro, a Sociedade constituiu uma provisão de processo judicial trabalhista no valor de R$ 365 classificado como "provável", baseado nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade. Em 29 de julho de 2025 o pagamento foi liquidado e baixado e o processo baixado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação dos saldos das Provisões de Contingências era composta conforme abaixo:

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(65)	(37)	57	(45)
Provisões para Contingências Trabalhistas	(365)	–	365	–
Total	**(430)**	**(37)**	**422**	**(45)**

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Provisões para Contingências Cíveis	(133)	155	(88)	(65)
Provisões para Contingências Trabalhistas	–	(365)	–	(365)
Total	**(133)**	**(210)**	**(88)**	**(430)**

17. Arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2025, os valores do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar são de R$ 10.053 (em 2024 era R$ 15.038) e R$ 11.256 (em 2024 era R$ 16.380), respectivamente.

Movimentação dos direitos de uso	Saldos em 31/12/2024	Reajuste 2025	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Data-center	13.983	574	(5.157)	9.400
Imóveis	1.055	107	(509)	653
Total	**15.038**	**681**	**(5.666)**	**10.053**

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	Saldos em 31/12/2024	Reajuste 2025	Juros	Pagamentos	Saldos em 31/12/2025
Data-center	14.998	574	890	(6.084)	10.378
Imóveis	1.382	107	126	(737)	878
Total	**16.380**	**681**	**1.016**	**(6.821)**	**11.256**

Cronograma de vencimento de arrendamentos a pagar

Período	Valor
Até 2027	11.992
Total	**4.925**
Juros estimados do período até 2027	(737)
Total de arrendamentos a pagar	**11.256**

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado com base nos fluxos de caixa projetados, descontados a taxa média dos contratos de 7% ao ano. A apresentação das taxas, custo, depreciação e a movimentação dos arrendamentos estão na nota explicativa nº 9 - Imobilizado. As despesas com arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, quando existentes, são reconhecidas diretamente no resultado do período na rubrica de despesas operacionais. **18. Passivo Financeiro a pagar:** Em 30 de junho de 2020, a Administração iniciou sua operação com os ativos Plataforma de Dados Quod e Produtos Relatório e Score de Crédito que encontravam-se nas condições necessárias para operar da forma pretendida pela Sociedade. Como na data de início de uso desses ativos ainda havia liquidações previstas, a mensuração do custo remanescente desses ativos foi realizada com base no valor presente das contraprestações futuras ainda não liquidadas. O registro do valor presente dos ativos em questão foi realizado em contrapartida a um passivo financeiro, uma vez que com a entrega dos ativos da forma pretendida pela Administração, a Sociedade passa a não ter o direito incondicional de evitar a entrega de caixa para liquidar sua obrigação contratual. O passivo financeiro é atualizado anualmente pela inflação brasileira e americana, sendo a última contraprestação prevista para setembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos Passivos Financeiros a pagar eram compostos conforme abaixo:

	Saldos em 31/12/2024	Apropriações	Pagamentos	Variação Cambial	Variação Monetária	Saldos em 31/12/2025
Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar	343.858	–	(118.960)	(12.094)	9.400	222.204
Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores	(3.620)	2.109	–	–	–	(1.511)
Total	**340.238**	**2.109**	**(118.960)**	**(12.094)**	**9.400**	**220.693**
Circulante	118.847					122.815
Não Circulante	221.391					97.878

	Saldos em 31/12/2023	Apropriações	Pagamentos	Variação Cambial	Variação Monetária	Saldos em 31/12/2024
Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar	408.312	–	(109.584)	31.687	13.443	343.858
Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores	(6.588)	2.968	–	–	–	(3.620)
Total	**401.724**	**2.968**	**(109.584)**	**31.687**	**13.443**	**340.238**
Circulante	100.697					118.847
Não Circulante	301.027					221.391

19. Outras Contas a Pagar	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de Contrato (Adiantamentos de Clientes) (a)		(1.216)	(117)
Devolução de Clientes		(25)	(4)
Provisões para Contingências Cíveis	17	(45)	(65)
Provisões para Contingências Trabalhistas	17	–	(365)
Provisão de Fornecedores		(1.553)	(3.277)
Total		**(2.839)**	**(3.828)**

(a) Os passivos de contrato representam valores recebidos antecipadamente de clientes antes da transferência de serviços e são reconhecidos em Receita quando a respectiva obrigação de performance é satisfeita. **20. Partes relacionadas:** No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade e seus acionistas, operações com partes relacionadas, tais como aplicações financeiras, contas a pagar, despesas com benefícios, entre outros. A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos Bancos, sendo alguns desses seus acionistas diretos ou indiretos. Os quadros a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Sociedade, discriminados por modalidade de contrato, acionista, bem como as correspondentes receitas e despesas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Balanço Patrimonial

	31/12/2025		31/12/2024	
Empresas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Banco do Brasil S.A. (a) e (e)	7.704	–	7.493	–
Banco Bradesco S.A. (a), (d) e (e)	37.952	2.769	96.166	27.446
Banco Santander (Brasil) S.A. (a), (d) e (e)	65.811	2.719	18.890	27.474
Banco Itaú Unibanco S.A. (a)	349	–	114	–
Banco Digio S.A. (e)	1.149	–	324	–
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (e)	229	–	239	–
XS3 Seguros S.A. (e)	10	–	1	–
Caixa Econômica Federal (e)	24	–	–	–
Cielo S.A - Instituição de Pagamento	–	–	1	–
Banco RCI Brasil S.A. (e)	1	–	1	–
Lexisnexis Risk Solutions FL Inc (f)	–	11.761	–	12.360
Lexisnexis Serviços de Analise de Risco (f)	–	18.999	–	17.648
Total	**113.229**	**36.248**	**123.229**	**84.928**

Demonstração de Resultado

	31/12/2025		31/12/2024	
Empresas	**Receitas Financeiras**	**Despesas Financeiras**	**Receitas Financeiras**	**Despesas Financeiras**
Banco do Brasil S.A. (b)	–	2.272	–	1.423
Banco Bradesco S.A. (b)	7.483	86	2.550	68
Banco Santander (Brasil) S.A. (b)	3.269	–	4.344	–
Banco Itaú Unibanco S.A. (b)	–	1	–	1
Caixa Econômica Federal (b)	–	2	–	1
Alelo S.A. (c)	–	4.567	–	6
Stelo S.A. (b)	–	3	–	17
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (c)	–	3.359	–	3.415
Bradesco Saúde S.A. (c)	–	7.262	–	7.274
Lexisnexis Risk Solutions FL Inc (f)	–	12.750	–	64.168
Lexisnexis Serviços de Análise de Risco (f)	–	41.256	–	33.363
Total	**10.752**	**71.558**	**6.894**	**109.736**

(a) Refere-se a transações de caixa e equivalentes de caixa com partes relacionadas. (b) Refere-se a receitas de aplicações financeiras, despesas financeiras, comissionamento de coordenação sobre emissão de debêntures e despesa de gateway. (c) Refere-se a transações de compra de benefícios a funcionários, taxas de serviços sobre vale-transporte e vale-combustível, assistência médica e plano de previdência privada. (d) Refere-se a empréstimo bancário com partes relacionadas. (e) Refere-se a transações de contas a receber com as partes relacionadas. (f) Refere-se a transações de contas a pagar e passivo financeiro referentes ao mês de dezembro de 2025 e 2024 com partes relacionadas. **Receita operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade auferiu receita bruta no montante de R$ 279.294 (em 2024 foi R$ 247.804) referente à prestação de serviços de informações de crédito para partes relacionadas. **Remuneração dos Administradores:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto e longo prazo (salários, assistência médica, participação nos lucros e bônus), contabilizados na rubrica "Despesas com pessoal". Anualmente, a Sociedade aprova em assembleia o valor global da remuneração dos Administradores, conforme determinação do seu Estatuto Social. O saldo de Remuneração dos Administradores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de R$ 17.560 e R$ 12.435, respectivamente, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa anual	7.716	6.832
Remuneração variável	9.844	5.603
Total	**17.560**	**12.435**

21. Patrimônio líquido: Capital social: Em 04 de outubro de 2022, a Sociedade emitiu de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária um Bônus de Subscrição em favor da LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, que conferiu ao seu titular o direito de subscrever novas ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal da Sociedade. O Bônus de Subscrição emitido no valor de R$ 84.000 foi integralmente pago nesta data pelo novo investidor. Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de R$ 283.514, subscrito e integralizado nesta data pelo novo acionista Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda., totalizando o capital da Sociedade em R$ 677.542, mediante a emissão de 10.179.730 de ações ordinárias e 2.544.933 de ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é representado por 50.898.650 ações ordinárias (em 2021 era 43.247.325) e 12.724.663 preferenciais (em 2021 era 25.449.325), nos montantes de R$ 542.034 (em 2021 era R$ 197.014) e R$ 135.508 (em 2021 era R$ 197.015), respectivamente. Em 23 de fevereiro de 2023, foi aprovado através da rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2022, o aumento do capital social do acionista Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. mediante ao ajuste no preço de emissão das ações preferenciais, passando a apresentar o montante de R$ 307.623 (em 2022 era R$ 283.514), totalizando o capital da Sociedade em R$ 701.651. O montante das ações ordinárias permanece inalterado. A composição do capital social da Sociedade é a seguinte e está representada em reais:

	31/12/2025			31/12/2024		
Acionistas	**Capital Social**	**Qtde. de Ações ON e PN**	**%**	**Capital Social**	**Qtde. de Ações ON e PN**	**%**
Banco Bradesco S.A.	82.825	10.699.036	17%	82.825	10.699.036	17%
Banco do Brasil S.A.	81.893	10.578.523	17%	81.893	10.578.523	17%
Banco Santander (Brasil) S.A.	76.635	9.899.291	16%	76.635	9.899.291	16%
Caixa Participações S.A.	75.284	9.724.824	15%	75.284	9.724.824	15%
Itaú Unibanco S.A.	77.391	9.996.976	16%	77.391	9.996.976	16%
Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.	307.623	12.724.663	20%	307.623	12.724.663	20%
Total	**701.651**	**63.623.313**	**100%**	**701.651**	**63.623.313**	**100%**

22. Receitas líquidas de serviços: A Sociedade gera receita principalmente pela venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de receita de contratos com clientes eram compostos conforme abaixo:

Receita de Contratos com Clientes	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de serviços (a)	436.753	370.956
Cancelamentos de faturamentos	(16.889)	(5.325)
Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN	(46.478)	(40.450)
Total	**373.386**	**325.181**
Principais Produtos e Serviços	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Soluções de Análise de Risco de Crédito	288.896	250.346
Soluções de Prevenção a Fraude	71.361	61.843
Soluções de Compliance	2.794	2.753
Soluções de Cobrança	10.335	10.239
Total	**373.386**	**325.181**
Tempo de Reconhecimento de Receita		
Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo	19.467	20.502
Produtos e serviços transferidos em momento ao longo do tempo	353.919	304.679
Total	**373.386**	**325.181**

23. Custos, despesas gerais e administrativas por natureza: Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas, gerais e administrativas conforme classificado na composição dos resultados dos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados	(137.176)	(137.143)
Despesas Gerais e administrativas	(60.157)	(46.613)
Despesas com pessoal	(115.099)	(109.419)
Despesas de depreciação e amortização	(2.052)	(4.706)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	(2.372)	(2.629)
	(316.856)	**(300.510)**
Custos dos Serviços Prestados	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Sustentação e suporte a plataforma	(30.241)	(28.977)
Base de dados	(14.138)	(11.866)
Comunicação	(715)	(773)
Atendimento ao cliente	(24.502)	(19.839)
Custo com pessoal	(16.485)	(23.592)
Depreciação e amortização	(51.095)	(52.096)
Despesas com pessoal e Administrativas		
Pessoal	(115.099)	(109.419)
Publicidade, marketing e propaganda	(2.372)	(2.629)
Material consumo, escritório e outros	(1.428)	(2.194)
Viagem, locomoção e diárias	(455)	(478)
Despesas comerciais	–	(79)
Despesas Gerais		
Depreciação e amortização	(2.052)	(4.706)
Prestação de serviços	(50.509)	(35.932)
Impostos e taxas	(7.393)	(7.415)
Prediais e ocupações	(372)	(515)
	(316.856)	**(300.510)**

24. Outras Despesas e Receitas Operacionais: Em 2024 a Sociedade reconheceu em seu resultado despesas e receitas decorrentes da descontinuação do contrato de arrendamento de um dos andares utilizados na sua operação e a baixa dos ativos imobilizados, que resultou em um impacto positivo de R$ 386, complementados por uma despesa de R$ 123 referente a devolução de recebimento indevido de cliente. Adicionalmente, a Sociedade efetuou um levantamento através de um processo administrativo para a recuperação de crédito previdenciário das rubricas consolidadas, que resultou em um montante de R$ 195 reconhecidos no período. A tabela a seguir apresenta os saldos de outras receitas e despesas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas	–	(198)
Outras Despesas	–	241
Outras despesas e receitas operacionais	(3)	(504)
Total	**(3)**	**(461)**

25. Resultado Financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	2	19
Rendimentos sobre aplicações	13.180	7.866
Variação cambial (a)	22.786	5.894
Ajuste líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos (b)	1.359	7.670
Variação de valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	136	59.408
Outras Receitas Financeiras	227	61
	37.690	**80.919**
Despesas financeiras:		
Juros sobre notas comerciais e arrendamentos	(75.408)	(47.106)
Variação cambial (a)	(8.008)	(37.809)
Ajuste líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos (b)	(24.331)	(11.697)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (c)	(9.424)	(36.593)
Atualização monetária e ajuste a valor presente (d)	(9.400)	(13.443)
Taxas e outras despesas (e)	(1.978)	(906)
	(128.549)	**(147.553)**

(a) Referem-se basicamente à variação cambial ativa e passiva sobre passivo financeiro reconhecido em junho/2020 quando do início das operações com a nossa plataforma tecnológica; (b) Referem-se aos ajustes ativos e passivos das operações com instrumentos financeiros derivativos (*NDF e SWAP*); (c) Referem-se às variações de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (*NDF e SWAP*) por marcação a mercado (*MtM - Market to Market*) que sofreram impactos relevantes em decorrência da alta do dólar no período; (d) Referem-se à atualização monetária passiva e o ajuste a valor presente sobre passivo financeiro reconhecido em junho/2020 quando do início das operações com a nossa plataforma tecnológica; (e) Refere-se a comissões e corretagens, despesas de IOF, e PIS e COFINS sobre outras receitas. **26. Benefícios a funcionários: Previdência Complementar:** A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de outubro de 2017. O plano de aposentadoria é o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida), sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo das reservas, tendo incorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em despesas de contribuições no montante de R$ 1.264 e R$ 1.541, respectivamente, contabilizadas na rubrica "Despesa e Custo com pessoal". **Outros benefícios:** Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: assistência médica e odontológica, seguro de vida e vales refeição/alimentação/combustível, cujo montante dessas despesas, totalizou R$ 11.503 e R$ 11.297 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente, contabilizadas na rubrica "Despesa e Custo com pessoal". **27. Cobertura de seguros:** A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade possuía apólices de seguro conforme descrito abaixo: (a) Seguro Patrimonial referente ao ativo imobilizado, imóvel sede com indenização máxima prevista de R$ 20.000 (R$20.000 em 2024); (b) Seguros dos Data Centers localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro com indenizações máximas previstas de R$ 24.000 e R$ 18.000 (R$ 24.000 e R$ 18.000 em 2024), respectivamente; (c) Direitos & Obrigações - Responsabilidade civil dos diretores com indenização máxima de R$ 30.000 (R$ 30.000 em 2024); (d) Seguro garantia relacionados a contratos com clientes com indenização máxima de R$ 18.333 (R$ 18.000 em 2024); (e) Seguro fiança com indenização máxima de R$ 3.000 (R$ 3.000 em 2024). **28. Outros assuntos: Gerenciamento de riscos:** A Sociedade possui um modelo de gestão de risco ERM (*Enterprise Risk Management*) com avaliação, detalhamento e classificação do seu universo de riscos, levando em consideração o nível de impacto (baixo, médio ou alto) e o nível de probabilidade (improvável, dificilmente, ocasionalmente, possivelmente, definitivamente) do risco, chegando assim a uma matriz de risco da Sociedade. Para cada risco identificado, são mapeados o impacto (financeiro, operacional ou de imagem) e o nível de monitoramento, considerando a existência de controles e de planos de ação e/ou mitigação. A partir desse mapeamento de risco é feito um acompanhamento mais detalhado dos riscos altos e dos riscos médios parcialmente monitorados ou não monitorados (aqueles com controles e planos de ação em desenvolvimento mas não finalizados). Os riscos são ainda classificados de acordo com o grupo de aplicabilidade (Finanças, TI, Pessoas, Estratégia, Comercial, Dados, etc.) e com a sua natureza de origem (Financeiro, Estratégico, Operacional, de Imagem, Tecnológico). Dessa maneira, o modelo de acompanhamento de riscos é gerenciado continuamente pela Sociedade, e revisado com o Comitê de Controle e Riscos do Conselho de Administração bimestralmente. Com relação a aplicações financeiras, a Sociedade implantou Política de Aplicações Financeiras estabelecendo as diretrizes para gestão conservadora do risco de crédito e liquidez do seu portfólio de aplicações, incluindo a definição de limites por contraparte e de carência máxima permitida. Seguindo as definições dessa Política, a Sociedade utiliza instrumentos de baixo risco, como títulos de renda fixa com liquidez imediata, tendo como contraparte bancos de primeira linha. A tabela a seguir apresenta os vencimentos contratuais e valor futuro de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Os valores são brutos e não descontados, e incluem valores de juros contratuais incorridos até a data de encerramento do exercício. Para os saldos em dólar a Sociedade utilizou o dólar cupom limpo de R$ 5,4915 e a taxa DI de 14,33% a.a., vigentes em 31 de dezembro de 2025 (em 2024, dólar cupom limpo de R$ 6,1544 e a taxa DI 12,15% a.a.).

31 de dezembro de 2025

			Fluxos de Caixa Futuro		
Passivos financeiros	**Valor Contábil**	**Total**	**Até 1 ano**	**1 - 2 Anos**	**2 - 5 anos**
Instrumentos financeiros derivativos	39.359	39.339	19.716	19.623	–
Passivos financeiros de fornecedores	220.693	242.887	124.672	118.216	–
Notas comerciais	542.017	700.460	152.095	227.341	321.024
Total	**802.069**	**982.686**	**296.483**	**365.180**	**321.024**

31 De dezembro de 2024

			Fluxos de Caixa Futuro		
Passivos financeiros	**Valor Contábil**	**Total**	**Até 1 ano**	**1 - 2 Anos**	**2 - 5 anos**
Instrumentos financeiros derivativos	32.180	35.002	11.132	11.637	12.233
Empréstimos bancários	68.803	76.166	76.166	–	–
Passivos financeiros de fornecedores	340.238	345.419	107.951	122.300	115.168
Notas comerciais	370.431	486.225	–	265.924	220.302
Total	**811.652**	**942.812**	**195.249**	**399.861**	**347.703**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos financeiros com risco cambial: Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do dólar frente ao real ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e pagamentos a fornecedores atrelados à variação cambial e, consequentemente, afetado o resultado antes dos impostos pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes.

Resultado do Exercício	Valorização	Desvalorização
31 de dezembro de 2025		
Variação de 10% (BRL/USD)	19.364	(19.364)
31 de dezembro de 2024		
Variação de 10% (BRL/USD)	12.926	(12.926)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixadas: Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros DI, ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, teria aumentado e reduzido o resultado do exercício pelos montantes demonstrados na tabela abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

	Resultado do Exercício	
	100 pb Aumento	**100 pb Diminuição**
31 de dezembro de 2025		
Aplicações Financeiras	1.084	(1.084)
Ponta Passiva *Swap*	87	(87)
Notas Comerciais	5.242	(5.199)
Total	**6.413**	**(6.370)**
31 de dezembro de 2024		
Aplicações Financeiras	868	(868)
Ponta Passiva *Swap*	99	(100)
Notas Comerciais	3.495	(3.097)
Total	**4.462**	**(4.065)**

29. Eventos subsequentes: Após o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2025 e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras (27 de fevereiro de 2026), a Sociedade avaliou a existência de eventos subsequentes que pudessem requerer ajuste ou divulgação adicional. Com base nessa avaliação, não foram identificados eventos subsequentes que exigissem ajustes nos saldos ou divulgação complementar nestas demonstrações financeiras.

A Diretoria

Contador

Luciano Evangelista Pereira - CRC 1SP 223.121/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **Gestora de Inteligência de Crédito S.A. Barueri - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Sociedade" ou "QUOD"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP295328/O-2

ROZAC Comércio Importação e Exportação de Produtos Têxteis S.A.

CNPJ: nº 05.629.653/0001-58

Relatório da Administração - Encerrado em 31/12/2025 e 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2025. (Valores em Milhares de Reais). **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial - Ativo	**2025**	**2024**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	30.518	5.336
Contas a Receber	140.884	148.220
Outras Contas a Receber	18.514	99.453
Impostos a Recuperar	17.219	20.458
Estoques	57.218	116.580
Despesas Antecipadas	626	1.252
Bens Mantidos para Venda	233	5.385
Total Ativo Circulante	**265.212**	**396.684**
Não Circulante		
Ativo Realizável a Longo Prazo	210	2.337
Imobilizado	19.966	9.858
Intangivel	24.141	25.958
Depreciação Acumulada	(5.193)	(3.711)
Amortização Acumulada	(8.686)	(5.168)
Total Ativo Não Circulante	**30.438**	**29.274**
Total Ativos	**295.650**	**425.958**

Balanço Patrimonial - Passivo	**2025**	**2024**
Circulante		
Obrigações de Curto Prazo / Fornecdores	106.402	230.567
Obrigações Tributárias a Recolher	489	652
Obrigações Sociais e Trabalhistas	411	398
Provisões Trabalhistas	449	339
Direito de Uso	3.515	3.810
Adiantamento de Clientes	4.303	24.700
Outras Contas a Pagar	54	192
Total Passivo Circulante	**115.623**	**260.658**
Passivo Não Circulante		
Direito de uso	11.391	16.505
Obrigações Fiscais	211	2.337
Total Passivo Não Circulante	**11.602**	**18.842**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	27.000	27.000
Reservas	141.425	119.770
Prejuízos Acumulados	-	(312)
Total Patrimônio Líquido	**168.425**	**146.458**
Total Passivo e Patrimonio Líquido	**295.650**	**425.958**

Demonstração do Resultado Abrangente	**2025**	**2024**
Lucro Líquido do Exercício	34.727	26.108
Resultado Abrangente do Período	**34.727**	**26.108**

Notas Explicativa para às Demonstrações Contábeis

O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos, praticados e exigidos pela Lei 6.404/1976 e Decreto Lei 1.598/1977, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009, e Lei 13.818/2019.

Diretor Financeiro: José Antonio Tezotto Toaliari
Contador: Stefan Custodio - CRC.: 1SP234738/O-4

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31/12/2025

	01/01/25 a 31/12/25	01/01/24 a 31/12/24
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações		
Lucro do Exercício antes do IR e CSLL	**42.189**	**29.067**
Itens que não afetam o caixa		
(+) Depreciação	1.482	947
(+) Amortização	3.518	17
Provisão de Perda	881	761
Provisão de Contingência	-	(20)
Totais de Itens que não afetam o caixa	**5.881**	**1.705**
Atividades Operacionais		
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		
Cheques em Custodia e Devolvidos	7.748	(2.267)
Bancos contas vinculadas	(775)	(1.909)
Títulos e créditos a receber	(518)	(32.822)
Estoque	59.361	(20.511)
Adiantamentos	80.939	(60.052)
Impostos e encargos a recuperar	(4.224)	(9.698)
Despesas antecipadas	626	(225)
Bens Mantidos para Venda	5.152	(4.955)
Depósitos Judiciais	2.127	(301)
Totais das Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	**150.436**	**(132.740)**
Variações no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante		
Fornecedores	(124.166)	113.669
Salários e encargos sociais	125	122
Impostos a Recolher	7.299	70
Contas a Pagar	(138)	(6.998)
Adiantamento de Clientes	(20.396)	3.862
Direito de uso	(5.409)	19.022
Obrigações Fiscais	(2.127)	312
Total Variações Passivo Circulante e Passivo Não Circulante	**(144.812)**	**130.059**
Imposto de Renda e contribuição Social	**(7.462)**	**(2.959)**
Total das Atividades Operacionais	**46.232**	**25.132**
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(35.763)	(23.494)
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	27.472	6.605
Total aplicado nas (gerado pelas) das Atividades de Investimentos	**(8.291)**	**(16.889)**
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	-	(2.071)
Antecipação de dividendos	(12.760)	(5.539)
Total aplicado nas Atividades de Financiamentos	**(12.760)**	**(7.610)**
Total dos Efeitos de Caixa e equivalentes de caixa	**25.181**	**633**
Saldo Final de caixa e aplicações financeiras	5.336	4.703
Saldo Inicial de caixa e aplicações financeiras	30.518	5.336
Variação no Caixa e equivalentes de caixa	**25.182**	**633**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	**Capital Social**	**Reserva de Lucro**	**Reserva Incentivos Fiscais**	**Lucros/Prejuizos Acumulados**	**Reservas Legais**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**27.000**	**-**	**101.485**	**(3.818)**	**1.222**	**125.889**
Lucro Exercício	-	26.108	-	-	-	26.108
Reversão das Reservas Legais	-	(3.818)	-	3.818	-	-
Constituição Reserva Legal	-	(1.305)	-	-	1.305	-
Constituição Reserva de Incentivos Fiscais	-	(18.285)	18.285	-	-	-
Absorção de Prejuízos	-	2.527	-	-	(2.527)	-
Distribuição Dividendos	-	(5.539)	-	-	-	(5.539)
Reversão de Reservas de Lucro	-	312	-	(312)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**27.000**	**-**	**119.770**	**(312)**	**-**	**146.458**
Lucro Exercício	-	34.727	-	-	-	34.727
Reversão das Reservas Legais	-	-	-	141	(141)	-
Constituição Reserva Legal	-	(1.737)	-	-	1.737	-
Constituição Reserva de Incentivos Fiscais	-	(20.059)	20.059	-	-	-
Absorção de Prejuízos	-	(312)	-	312	-	-
Distribuição Dividendos	-	(12.760)	-	-	-	(12.760)
Reversão de Reservas de Lucro	-	141	-	(141)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	**27.000**	**-**	**139.829**	**-**	**1.596**	**168.425**

Demonstração do Resultado	**01/01/25 a 31/12/25**	**01/01/24 a 31/12/24**
Receita Bruta de Vendas	613.721	570.480
(-) Deduções da Receita Bruta	(97.815)	(91.091)
(=) Receitas Líquidas de Vendas	**515.906**	**479.389**
(-) CPV/CMV/CSP	(420.020)	(376.909)
(=) Resultado Operacional Bruto (Margem Bruta)	**95.886**	**102.480**
Despesas Operacionais	**(78.094)**	**(74.239)**
Remuneração a Dirigentes	(44)	(41)
Despesas com Pessoal	(10.094)	(9.406)
Despesas com Representantes e Vendedores	(15.250)	(14.790)
Despesas com Terceiros	(9.103)	(9.890)
Despesas com Vendas	(449)	(391)
Despesas Gerais	(38.836)	(35.617)
Impostos e Taxas	(2.950)	(2.934)
Despesas Indedutíveis	(1.368)	(1.170)
Resultado Financeiro	**22.855**	**(4.342)**
Receitas Financeiras	36.426	28.023
Receitas de Benefícios Fiscais	20.059	17.648
Receitas Diversas	204	2.468
(-) Despesas Financeiras	(33.834)	(52.481)
Outros Ganhos e Perdas	2.117	4.983
Outros Resultados	(575)	185
= Resultado Operacional Antes IRPJ/CSLL	**42.189**	**29.067**
IRPJ/CSLL	(7.462)	(2.959)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercicio	**34.727**	**26.108**
Lucro por Ações	**43,41**	**32,63**

BRZ BRASIA II(E) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/ME Nº 62.298.135/0001-32 – NIRE 35.300.673.034

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia **06/11/2025,** às 18h, com totalidade. **Mesa**: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretária: Graziella Fim Chagas Reinold. **Deliberações**: após o exame das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue **(i)** aumento do capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$ 501.253,13 (quinhentos e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e treze centavos), por meio da emissão de 50.125.313 (cinquenta milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentas e treze) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de 0,01 (um centavo de real) cada, das quais: (i) 50.000.000 (cinquenta milhões) são ações ordinárias; e (b) 125.313 (cento e vinte e cinco mil, trezentas e treze) são ações preferenciais Classe A. Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R$ 52.385.665,91 (cinquenta e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos), totalmente subscrito e integralizado para R$ 52.886.919,04 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e quatro centavos), dividido em 5.288.691.904 (cinco bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 5.275.470.175 (cinco bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, quatrocentas e setenta mil, cento e setenta e cinco) são ações ordinárias; e (b) 13.221.729 (treze milhões, duzentos e vinte e uma mil, setecentos e vinte e nove) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP **nº 115.721/26-5** em **26/02/2026.**

VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF nº 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Data, Hora e Local: No dia 18/12/2025, às 10h, no Espaço Center3, da Companhia em epígrafe, situada na Av. Paulista, 2064, Bela Vista, SP-SP, CEP 01310-200 ("Companhia"), bem como através de plataforma eletrônica https://us02web.zoom.us/i/82140998080?pwd=tHb1WRzs4JpVd6vxu37aP3cdqzBFYQ.1. **2. Convocação e Presença:** Acionistas da Companhia representando 73,73% do capital social, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Fernando José Garcia** e secretariados Dani Glikmanas. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destinação de lucros acumulados apurados até o dia 31/12/2025, nos termos da Lei 15.270/2025. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, analisadas e debatidas as matérias constantes da Ordem da Dia, foi deliberado, por unanimidade dos presentes, sem qualquer restrição ou ressalva. **5.1.** Após análise dos documentos contábeis da Companhia, os acionistas consignaram a existência do montante R$ 49.000.000,00 referente ao lucro acumulado da Companhia, apurado até o momento. **5.2.** Em decorrência do item 5.1. acima e em conformidade com o artigo 6º da Lei 15.270/2025, os acionistas aprovam a distribuição de dividendos extraordinários no valor total de R$ 30.000.000,00, proporcionalmente à participação detida por cada acionista no capital social verificado na data-base desta Assembleia, observando-se o disposto no art. 204, §2º da Lei 6.404/76. **5.3.** Os dividendos ora declarados serão pagos de maneira parcelada até 31/12/2028, ficando a Diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários ao processamento e operacionalização dos pagamentos. **5.4.** Fica consignado que os valores aprovados nos itens 5.1 e 5.2, bem como sua distribuição aos acionistas foi devidamente aprovado dentro do prazo legal previsto na Lei 15.270/2025, de modo que não estão sujeitos à tributação de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, instituída para fatos geradores a partir de 2026. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do Art. 130, §1º da Lei das S.A. Após reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme, aprovada por todos os presentes em 03 vias, de igual teor e forma. **Mesa:** Fernando José Garcia - Presidente; Dani Glikmanas - Secretário. **Acionistas presentes:** Zeos Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Lais Helena Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; João Antônio Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Fábio Josão Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Naz Empreendimentos Imobiliários e Participações, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Rubens Elias Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Construtora e Administradora Taquaral Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Nova Rotina Participações Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Luciano Antônio Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Derci de Oliveira Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Siriúba Participações Ltda., neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Bertha Safdie, neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Campineira Patrimonial Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Maiz Empreendimentos e Participações Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Angelia Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; Mikhmoret Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; Valquirie Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; e Tania Alves da Rocha Pavanelli. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 18/12/2025. **Mesa: Fernando José Garcia -** Presidente; **Dani Glikmanas -** Secretário. **JUCESP** - 54.199/26-8 em 24/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1002024-41.2024.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: **Hospital São Camilo - Santana**. Requerido: **Espólio de Hosana da Silva** e outros. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1002024-41.2024.8.26.0002**. A MM. Juíza de Direito da **10ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro**, Estado de São Paulo, Dra. VIVIANI DOURADO BERTON CHAVES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **ESPÓLIO DE HOSANA DA SILVA**, CPF 63765519804 e **SONIA REGINA DOS SANTOS OLIVEIRA**, CPF. 323.629.678-08 que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **Hospital São Camilo - Santana**, alegando, em síntese, Cobrança de R$ 9.511,99 (dezembro/2023) pelos atendimentos/contas n° 10216064/206362 e 10216355/206442, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados reveis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de **São Paulo**, aos 30 de outubro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1009838-55.2025.8.26.0007. Classe: Assunto: Monitória - Duplicata. Requerente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Requerido: C. R. Feitosa Minimercado Ltda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1009838-55.2025.8.26.0007**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). ANA CAROLINA MUNHOZ DE ALMEIDA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) C. R. FEITOSA MINIMERCADO LTDA, CNPJ 24634296000160, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. O autor apresentou documento(s) em que o(a) ré(u) assumiu obrigação de pagar quantia certa que, no entanto, não foi satisfeita. Assim, foi deferida a expedição de mandado para pagamento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL para, no prazo de 15 dias, pagar o valor reclamado e efetuar o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos ao mandado monitório, nos termos do artigo 701 do CPC. Fica consignado que o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2026.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1073825-51.2023.8.26.0002. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Rede Dor São Luiz Sa Unidade Brasil (São Luiz). Requerido: Espólio de Vitor José Dumoncel (na pessoa de Jurema Pithan Dumoncel). EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1073825-51.2023.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Marina San Juan Melo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE VITOR JOSÉ DUMONCEL (NA PESSOA DE JUREMA PITHAN DUMONCEL), CPF 06510337053, com endereço à Rua Antônio Hortolani, S/N, Jd. Europa, Na pessoa da administradora provisória, Srª Jurema Pithan Dumoncel, CEP 78300-000, Tangara da Serra - MT, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Rede Dor São Luiz Sa Unidade Brasil (São Luiz) e, encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2025.

4BIO
A vida em primeiro lugar

4BIO MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ 07.015.691/0001-46

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

"O exercício de 2025 foi marcado pela continuação do crescimento da 4Bio, pela consolidação da parceria com a Raia Drogasil (detentora de 100% do capital da 4Bio) e pela continuação da implementação das ações do planejamento estratégico (que havia sido definido em 2018). Com isto, estamos construindo as condições para continuar a crescer de forma acelerada em medicamentos especiais, segmento farmacêutico com maior crescimento no Brasil e no mundo. Estamos preparados para enfrentar os desafios de crescimento, inovando e encantando os nossos clientes e fornecedores permanentemente para nos consolidarmos como referência nacional na comercialização de medicamentos especiais. O foco da administração continuará em atender clientes e fornecedores com excelência, buscar inovação constante na cadeia da saúde e crescer com rentabilidade. **A Administração.**

Balanço Patrimonial - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	150.983	18.764	Fornecedores	13	493.792	526.815
Contas a receber de clientes	6	567.329	696.010	Empréstimos	14	-	89.582
Estoques	7	443.606	430.337	Partes relacionadas	10	2.255	1.425
Tributos a recuperar	8	17.578	37.087	Passivo de arrendamentos	17	1.803	1.694
Imposto de renda e contribuição social	9	4.513	2.355	Salários e encargos sociais	15	14.383	14.713
Outros ativos circulantes		56.495	45.559	Tributos a recolher	16	19.840	26.508
Despesas antecipadas		964	527	Outros passivos circulantes		14.583	18.403
		1.241.468	1.230.639			546.656	679.140
Não circulante				**Não circulante**			
Realizável a longo prazo				Passivo de arrendamentos	17	5.278	3.850
Tributos a recuperar	8	27.746	4.513	Plano de remuneração de ações		4.480	3.877
Imposto de renda e contribuição social	9	-	16.586	Provisão para demandas judiciais	18	111.161	192.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	108.331	109.878	Tributos a recolher		-	662
Depósitos judiciais	18	235.110	223.134	Outros passivos não circulantes		2.393	2.393
Imobilizado	11	8.223	5.695			123.312	203.767
Direito de uso em arrendamentos	17	6.802	5.410	**Total passivo**		669.968	882.907
Intangível	12	5.855	6.558	**Patrimônio líquido**	19		
		392.067	371.774	Capital social		324.027	264.027
				Reserva de lucros		639.540	455.479
				Total do patrimônio líquido		963.567	719.506
Total do ativo		1.633.535	1.602.413	**Total do passivo e patrimônio líquido**		1.633.535	1.602.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	20	2.953.408	3.065.638
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	(2.715.355)	(2.826.448)
Lucro bruto		238.053	239.190
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	21	(44.949)	(49.415)
Vendas	21	(125.188)	(119.843)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	21	65.438	2.310
Lucro operacional antes do resultado financeiro		133.354	72.242
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	23	(70.713)	(99.091)
Receitas financeiras	23	97.573	89.957
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		160.214	63.108
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	24	25.095	(10.272)
Diferido	24	(1.547)	35.176
		23.548	24.904
Lucro líquido do exercício		183.762	88.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	183.762	88.012
Outro resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	183.762	88.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		160.214	63.108
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa			
Depreciações e amortizações	11, 12 e 17	6.807	6.299
Distrato de arrendamentos	17	(32)	(28)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	11	352	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	6	24.061	30.177
(Ganho) perda de *swap* - instrumentos financeiros	14	9.832	(9.250)
Provisão de baixas de estoque	7	2.188	2.406
(Reversão) provisão para demandas judiciais	18	(70.571)	1.125
Variação cambial e outros		(19.437)	19.512
Provisão de juros	14	8.093	22.866
		121.507	136.215
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber	6	113.491	(187.581)
Estoques	7	(15.457)	(118.856)
Outras contas a receber		(10.934)	(4.013)
Imposto a recuperar	8	11.625	(18.759)
Despesas antecipadas		(437)	93
Depósitos judiciais	18	1.853	(398)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores	13	(33.024)	87.554
Salários e obrigações sociais	15	(331)	(2.184)
Impostos, taxas e contribuições	16	(7.330)	12.460
Outras contas a pagar		(2.086)	10.314
Juros pagos sobre empréstimos	14	(8.982)	(25.200)
Juros sobre arrendamentos	17	598	313
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(808)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		170.493	(110.850)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aporte de capital	19	60.000	240.000
Aquisições de imobilizado e intangível	11 e 12	(6.718)	(3.187)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		53.282	236.813
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	14	90.000	88.869
Pagamentos de empréstimos	14	(178.869)	(225.000)
Pagamentos de arrendamentos	17	(2.687)	(2.308)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(91.556)	(138.439)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		132.219	(12.476)
Caixa e equivalente de caixa			
No início do exercício		18.764	31.240
No final do exercício		150.983	18.764
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		132.219	(12.476)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

					Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Incentivo fiscal	Legal	Investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		24.027	-	(226)	356.357	7.673	3.723	-	391.554
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	88.012	88.012
Capital social subscrito	19.a)	300.000	-	-	-	-	-	-	240.000
Capital social a integralizar	19.a)	-	(60.000)	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital		-	-	(60)	-	-	-	-	(60)
Constituição de reserva legal	19.b)	-	-	-	-	4.401	-	(4.401)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	19.d)	-	-	-	83.611	-	-	(83.611)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		324.027	(60.000)	(286)	439.968	12.074	3.723	-	719.506
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	183.762	183.762
Capital social integralizado	19.a)	-	60.000	-	-	-	-	-	60.000
Reserva de capital		-	-	299	-	-	-	-	299
Constituição de reserva legal	19.b)	-	-	-	-	9.188	-	(9.188)	-
Constituição de reserva estatutária	19.c)	-	-	-	-	-	5.832	(5.832)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	19.d)	-	-	-	168.742	-	-	(168.742)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		324.027	-	13	608.710	21.262	9.555	-	963.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 2004 e suas atividades concentram-se na comercialização de medicamentos especiais e correlatos de alta tecnologia (utilizados para tratar condições graves de saúde ou de ameaça à vida prescritos por especialistas clínicos), sem manipulação de fórmulas, serviços de aplicação de medicamentos, fornecimento de infraestrutura de apoio ao paciente, consultoria em gestão empresarial, tecnologia de informação, fornecimentos e gestão de recursos humanos, pesquisa de mercado e de opinião pública e *marketing* direto. A Companhia tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, 58, conjunto 2, Chácara Itaim. O serviço de entrega dos medicamentos é realizado diretamente no destino onde se encontra o cliente por meio das quatro centrais de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Tocantins, Pernambuco e Bahia. Em 2015, ocorreu a mudança do controle acionário da Companhia onde o acionista controlador passou a ser a Raia Drogasil S.A. ("Raia Drogasil"), detendo 55% das ações ordinárias da Companhia. Em 22 de abril de 2021, o Fundo de Investimentos em Participações Kona Multiestrategia apresentou à Raia Drogasil S.A. (controladora) a Notificação de Exercício da Primeira Opção de Venda das ações equivalentes a 30% do capital social da Companhia. A transferência das ações ocorreu em 13 de maio de 2021, após o exercício da primeira opção de venda das ações, a controladora passou a deter 85% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. Em 30 de abril de 2024, o Fundo de Investimento em Participações Kona ("Kona") apresentou à RD Saúde a Notificação de Exercício da Segunda Opção de Venda das ações equivalentes a 15% do capital social da controlada 4Bio Medicamentos S.A. A transferência das ações ocorreu em 3 de maio de 2024. A partir desta data, a Raia Drogasil S.A. (controladora) passou a deter 100% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. **2. Base de elaboração:** a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara, de forma explícita e sem reservas, que as demonstrações financeiras estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias desse conjunto de demonstrações financeiras e estão consistentes com aquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Continuidade operacional - Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e, na data de aprovação das demonstrações financeiras, concluiu que a Companhia tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente e que possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram elaboradas adotando a base contábil de continuidade operacional. **3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas: 3.1. Pronunciamentos novos ou alterados em vigor no exercício corrente** - As normas contábeis a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CP2 02 (R2)/IAS 21	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Administração está avaliando os possíveis impactos e, exceto pela IFRS18, não espera que essas normas resultem em impactos materiais sobre as demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e ao CPC 47/IFRS 7	Alterações à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
Melhorias anuais às normas contábeis – Volume 11	Alterações ao CPC 37/IFRS 1 adoção inicial das normas internacionais da contabilidade, CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros, CPC 36 (R5)/IFRS 10 Demonstrações consolidadas, e ao CPC 03 (R2) IAS 7 Demonstrações de fluxos de caixa.	01/01/2026
Inclusão do CPC 51/IFRS 18	O CPC 51 /IFRS 18 substitui o CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências.	01/01/2027
Inclusão IFRS 19	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

4. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: a) Vendas de medicamentos - As receitas da Companhia advêm da venda de medicamentos para gestoras de planos de saúde, hospitais e clínicas, pessoa física e jurídica ("clientes"), bem como da prestação de serviço relacionada à aplicação de medicamentos. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, ou seja, na transferência/entrega no local de destino definido pelo cliente e na realização do serviço prestado. *Devoluções e cancelamento* - A Companhia analisa a cadeia logística do medicamento e o relato do cliente, a fim de verificar se atende aos requisitos legais e regulatórios. b) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, com vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo seu valor justo ou de realização. c) Contas a receber e provisão para perdas de crédito esperadas - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor original das vendas, líquidas das taxas das administradoras de cartão, quando aplicável. Esses ativos financeiros estão sujeitos ao reconhecimento de perda de crédito esperada mensurada por meio de estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A mensuração da perda de crédito esperada considera os componentes abaixo: • Probabilidade de inadimplência; e • Perda por inadimplência, que representa a parcela do saldo que não deverá ser recuperada. d) Estoques - Os estoques são avaliados pelo método do custo médio de aquisição, ajustados, quando aplicável, pelo efeito do ajuste a valor presente das compras realizadas a prazo junto a fornecedores. Os estoques são apresentados ao menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos custos necessários para a realização da venda. e) Acordos comerciais - Além das compras regulares de produtos, a Companhia negocia com seus fornecedores, oportunidades de venda diferenciada dos seus produtos. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características de natureza complexa. As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios atrelados à venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios; e (ii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas. À medida que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido, direito ao recebimento do valor financeiro acordado etc.), a Companhia reconhece o ganho auferido com essas negociações reduzindo o custo dos produtos vendidos, em contrapartida de outros ativos circulantes. f) Imobilizado - Avaliado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue: • Equipamentos de informática - 5 anos; • Veículos - 5 anos; • Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos - 10 anos; • Benfeitorias em propriedades de terceiros - 5 anos. g) Arrendamentos - A Companhia é qualificada como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas: • O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento; • A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período do contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento. *Ativos de direito de uso* - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento* - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. h) Intangível - Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível e capitalizados como tal quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. Estão representados por gastos com aquisição de informações, incrementos e formação de base de dados e sistemas de computação, os quais são amortizados pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado desses ativos. i) Instrumentos financeiros - Inicialmente, registrados a seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre a cada data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexas. j) Provisão para demandas judiciais - Registrada somente quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, uma saída de recursos seja provável para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. É atualizada até as datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. k) Demais ativos e passivos - Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, de acordo com os contratos vigentes. l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - *Tributos correntes* - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. *Tributos diferidos* - Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos Tributos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. m) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja relevante para efeito das demonstrações financeiras e tais impactos foram registrados nas rubricas de receita e despesas financeiras. n) Subvenções governamentais - *Crédito presumido* - São auferidos pela Companhia, benefícios fiscais decorrentes de tratamento tributário diferenciado da apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - por operações conduzidas nas filiais situadas nos Estados de Tocantins - Palmas, Pernambuco - Recife e Salvador - Bahia. O ganho é reconhecido no resultado do exercício no momento em que os riscos e benefícios da mercadoria são transferidos ao comprador. Essa receita é reconhecida na demonstração do resultado na Companhia, a rubrica de dedução de receita bruta de vendas. *Reserva de incentivos fiscais* - A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS que, de acordo com a Lei Complementar nº 160/2017, são classificados como subvenções para investimento. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida legislação, está destinando os montantes descritos na nota explicativa nº 20.d para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não integram a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório e somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976. **5. Julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante aos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: (i) Provisão para demandas judiciais - Provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, e a análise dos assessores jurídicos da Companhia. (ii) Provisão para perdas de crédito esperadas - A provisão para perdas esperadas é calculada para os casos ou as categorias de clientes em que haja uma prospecção de que o risco de crédito existe no momento do reconhecimento da venda. (iii) Recuperabilidade do ICMS - A Companhia possui créditos de ICMS decorrentes, principalmente, (i) de operações sujeitas à substituição tributária (ICMS-ST) e (ii) de créditos originados no âmbito do Convênio ICMS 162/94. A recuperabilidade desses créditos é avaliada periodicamente pela Administração, considerando sua natureza jurídica, aderência à legislação aplicável, estágio dos processos administrativos e as formas legalmente disponíveis para sua realização. Considerando que a realização econômica desses créditos ocorre, em determinadas situações, por meio de cessão a terceiros ou mecanismos que envolvem custos de monetização, a Companhia constitui provisão para ajuste ao valor recuperável quando aplicável. Essa provisão reflete o deságio estimado na realização dos créditos, atualmente equivalente a 11%, composto pelo deságio praticado pelo adquirente dos créditos e pela comissão da intermediadora da operação. A estimativa é revisada periodicamente e ajustada sempre que houver alteração relevante nas premissas de realização ou nas condições de mercado. (iv) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível - Os bens do imobilizado, intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados periodicamente para determinar se existem indícios de perda no valor recuperável de itens. Quando tais indícios são identificados, é estimado o valor recuperável do ativo para determinar se há necessidade de reconhecer a perda. (v) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário - A Companhia utiliza a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário, no caso, a própria Companhia, para mensurar a valor presente os passivos de arrendamento, uma vez que não é possível determinar a taxa de juros implícita nos contratos. Essa taxa corresponde aos juros que a Companhia incorreria para obter financiamento em condições similares às do arrendamento, considerando o risco de crédito, o prazo do contrato, as características das garantias e o ambiente econômico similar da transação. (vi) Determinação do prazo de arrendamento - O prazo dos arrendamentos é definido com base na avaliação da certeza razoável de exercício das opções de prorrogação ou de não exercício das opções de rescisão, considerando incentivos econômicos relevantes. Para centros de distribuição, são fatores determinantes: (i) multas significativas associadas à rescisão ou não prorrogação; e (ii) benfeitorias com valor residual relevante em imóveis de terceiros. A Companhia também considera práticas históricas de utilização de ativos e os impactos operacionais de eventual substituição do ativo arrendado. (vii) Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos - O reconhecimento de ativos fiscais diferidos depende de julgamento significativo da Administração quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização desses ativos. A Companhia reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja considerado provável que existirá lucro tributável contra o qual tais valores possam ser utilizados. A recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é revisada periodicamente. Caso a Administração conclua que não é mais provável a realização total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao montante que se espera realizar. Por outro lado, ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos podem ser registrados na medida em que se torne provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização.

Luiz Felipe de Araúna Bay
Diretor-Presidente

Gustavo Maglioni Cury
Diretor Financeiro

Emerson Viviani
Diretor Comercial

Gustavo Ainer de Oliveira
Contador – CRC SP-315772/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
4Bio Medicamentos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 4Bio Medicamentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes* - Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem modificação, com data de 25 de fevereiro de 2025. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

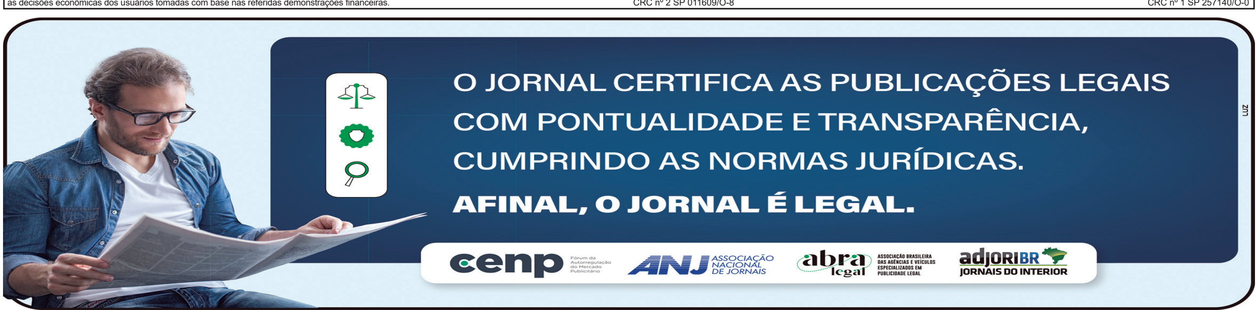
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2026.

Deloitte.
Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Natacha Rodrigues dos Santos
Contadora
CRC nº 1 SP 257140/O-0



Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

MOINHO PROGRESSO S.A.

CNPJ: 60.866.688/0001-19

Relatório da Diretoria

Em atendimento as determinações legais e estatutárias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerações: As obras de manutenção e recuperação seguem andamento previsto; o processo de regularização junto a Prefeitura (anistia), ainda aguarda a finalização. Os cortes nos custos e despesas atenderam os objetivos fixados, mantendo-se a mesma política de gestão para o exercício de 2026; a falta de política fiscal responsável pelo governo federal ainda se mantém, a alta dos custos e serviços e a nova regra tributária somada a inflação real, exigem atenção para os próximos anos. Os reajustes de IPTU dos imóveis foram de 10% na média para o ano de 2026, muito acima da inflação de 4.26% registrada em 2025. O lucro obtido no exercício fiscal restou positivo (informações complementares nas notas explicativas apesar dos encargos gerados por litigio judicial referente a IPTU cobrado indevidamente pela Prefeitura, ainda assim o lucro foi menor que o exercício de 2024. Ficamos à disposição de V. s. as., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário. São Paulo 04 de março de 2026.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de reais - R$)

Ativos	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.249	1.412
Outros créditos	4	166	168
Total dos ativos circulantes		1.415	1.580
Não Circulantes			
Outros créditos	4	634	61
Propriedades para investimento	5	149.394	149.394
Imobilizado	6	5.484	5.489
Total dos ativos não circulantes		155.512	154.944
Total dos Ativos		**156.927**	**156.524**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulantes			
Fornecedores	7	303	320
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	98	95
Obrigações tributárias	10	136	49
Outros débitos	8	874	1.042
Total dos passivos circulantes		1.411	1.506
Não Circulantes			
Outros débitos	8	802	802
Total dos passivos não circulantes		802	802
Patrimônio Líquido			
Capital social integralizado	11	23.500	23.500
Reserva de Lucros	11	673	208
Reserva legal	11	71	38
Ações em Tesouraria	11	(15.310)	(15.310)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	11	145.780	145.780
Total do patrimônio líquido		154.714	154.216
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		**156.927**	**156.524**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros e Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**23.500**	**-**	**208**	**145.780**	**(15.310)**	**-**	**154.178**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	764	764
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	764	764
Destinação reserva de lucros	-	38	-	-	-	(38)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(726)	(726)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**23.500**	**38**	**208**	**145.780**	**(15.310)**	**-**	**154.216**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	653	653
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	653	653
Destinação reserva legal	-	33	-	-	-	(33)	-
Destinação reserva de lucros	-	-	465	-	-	(465)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(155)	(155)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**23.500**	**71**	**673**	**145.780**	**(15.310)**	**465**	**154.714**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de Vendas de Serviços e de Mercadorias		**5.786**	**5.662**
Impostos sobre receita		(555)	(525)
Receita Líquida	13	**5.231**	**5.137**
Custos dos serviços e mercadorias vendidos		-	-
Lucro Bruto		**5.231**	**5.137**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(4.705)	(4.506)
Depreciação e amortização		(84)	(48)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	193	224
Lucro antes do Resultado Financeiro		**635**	**807**
Resultado financeiro	16	130	102
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**765**	**909**
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(112)	(145)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		**653**	**764**
Quantidade de ações (excluídas ações em tesouraria)		1.733.900	1.733.900
Lucro por ação		0,38	0,44

A Diretoria

Rodrigo Goetschi Gentil - CPF: 141.923.988-00 - Diretor Superintendente
Cibele Maria Rosolem Gentil - CPF: 272.461.818-14 - Diretora
Eduardo Cavalcante - CRC 1SP 214.257/O-5 - Contador

"As demonstrações financeiras na íntegra, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e estão sendo publicadas em 05.03.2026 no Jornal O Dia de São Paulo na versão digital no link www.jornalodia.com.br ou, para informações por e-mail: admin@moinhoprogresso.com.br."

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 - (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		653	764
Ajustes em:			
Juros passivos		-	41
Depreciação e amortização	6	84	48
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Outros créditos	12	(571)	(6)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(17)	151
Obrigações trabalhistas e previdenciária		3	10
Obrigações tributárias		87	2
Outros débitos		47	(4)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais		286	1.006
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição imobilizado	6	(79)	(382)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(79)	(382)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortização de dívida compra ações em tesouraria		-	(1.858)
Pagamento de dividendos	8	(370)	(64)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(370)	(1.922)
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(163)**	**(1.298)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.412	2.710
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.249	1.412
(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(163)**	**(1.298)**

Hilton do Brasil S.A.

CNPJ nº 42.414.912/0001-50 - NIRE 35300557751

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25/02/2026

Data, Hora e Local. Aos 25/02/2026, às 16h, na sede social. **Convocação e Presença.** Dispensadas, tendo em vista a totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Jefferson Baptista Tagliapietra; Secretário: Bruno Sampaio Greve. **Deliberações Aprovadas Por unanimidades. (a) Valor Total da Emissão:** R$425.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"); **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(c) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais:** serão emitidas 425.000 Notas Comerciais Escriturais; **(d) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$1.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário"); **(e) Atualização do Valor Nominal Unitário:** as Notas Comerciais Escriturais não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; **(f) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será º dia 15/02/2026 ("Data de Emissão"); **(g) Destinação dos Recursos:** a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Emissão será utilizada pela Companhia para **(i)** pagamento de despesas de estruturação e custos da Emissão, no montante estimado de R$ 5.000.000,00; **(ii)** pré-pagamento de dívidas vigentes da Companhia, no montante aproximado de R$ 19.000.000,00; **(iii)** reforma ou ampliação de imóveis residenciais ou não residenciais, bem como para aquisição de material para a construção, ampliação ou reforma de imóveis residenciais ou não residenciais, no montante estimado de R$ 81.000.000,00; **(iv)** recomposição do capital social da Companhia, no montante estimado de R$ 30.000.000,00; e **(v)** distribuição de recursos aos acionistas da Companhia, inclusive a título de redução de capital, conforme aplicável, no montante estimado de R$ 290.000.000,00; **(h) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** as Notas Comerciais Escriturais serão **(i)** depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; **(ii)** custódia eletrônica na B3; e **(iii)** registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, desde que se verifique o cumprimento, pela Emitente, do disposto no artigo 89 da Resolução CVM 160; **(i) Procedimento de Distribuição:** as Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, com a intermediação do Coordenador Líder, observados os termos e condições do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, 1ª Emissão da Hilton do Brasil S.A.", a ser celebrado entre a Emitente e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), e de acordo com os procedimentos operacionais da B3; **(j) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Notas Comerciais Escriturais:** nos termos do artigo 45 da Lei nº 14.195, de 26/08/2021, conforme alterada, as Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais, e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Titular de Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais; **(k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, na Data de Início da Rentabilidade ("1ª Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Preço de Subscrição Inicial"). Caso qualquer Notas Comerciais Escriturais venha a ser integralizada em data diversa e posterior à 1ª Data de Integralização, a subscrição e a integralização deverão considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive); **(l) Prazo de Vigência e Datas de Vencimento:** ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos deste Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais, terão prazo de vigência de 2.769 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/09/2033 ("Data de Vencimento"); **(m) Amortização Periódica do Principal:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado, conforme datas e percentuais previstos no Termo de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 15/03/2027 e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Amortização"); **(n) Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,52% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário durante cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Remuneração"). O cálculo da Remuneração obedecerá a fórmula prevista no Termo de Emissão; **(o) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, o pagamento da Remuneração será realizado mensalmente, desde a Data de Emissão, nas datas previstas no Termo de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 15/03/2026 e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(p) Local de Pagamento**: os pagamentos referentes às Notas Comerciais Escriturais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente, nos termos do Termo de Emissão, serão realizados pela Emitente: **(i)** no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos eventuais valores relativos ao resgate das Notas Comerciais Escriturais, incluindo os respectivos prêmios, se houver, aos Encargos Moratórios, se houver, e com relação às Notas Comerciais Escriturais que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; **(ii)** nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Emitente, conforme o caso; **(q) Repactuação Programada:** as Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada; **(r) Amortização Extraordinária Facultativa**: a Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, realizar amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais, limitada a 98% do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, que deverá abranger todas as Notas Comerciais Escriturais ("Amortização Extraordinária Facultativa"); **(s) Resgate Antecipado Facultativo:** Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"), observado o procedimento a ser estabelecido no Termo de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), e demais Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se houver ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"), e, ainda, de um prêmio flat, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, calculado de acordo com os prazos e percentuais estipulados no Termo de Emissão ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo"); **(t) Amortização Extraordinária Obrigatória – Recomposição:** caso o **(i)** resultado do LTV seja superior a 50% e/ou **(ii)** o índice financeiro decorrente da divisão da soma do EBITDA da Emitente referentes aos 3 meses que antecedem ao mês de medição e a soma das PMTs pagas pela Emitente referentes aos 3 meses que antecedem o mês da medição seja inferior a 1,2x por 2 verificações consecutivas, conforme deverá ser apurado e calculado trimestralmente pela Emitente, acompanhado pelo Agente Fiduciário e divulgado em seu relatório anual aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais, com base em relatórios gerenciais da Emitente, conforme o caso ("Índice de Cobertura"), a Emitente estará obrigada a realizar a amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais, limitada a 98% do Valor Nominal Unitário ou saldo Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a qual deverá abranger a totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Amortização Extraordinária Recomposição"). O valor da Amortização Extraordinária Recomposição devida pela Emitente será equivalente a um percentual fixado pela Emitente do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data da efetiva Amortização Extraordinária Recomposição e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e, ainda, do Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o valor da Amortização Extraordinária Recomposição, calculado conforme tabela constante do Termo de Emissão, de modo a, no mínimo, recompor o LTV e/ou o Índice de Cobertura estabelecido nos termos previstos no Termo de Emissão; **(u) Aquisição Facultativa:** a Emitente poderá adquirir as Notas Comerciais no mercado secundário, observadas as disposições regulatórias aplicáveis. As Notas Comerciais objeto deste procedimento poderão **(i)** ser canceladas; **(ii)** permanecer em tesouraria da Emitente; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Emitente para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma remuneração das demais Notas Comerciais; **(v) Encargos Moratórios**: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emitente aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); e **(ii)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% sobre o valor devido ("Encargos Moratórios"); **(w) Garantias Reais:** Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, da Remuneração e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras, previstas no Termo de Emissão, incluindo, sem limitação, os honorários do Agente Fiduciário, qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos dos Titulares das Notas Comerciais Escriturais e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais, do Termo de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando, aos honorários de sucumbência arbitrados em juízo e despesas advocatícias e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas pela Emitente ("Obrigações Garantidas"), deverão ser constituídas em favor dos Titulares das Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas ("Garantias"): **(1)** Alienação Fiduciária de Imóvel, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel") que deverá dispor que até a quitação integral das Obrigações Garantidas, o saldo devedor das Notas Comerciais não deverá ser superior a 50% do valor de mercado do Imóvel ("LTV"), sendo certo que o acompanhamento do LTV será feito pelo Agente Fiduciário conforme termos e condições previstos no Termo de Emissão; Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Imóvel: A eficácia da Alienação Fiduciária de Imóvel está condicionada ao cancelamento da alienação fiduciária constituída em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ n.º 17.343.682/0003-08, em garantia do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hilton do Brasil S.A. (sucessora por incorporação da REC 2019 III Empreendimentos e Participações S.A)" celebrado em 29/01/2020, conforme aditado, de acordo com o registro constante do R.30 da matrícula do Imóvel nº 151.676 do Cartório de RGI, datado de 29/10/2025 ("Ônus Existente"), nos termos dos artigos 121 e 125 do da Lei n.º 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), tornando-se eficaz a partir do cancelamento dos Ônus Existente, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel ("Condição Suspensiva Alienação Fiduciária de Imóvel"); **(2)** cessão fiduciária da Conta Vinculada bem como de todos os recursos existentes na Conta Vinculada a qualquer momento até a integral quitação das Obrigações Garantidas, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", respectivamente); e **(3)** alienação fiduciária, sob condição suspensiva, **(I)** da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da Alienante Fiduciante (conforme definido no Termo de Emissão), equivalentes, nesta data, a 499.090.839 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de total de R$499.090.839,00, representativas de 100% do capital social da Companhia, observada a condição suspensiva ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), **(II)** quaisquer novas ações de emissão da Companhia que venham a ser subscritas, adquiridas ou de titularidade (direta ou indireta), a qualquer título, da Alienante Fiduciante em razão das Ações Alienadas Fiduciariamente, inclusive decorrentes de desdobramento, grupamento, bonificação, capitalização de lucros ou reservas, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outro tipo de reorganização societária ou sob qualquer outra forma, , inclusive em decorrência de uma Alteração de Controle Permitida (conforme definido no Termo de Emissão), quer substituam ou não as Ações Alienadas Fiduciariamente ("Novas Ações"), e **(III)** quaisquer outros bens entregues, a partir da data de assinatura do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia"), à Alienante Fiduciante em razão das Ações Alienadas Fiduciariamente, incluindo **(x)** todos os certificados, instrumentos e documentos representativos ou comprobatórios de tais bens, a qualquer tempo recebidos, devidos ou, a qualquer título, distribuídos, inclusive, sem qualquer limitação, em decorrência de qualquer redução do capital social, incorporação, fusão, cisão, permuta de ações, conferência de bens, liquidação ou dissolução, total ou parcial, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emitente, exceto a distribuição de recursos prevista como destinação de recursos da Emissão, conforme indicado no Termo de Emissão; e **(y)** todos e quaisquer frutos por eles produzidos, incluindo, mas não se limitando a, direito ao recebimento de lucros, rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, reembolso de capital, proventos, vantagens, direitos e quaisquer outros bens ("Alienação Fiduciária de Ações" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária e a Alienação Fiduciária de Imóvel, as "Garantias"). Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações: A Alienação Fiduciária de Ações é realizada sob a condição suspensiva da liberação da garantia de alienação fiduciária ações outorgada no âmbito da Dívida Original ("Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações"). Uma vez implementada a Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações, a Alienação Fiduciária de Ações passará automaticamente a ser plenamente eficaz e exequível, independentemente de qualquer aditamento, notificação, assinatura de qualquer outro documento, formalidade ou prática de qualquer outro ato por qualquer das partes ou terceiros, exceto pelos atos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações. **(x) Vencimento Antecipado Automático:** as obrigações constantes no Termo de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de Eventos de Inadimplemento Automáticos previstos na versão final do Termo de Emissão, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (thresholds), ressalvas e/ou exceções, bem como demais especificações, em relação a tais eventos serão negociados e definidos no Termo de Emissão; **(y) Vencimento Antecipado Não Automático**: as obrigações constantes no Termo de Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de Eventos de Inadimplemento Não Automáticos previstos na versão final do Termo de Emissão, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (thresholds), ressalvas e/ou exceções, bem como demais especificações, em relação a tais eventos serão negociados e definidos no Termo de Emissão; e **(z) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente no Termo de Emissão. Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados com inicial em maiúsculo e não definidos de outra forma terão o significado a eles atribuído no Termo de Emissão. **(ii)** Aprova a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Imóvel e da Cessão Fiduciária, em benefício dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais representados pelo Agente Fiduciário, nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, na qualidade de outorgante ou parte interveniente anuente, conforme aplicável; **(iii)** Aprova a delegação de poderes e autorização à Diretoria da Companhia, a qual fica autorizada a adotar todas as providências necessárias à realização da Emissão, da constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel e da Cessão Fiduciária e da Oferta, inclusive, mas não se limitando, à **(a)** discussão, negociação e definição dos termos e condições da Emissão, da Oferta, das Notas Comerciais Escriturais e das Garantias, observadas as deliberações aprovadas nesta data, incluindo mas não se limitando às exceções, valores mínimos e prazos de cura aplicáveis aos eventos de vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais; **(b)** contratação do Coordenador Líder, mediante a celebração de Contrato de Distribuição; **(c)** contratação dos Prestadores de Serviço; **(d)** discussão, negociação, definição dos termos e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão e da Oferta, do Termo de Emissão, dos Contratos de Garantia e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta, e eventuais aditamentos; e **(e)** todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão, da constituição das Garantias e da Oferta; e **(iv)** Ratifica todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **Encerramento**. Nada mais. São Paulo, 25/02/2026.

Impacto da guerra no preço do combustível ao consumidor pode

O impacto da guerra no Oriente Médio nos preços pagos pelo consumidor brasileiro por combustíveis derivados do petróleo, como a gasolina e o diesel, pode demorar a chegar. A avaliação é do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Roberto Ardenghy.

O petróleo teve forte alta nos últimos dias, desde o início dos ataques de Israel e dos Estados Unidos ao Irã, no último sábado (28), e das retaliações do país persa contra Tel Aviv e bases americanas em diversos países produtores de petróleo na região.

O porta-voz do instituto que representa a indústria petrolífera no Brasil explicou que toda refinaria mantém um estoque de petróleo, e que esse é um dos motivos para que a mudança não aconteça da noite para o dia.

Entretanto, se o petróleo permanecer em um patamar alto, pouco a pouco, as refinarias vão começar a comprar o produto mais caro.

"Na medida em que esse petróleo mais caro chegar às refinarias, elas também, com um certo tempo, tenderão a transferir esse preço para os seus contratos novos, porque nos contratos já firmados, elas garantem o preço anterior".

"É um processo longo, que pode durar até seis meses para acontecer. Não haverá nenhuma mudança de patamar de preço a curto prazo, inclusive, para o consumidor brasileiro", afirmou Roberto Ardenghy à Agência Brasil.

O presidente apontou que a incerteza que paira no mercado global sobre o futuro do conflito é um dos motivos que pode retardar o impacto nos preços pagos pelos consumidores.

"Altos patamares do preço do petróleo dependem da continuidade ou não do conflito armado, do bloqueio do Estreito de Ormuz, da disseminação do conflito para outros países do Oriente Médio. Então, ainda não se tem segurança de que isso vai acontecer", explicou.

Ardenghy acrescentou que o mercado do petróleo opera com projeções de longo prazo em contratos, que têm que ser honrados. É preciso considerar também, afirma ele, que alguns países têm estoques estratégicos importantes, que certamente serão usados nesta situação de crise.

Estreito de Ormuz

Sobre o bloqueio do Estreito de Ormuz, passagem da maior parte do petróleo exportado por países do Oriente Médio, Roberto Ardenghy pondera que o fechamento não interrompe todo o fluxo do óleo extraído na região, porque há rotas alternativas.

Porta de saída do Golfo Pérsico, o estreito fica na costa do Irã, que determinou seu bloqueio em resposta aos ataques dos Estados Unidos e de Israel. O presidente do IBP cita que o Iraque, por exemplo, pode bombear petróleo por meio da Turquia.

Já a Arábia Saudita tem oleodutos que podem levar suas exportações para o Mar Vermelho, alcançando os mercados por outra rota logística. O mesmo vale para os Emirados Árabes Unidos, e até mesmo o próprio Irã pode encontrar outra via para escoar parte de sua produção.

"Há algumas alternativas, não para garantir todo aquele volume que passa no Estreito de Ormuz, mas, pelo menos, para uma parcela importante. Portanto, não haverá mudança de patamar de preço de modo estável, no mínimo, pelos próximos 60 a 90 dias", avaliou.

O presidente do IBP destacou que o Brasil já é um importante produtor de petróleo, com uma produção que atingiu 3,8 milhões de barris por dia em 2025, enquanto a exportação chegou a 1,7 milhão de barris.

"Há perspectivas, inclusive, de que aumentemos, ainda mais, a nossa produção nos próximos anos. Se a gente conseguir encontrar petróleo na Margem Equatorial, na Bacia de Pelotas e em outras áreas no Brasil, a nossa participação pode ser ainda mais relevante", apontou.

Diante desse desempenho, Ardenghy estimou que o Brasil tem condição de suprir uma quantidade de petróleo para o mercado internacional.

"Somos atores importantes e podemos inclusive contribuir com essa falta de petróleo ou essa escassez que venha do Oriente Médio e compensar com a nossa produção atual e a futura. Hoje, o Brasil já é um produtor relevante. Somos o nono maior produtor e o nono maior exportador mundial de petróleo", pontuou.

O executivo acredita que, a partir do que ocorre atualmente no Oriente Médio, ocorrerá o que o setor chama de reorientação dos fluxos globais de comércio de petróleo e gás natural.

"Os países muito dependentes do Oriente Médio, mesmo que as coisas se acalmem por lá, vão procurar diversificar as suas fontes de suprimento. Especialmente, os países da Ásia, como o Japão, a Coreia, a China e a Índia, países que hoje dependem muito do petróleo que passa pelo Estreito de Ormuz", destacou.

"Mesmo que a situação no Oriente Médio se normalize, a gente não sabe se, em médio ou longo prazo, essa situação de normalidade vai continuar ou se vamos ter um outro conflito, inclusive militar", completou.

É nesse cenário que o presidente do IBP vê espaço para o Brasil evoluir no mercado de petróleo e gás.

"Somos um produtor confiável de petróleo, temos a presença, no Brasil, de grandes empresas internacionais, a presença também da Petrobras como uma empresa com muita experiência na produção e na exportação de petróleo", indicou.

Na visão dele, isso só ressalta a necessidade de o Brasil manter a atividade petrolífera, a pesquisa geológica, a perfuração na Margem Equatorial e em outras áreas do país.

"Para que a gente possa, primeiro, ter segurança energética nas próximas décadas, mantendo a nossa economia livre dessas tensões globais que afetam o petróleo. E também ter um excesso de petróleo, para que a gente possa exportar para outros mercados, gerando divisas para o Brasil", relatou. (Agência Brasil)

Emplacamentos de veículos avançaram em fevereiro, aponta Fenabrave

O número de emplacamentos de veículos novos no Brasil cresceu 4,13% no mês de fevereiro, comparado ao mesmo mês de 2025, segundo balanço divulgado na quarta-feira (4) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que representa as concessionárias.

O montante inclui diversos tipos de veículos, como comerciais leves, automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas e implementos rodoviários, como reboques e carrocerias.

O total de veículos novos vendidos foi de 374.931, o que também representa aumento de 2,25% em comparação a janeiro de 2026.

Segundo a federação, a alta se deve principalmente aos emplacamentos de automóveis e comerciais leves, que cresceram 8,82% no mês, além de implementos rodoviários, com aumento de 15,3% na comparação com janeiro.

Programa Carro Sustentável

Um dos responsáveis pelo impulso nas vendas dos automóveis e comerciais leves é o programa Carro Sustentável, do governo federal, lançado em meados do ano passado.

A iniciativa reduziu as alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos carros mais leves, econômicos e movidos a energia limpa.

Segundo o presidente da Fenabrave, Arcelio Junior, os emplacamentos dos modelos incluídos nessa categoria cresceram em quase 25% por causa do programa.

De acordo com a Fenabrave, os modelos que fazem parte do programa somaram 301.977 emplacamentos entre julho de 2025 e fevereiro deste ano, contra 241.906 unidades do mesmo tipo emplacadas em período igualmente anterior, quando não havia o programa.

Caminhões

Considerando-se apenas o emplacamento de automóveis, veículos comerciais leves, caminhões e ônibus, foram comercializadas 185.150 unidades em fevereiro, o que representou aumento de 0,12% em relação a fevereiro do ano passado, e de 8,57% em relação a janeiro.

Um dos destaques entre esses veículos foi o segmento de caminhões, que começou a demonstrar um sinal de recuperação principalmente pelo impacto do Move Brasil, programa criado em janeiro deste ano e que oferece crédito para a compra de caminhões.

Na comparação mensal, o segmento apresentou aumento de 3,73%, embora ainda acumule retração de 24,15% na comparação anual.

O presidente da Fenabrave explica que o transporte de cargas é historicamente mais sensível às condições macroeconômicas, como a disponibilidade de crédito.

"A decisão de investimento nesse segmento depende diretamente do custo do crédito e das expectativas em relação à atividade econômica, além de iniciativas de estímulo às vendas, como o programa Move Brasil", analisa Arcelio Junior.

O Move Brasil deve disponibilizar R$ 10 bilhões em créditos, sendo que, até o momento, foram contratados R$ 4,2 bilhões.

Motos

O segmento de motos, por sua vez, continua sendo o grande motor do mercado automotivo em 2026, com crescimento de 9,97% em relação a fevereiro do ano passado.

"A motocicleta continua sendo uma solução eficiente de mobilidade individual e para serviços de transporte, que cresceu desde a pandemia. Ela também tem sido considerada como segundo veículo da família", comenta o presidente da Fenabrave.

Projeções

Para 2026, a Fenabrave disse esperar um crescimento do setor como um todo em torno de 6,10%, puxado principalmente pela venda de novas motocicletas, que deve crescer 10% neste ano.

Já para os automóveis e comerciais leves, a expectativa é de crescimento em torno de 3%, com um total de 2,62 milhões de unidades comercializadas. (Agência Brasil)